



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

FRANCISCA JUSCIZETE QUEIROZ DE LIMA

**RELEXÕES SOBRE A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO MUSEU DA
ABOLIÇÃO (Recife – PE)**

Recife
2022

FRANCISCA JUSCIZETE QUEIROZ DE LIMA

**RELEXÕES SOBRE A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO MUSEU DA
ABOLIÇÃO (Recife – PE)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Antropologia. Área de concentração: Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Menezes Neto

Recife

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

- L732r Lima, Francisca Juscizete Queiroz de.
 Reflexões sobre a cultura afro-brasileira no Museu da Abolição (Recife – PE). / Francisca Juscizete Queiroz de Lima. – 2022.
 117 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador : Prof. Dr. Hugo Menezes Neto.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2022.
 Inclui referências e apêndices.
1. Antropologia. 2. Museus. 3. Cultura afro-brasileira. 4. Relações étnicas. 5. Instituto Brasileiro de Museus. I. Menezes Neto, Hugo (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-133)

FRANCISCA JUSCIZETE QUEIROZ DE LIMA

**RELEXÕES SOBRE A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO MUSEU DA
ABOLIÇÃO (Recife – PE)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Antropologia. Área de concentração: Antropologia.

Aprovada em: 30/09/2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luzia Gomes Ferreira (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Cláudia Rodrigues da Silva (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dr. Hugo Menezes Neto (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Ao meu pai José Maria Geraldo de Lima
A minha mãe Francisca Odete Queiroz de Lima
(em lembrança)

AGRADECIMENTOS

Esse caminho tem muitas pegadas e eu não caminhei só. Agradeço à Ancestralidade, aos Antepassados e a Jurema Sagrada, todos mestres e mestras que me deram força para chegar aqui. A minha Orixá Iansã “Rainha obstinada” *Eparrei Oyá!*

Agradeço ao meu filho Tales, por compreender minhas ausências e me incentivar a continuar, aos meus irmãos e irmãs pelo apoio emocional e financeiro que me possibilitaram continuar estudando mesmo diante das dificuldades econômicas, Juciêr e Juciler, Jucidete e Julidete, somos Franciscos e Franciscas, aprendemos bem a lição de cuidarmos uns dos outros; e ao caçula dos irmãos, Genilson. Aos meus sobrinhos e sobrinhas, Dandara, Maria Odete, Juciler, Juceli, Júlia, Samara, Juciêr e Jucierzinho, em especial, Olga e Sofia que me ajudaram nas correções e na organização do trabalho. Juntas/os somos mais fortes!

Minha gratidão à turma e ao corpo de funcionários do PPGA, sempre solícitos com nossas demandas. Ao professorado, pelos ensinamentos e confiança nas futuras antropólogas e antropólogos. Às amigas encontradas no programa: Bruno Figueiredo, Jairo, Esdras e Camila Santos na partilha dos textos e nos trabalhos! Nas escutas das nossas realidades e dificuldades em conciliar trabalho, mestrado e nossas vidas com nossos familiares. Aos e-mails do coordenador Alex Vailati que gerou a expressão bem humorada “Me deixa em paz, Vailati!” no semestre 2019.1, em meio aos créditos, textos e os e-mails com os avisos, a gente foi entendendo que nosso lema seria “Desistir jamais!”

A Fernando e José, que me acolheram, com palavras e força, quando ficou difícil de “respirar” para seguir adiante. A Ana, Eduardo e Joana pelos longos anos de caminhada e todo seu carinho.

Aos amigos: prof. Me. Lepê Correia “os propósitos são sempre maiores do que pensamos”, Fábio Galdino, Cledson, Misael e Samarlon desde o início me encorajando e torcendo, a favor. Elinildo, Samuel, Manoel e Ilda pelas longas conversas, palavras de apoio e risadas.

Ao pessoal do Ginásio Pernambucano, que também me ajudaram no que podiam para eu escrever a tempo! Paulo Bruno, Oscar Neto, Maeli de Eneias e todas/os professoras e professores e funcionários.

Aos estagiárias/o voluntárias/o do Museu Louis Jacques Brunet em 2019 Juane, Pedro e Bruna, vocês me ajudaram a pagar os créditos, pessoas responsáveis e companheiras!

Ao professorado do Curso de Museologia da UFPE pelos conhecimentos construídos ao longo dos seis anos de graduação, concluída no dia 13 de agosto desse mesmo ano.

Gratidão ao meu orientador Hugo, por estar sempre presente, pela enorme paciência com meus textos “bêbados” produzidos com entusiasmo, revolta, sono e euforia, textos em construção escritos nas madrugadas, na enorme compreensão por meus esquecimentos e limitações, por me instigar a mergulhar na pesquisa com um olhar antropológico, buscar mais leituras, ler e reler “Francisca, o que ela/ele quer dizer com isso?” e “Por que é importante trazer isso?” e o “tô contigo” foi o diferencial dessa orientação e desse orientador amigo.

Ao Museu da Abolição, Mirela, Daiane e Fabiana, por nossas conversas e pela disponibilidade em me atender e ajudar no que foi preciso. Peço desculpas pelos erros que possam constar nesse trabalho, que com certeza existem, e assumo a responsabilidade por eles.

A banca que fez parte da minha qualificação, Dra. Ana Cláudia Rodrigues, Dra. Eliana de Barros Monteiro e Me. Eduardo Sarmiento por suas contribuições valiosas.

Às/Ao participantes da banca de qualificação, Dra. Ana Cláudia Rodrigues da Silva – UFPE e a Dra. Luzia Gomes Ferreira – UFPA, duas mulheres negras incríveis!

A todas/os entrevistadas e entrevistados que colaboraram com essa escrita e a quem não citei, peço perdão, mas também que se sintam contemplados mesmo assim.

Uma vez me falaram que escrever é uma técnica...

Também é um saber que se constrói a medida desmedida em que se escreve.

“Um texto não se entrega fácil”

Vai além da gramática- ortografia, sintaxe e fonemas,

Conectivos, sinônimos e antônimos - é um tentar chegar.

Um desviar desafiante de Procusto.

Escrever é uma prática.

Um exercício diário onde a gente vai indo ... dando conta das contas, das cotas, dos lugares e dos espelhos.

Nos bilros do pensamento

Palavras e frases chegam ligeiras e como fumaça nas mãos, a gente escreve.

Escrever não é fácil,
principalmente quando não há,
o costume.

É preciso insistir nas madrugadas

Ao enegrecer a visão a gente enxerga

Feridas cutucadas

Algumas curadas, outras nem tanto...

(LIMA, 2022)

RESUMO

Esta dissertação trata-se de uma pesquisa sobre a musealização da cultura afro-brasileira a partir do estudo de caso do Museu da Abolição, localizado em Recife-PE, instituição federal dedicada à referida cultura e às relações raciais no Brasil. Observei e analisei a história recente do Museu e algumas ações, exposições e outras atividades, à luz das ideias de autoras e autores negras e negros, como Lélia Gonzáles, Abdias do Nascimento, Grada Kilomba, Sidnei Nogueira, Djamila Ribeiro e Sílvio Almeida. A dissertação se fundamenta no diálogo entre a Antropologia e da Museologia, explorando noções como curadoria, musealização, expografia em confronto com as de lugar de fala, racismo estrutural, intolerância religiosa, empoderamento e branquitude, relação explorada por intelectuais do campo museológico tais quais Joana Flores, Joseania Freitas, Nutyelle Oliveira, Felipe Ribeiro, Jislaine dos Santos e Igor Simões. A etnografia, realizada por meio da observação (presencial e das redes sociais) e de entrevistas semiestruturadas (com técnicos e técnicas do espaço), se fundamenta numa perspectiva da descolonização do espaço museal, pensando os limites e as potências de um equipamento federal enquanto museu participativo e ativista.

Palavras-chave: Museu da Abolição; representatividade; cultura afro-brasileira; musealização; relações raciais.

ABSTRACT

This dissertation is a research on the musealization of Afro-Brazilian culture from the case study of the Abolition Museum, located in Recife-PE, a federal institution dedicated to the aforementioned culture and racial relations in Brazil. I observed and analyzed the recent history of the Museum and some actions, exhibitions and other activities, in the light of the ideas of black authors, such as Lélia Gonzáles, Abdias do Nascimento, Grada Kilomba, Sidnei Nogueira, Djamila Ribeiro and Sílvio Almeida. The dissertation is based on the dialogue between Anthropology and Museology, exploring notions such as curatorship, musealization, expography in confrontation with the place of speech, structural racism, religious intolerance, empowerment and whiteness, a relationship explored by intellectuals in the museological field such as Joana Flores, Joseania Freitas, Nutyelle Oliveira, Felipe Ribeiro, Jislaine dos Santos and Igor Simões. The ethnography, carried out through observation (in person and through social networks) and semi-structured interviews (with technicians of the space), is based on a perspective of the decolonization of the museum space, thinking about the limits and powers of a federal equipment as a participatory and activist museum.

Keywords: Museu da Abolição; representativeness; afro-brazilian culture; musealization; race relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fotografia da exposição Yjá's.....	49
Figura 2 - Fotografia da exposição Yjá's.....	49
Figura 3 - Fotografia da exposição Yjá's.....	49
Figura 4 - Fotografia da exposição Yjá's.....	50
Figura 5 - Fotografia da exposição Yjá's	51
Figura 6 - Fotografia da Exposição O Memorial do Sobrado Grande da Madalena.....	60
Figura 7 - Fotografia da Exposição O Memorial do Sobrado Grande da Madalena.....	60
Figura 8 - Fotografia da Exposição O Memorial do Sobrado Grande da Madalena.....	60
Figura 9 - Fotografia da planta baixa.....	61
Figura 10 - Fotografia da Instalação “#vidas negras importam”.....	73

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	FERRAMENTAS CONCEITUAIS PARA ENTENDER O MUSEU DA ABOLIÇÃO DE UMA PERSPECTIVA NEGRA.....	21
2.1	Breve História: uma perspectiva crítica a partir da recente revisão do conceito do MAB.....	21
2.2	Os hiatos de uma história: conceitos bons para pensar um museu de cultura negra.....	28
2.3	A Musealização da cultura Afro-brasileira.....	37
3	REVISITANDO EXPOSIÇÕES E INSTALAÇÕES.....	46
3.1	Apontamentos sobre duas exposições do MAB.....	47
3.2	A Exposição Yjá's.....	49
3.3	Exposição "O Memorial do Sobrado Grande da Madalena"	60
3.4	MAB e o “Vidas Negras Importam!” A Instalação.....	73
4	O TEMA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS REDES SOCIAIS DO MAB.....	77
4.1	A virtualidade do MAB em 2019, 2020 e 2021.....	78
4.1.1	O debate sobre Racismo Estrutural / Racismo Institucional	90
4.1.2	Feminismo Negro, Mulheres Negras e LGBTQIA+	94
4.1.3	Educação Antirracista.....	95
4.1.4	Arte Afro-brasileira e Arte Africana	99
4.1.5	Literatura Africana e Afro-brasileira	101
4.1.6	Afro-Religiosidade.....	102
4.1.7	Por uma Política de Editais para o Museu da Abolição.....	103
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	109
	APÊNDICE A – SITES CONSULTADOS.....	114

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma entrega ao Campo da Antropologia, à instituição Museu da Abolição e também às pessoas que não são acadêmicas, então, para essas últimas, que também são as primeiras, me preocupei em trazer um texto mais compreensível com palavras que usamos em nosso cotidiano e este é um desafio que espero ter alcançado. Oxalá permita que chegue até elas.

Ao longo do texto, utilizo as terminações as/os e por compreender quão violenta e reprodutora de “discurso colonial e patriarcal” (Kilomba, 2019) é a língua portuguesa, contrariamente a essa lógica trago o gênero feminino, inclusive por entender o quanto matriarcal são os nossos lares e o nosso país. O texto também está escrito ora na primeira pessoa do singular por ser uma escrita que me atravessa enquanto mulher negra e na minha identificação com os conceitos, ora na primeira pessoa do plural pela conexão com outras pessoas negras e antirracistas, pela contribuição generosa do meu orientador Dr. Hugo Menezes Neto, pessoa que leva a sério o “Ninguém solta a mão de ninguém!”, e todas/os amigas com quem conversei e as/os entrevistadas/os que construíram com suas falas resultantes das entrevistas que realizei.

Busco uma interface entre o campo antropológico e os conhecimentos do campo museológico, uma vez que sou museóloga de formação. Falo dos conceitos que estão em nossas práticas cotidianas nos museus e na discussão acadêmica da museologia. Ao Museu da Abolição a entrega é a própria análise reflexiva da pesquisa, que eu espero seja boa para pensar a instituição. Aos dois, o campo antropológico e a instituição museal, faço a entrega de minhas descobertas de autoras e autores negras e negros, são antropologues, museólogues, educadores, artistas, filósofas/os, e historiadoras/es que contribuíram com seus conceitos para a minha reflexão.

Ao me enveredar na perspectiva de realizar um estudo de caso sobre o Museu da Abolição - MAB¹, busquei recordar as vezes em que já havia tido contato com aquele espaço e a minha motivação pessoal, para a sair em busca dessa procura. O MAB não era um desconhecido, esteve presente inclusive para a realização de outros trabalhos acadêmicos no campo da Museologia². Dessa forma, analisar documentos, Exposições e Ações do Museu,

¹ O MAB está localizado na Capital Pernambucana e sediada no Sobrado da Madalena, situado à Rua Benfica nº 1.150, no bairro da Madalena, Recife-Pe.

² Ingressei em 2016 no curso de Museologia na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e durante o curso fiz um trabalho sobre o MAB para a disciplina de Etnomuseologia 2 e meu Trabalho de termino de curso foi

também significou estar diante do meu eu, como nos fala Bruno Brulon (2012: 88), antropólogo e museólogo, quando aborda a busca etnográfica enquanto “Necessidade de partida” e encontro com o “próprio EU”. Esse encontro se deu muito além das investigações factuais, ele se revelou nas leituras noites adentro sobre as histórias de mim mesma, refletidas nos textos de Lélia Gonzáles, Grada Kilomba, Djamila Ribeiro, Abdias do Nascimento, Silvio Almeida, Franz Fanon e Sidnei Nogueira, e no florescer do conhecimento sobre a minha ancestralidade.

Na compreensão da relação dos afetos e desafetos que o campo nos reserva (SAADA, 2005), o MAB se revela em uma das minhas melhores lembranças, na visita que fiz na 4ª Mostra de Culinária de Terreiro de Pernambuco, em 2014. Não eram apenas as comidas dos Orixás que me interessavam, mas as próprias pessoas do terreiro e a ocupação do jardim do MAB. Tudo isso, recordo bem, fez uma boa mistura na minha cabeça e não era para menos, pois em um só lugar foi possível encontrar as/os protagonistas, mestres e mestras da religião de matriz africana, ouvir a mediação diferenciada dos saberes de cada um dos terreiros que estavam ali representados e, ao mesmo tempo, ter essa ponte realizada através do Museu da Abolição.

Neste momento, acredito ser importante revelar o imaginário que alimentava as minhas considerações sobre o MAB e essa Ação. A bem da verdade eu, durante anos, pensei que a Mostra de Culinária de Terreiro de Pernambuco seria uma ação do Museu. Porém, por ocasião das entrevistas realizadas para esta pesquisa e em conversa com uma/um das/os entrevistadas/os, fiquei sabendo que essa exposição fez parte de um projeto aprovado pelo Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura - FUNCULTURA PE³. A revelação me inquietou como a música de Milton Nascimento (Certas Canções), exatamente quando Milton pergunta “Como não fui eu que fiz?”, ~~em~~ a minha pergunta; “Como assim, não foi uma Ação do MAB?”. Aquele jardim estava ocupado da melhor forma que poderia estar, a ocupação do Museu por aquelas e aqueles que contam seus saberes, aquelas e aqueles que concordam e discordam entre si, aquelas e aqueles que fazem parte, em parte, de tudo que o MAB propõe em sua missão⁴. Tratava-se da ocupação desse jardim, uma área de 2.571,32m², e da relação com os terreiros na ressignificação desse espaço, enquanto decisão política de representação.

também sobre o MAB com o título A musealização da cultura afro-brasileira no Museu da Abolição: três exposições em análise. Defendida em 2020.

³ Para saber mais consultar o site: <<http://www.cultura.pe.gov.br/canal/funcultura/museu-da-abolicao-recebe-a-4a-mostra-de-culinaria-de-terreiro-de-pernambuco/>> Data da última consulta: 20/03/21 às 20:15.

⁴ “conservar, preservar, incentivar,” entre outras iniciativas, a cultura dos “afrodescendentes” (Plano Museológico, 2018-2021)

Sou Cearense, Negra e tenho religiosidade de Matriz Africana. Mas por que isso interessaria a pesquisa? Porque aqui, marco minha fala. Aqui, eu posso falar o quanto a Mostra da Culinária de Terreiro, ocorrida no MAB, foi importante para as minhas primeiras impressões, sobre a temática que estou trazendo. Encontrar essa exposição no jardim do MAB, com alguns terreiros representados em uma exposição degustativa foi uma grata surpresa. O Museu conseguiu através dessa exposição trazer muitas pessoas de várias localidades da cidade e mesmo que não tenha promovido esse evento, mesmo que a Ação não tenha sido do próprio MAB, é no jardim dele que a ação acontece é nesse espaço que encontrei uma representatividade das gentes de terreiro.

O deslocamento em que as pessoas das comunidades periféricas ou dos arredores do MAB então presentes, nos remete de imediato a impressão de um museu diferente dos museus de tipologia histórica, em sua maioria mais tradicionais. Então, as minhas primeiras reflexões estavam voltadas para um MAB que articulava ou buscava articular um diálogo com essas comunidades afrodescendentes e com a sociedade de um modo geral.

Quando cheguei ao mestrado e resolvi estudar essa instituição, revisei o MAB no exercício de enxerga-lo por outras lentes. Trouxe neste trabalho a minha compreensão de espaço museal, de exposição e curadoria, da (in)definição de museu, da gestão museal, de mediação, enfim, todo um léxico próprio do campo museológico, acompanhado da teoria museológica e, claro, do arcabouço teórico do campo antropológico, que me proporcionou o acesso a antropólogas e antropólogos negros e negras que versam sobre as questões da negritude, da branquitude e do racismo estrutural, até então desconhecidos por mim e por muitos que estão nos bancos acadêmicos, são autoras e autores responsáveis por esse feliz (re)encontro.

Considero que minha lembrança afetuosa, a partir do entendimento do Museu da Abolição enquanto espaço político das pessoas afrodescendentes e da cultura afro-brasileira, amadureceu diante da incursão no campo de pesquisa, quando passo a refletir com mais profundidade acerca desse espaço e a atentar para as relações de poder. Inspirei-me em Vassalo e Cáceres (2019) igualmente atentas aos conflitos, verdades e política no Museu da Escravidão e da Liberdade no Rio de Janeiro, mas também naquilo que fui provocada quando me deparei com conceitos como Lugar de Fala, Racismo Estrutural, a Intolerância Religiosa de Matriz Africana, Empoderamento e Branquitude. É por meio deles que analiso as exposições e outras atividades do Museu.

Dessa forma, este trabalho tem o objetivo de analisar, à luz desses conceitos cunhados na reflexão de autores negros e negras acerca das questões e relações raciais no Brasil,

aspectos ligados a algumas exposições do MAB. Ainda, devido à pandemia, foi preciso fazer uma incursão nas redes sociais do Museu, pois no período da pesquisa de campo todas as instituições públicas de cultura foram fechadas. Logo, a pesquisa abarca também o site do Museu⁵ e a plataforma *Instagram*, com o mesmo intuito de observar a musealização da cultura afro-brasileira tendo como mote às relações raciais e os conceitos acima citados, entre outros que foram se adensando de forma imperativa à análise, como: museu ativista, museu integral e ativismo curatorial. Foram selecionadas duas exposições como exemplos paradigmáticos de tal musealização: IYA'S e O Memorial do Sobrado Grande da Madalena.

Detenho-me nessas exposições com maior descrição e demora na análise, vi ambas presencialmente, antes do fechamento, o que possibilitou analisar com mais propriedade. Além da observação, obtive mais informações através das redes sociais, da entrevista com curadores e técnicos e técnicas do MAB. Reconheço as dificuldade e lamento a ausência de um maior mergulho etnográfico para um trabalho realizado em tempos de Pandemia COVID-19.

O MAB em março de 2020 fechou suas portas devido ao com o advento da quarentena e atrelado a esse, também ocorreu o período de sua reforma. A impossibilidade foi imperativa, uma vez que não foi possível ver algumas exposições e me deter melhor sobre elas, também o mesmo ocorreu quanto a documentação e fotografias, as mesmas me foram cedidas através de pedido via e-mail institucional do Museu, o que retirou de mim enquanto pesquisadora a possibilidade de escolhe-las. E essa foi uma das surpresas que o campo me revelou (MAGNANI,2009) e aqui estava em curso a experiência etnográfica exatamente como o campo se revela.

Quando nos referimos a aspiração, anteriormente, é porque compreendemos que o caminho cuidadoso trilhado para cada análise, realizada com o zelo e o respeito por cada uma das falas das/os entrevistadas e entrevistados que nos ajudaram nesse trabalho. Dessa forma, cada uma das reflexões que realizo aqui é parte desse todo. Um todo que não está no momento ápice desse trabalho, está em meus deslocamentos enquanto mulher negra que não parou de buscar conhecimento e aprofundamento de saberes, está no entender diário da ancestralidade e da Jurema, nas gentes de Terreiro com quem convivo e nas aulas que assisti de professoras e professores do curso de museologia e desta Pós-Graduação que vieram somar na construção desta dissertação. São pessoas que trouxeram leituras importantes para todas as considerações que realizo aqui, esse caminho tem muitas pegadas e eu não caminhei só.

⁵ Site MAB 2020. O site do MAB entrou em Manutenção em fevereiro de 2021.

Certamente toda essa gama de conversas, leituras, seminários, fichamentos, debates do campo da Museologia e da Antropologia alumiarão os momentos de angústia e das minhas subjetivações quando eu me via refletida no espelho.

Sim essa foi uma outra grata surpresa, parti para a etnografia e ao encontro de mim encontrei Fanon (2008), Lelia Gonzales (1982), Grada Kilomba (2008) então, a literatura negra, assim chamarei, desvendou alguns conceitos que faziam parte do meu dia-a-dia. Assim, foi preciso cada vez mais enegrecer a vista para ver o Museu e entender a minha pesquisa, ler a literatura das pessoas negras, portanto, foi tornar-me negra todos os dias. Identificar sinais de racismo passou a ser um exercício diário, muitas vezes doloroso, visto que está sempre a nossa volta e, por mais que a gente saiba, o naturalismo amortece o baque. Passei a testar também o conceito de branquitude, o que me fez lembrar as aulas de Metodologia e Técnicas de Investigação Antropológica, ministrada pela professora Dra. Ana Cláudia Rodrigues, nas quais em nossas discussões sobre os textos entendíamos que isso poderia acontecer naturalmente e foi exatamente como ocorreu.

Também sorri ao identificar que por algum tempo, leituras como as de Antenor Firmin (1885) e Manoel Quirino (1918) passaram a fazer parte das minhas falas sobre o pensamento colonial e a identificação do pensamento do negro nos sec. XIX e XX. Lembro que fiquei feliz por encontrar dois antropólogos negros, falando sobre negros, foi uma surpresa.

Então, também quero aqui salientar que este trabalho contém as minhas memórias mais profundas de momentos antes, durante e depois das leituras, das minhas tristes perdas para a COVID-19 e para minha alegria, vestida de esperança, pois o encontro intelectual e sensível com a minha ancestralidade me fortaleceu para não desistir.

Na trajetória metodológica, escolhemos como método o estudo de caso, fizeram parte dessas primeiras incursões as leituras bibliográficas entre elas as dissertações de Viviane Valença, Daiane Carvalho e Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha que também trazem o Museu da Abolição como objeto de estudo. As pesquisas documentais envolveram a busca e a análise do Plano Museológico (2018-2021) do MAB, o *release*⁶ das exposições dos anos de 2017, 2018 e 2019, o Relatório Museu da Abolição 2018, o site do Museu da Abolição, e a Apresentação Institucional (Resultados Preliminares e Prospecção para o Futuro! – 2019). Além desses documentos, como dito, foi realizada uma busca no site oficial e plataforma virtual mais recente do Museu, o *Instagram*.

⁶ Material de divulgação que contém informações detalhadas sobre o lançamento.

Em março de 2020, antes do fechamento devido à quarentena, estive pessoalmente no MAB e conversei com a gestora do Museu, Mirela Leite, sobre a intenção da pesquisa, e claro, da necessidade do acesso à documentação e ao acervo museológico da instituição. Em meio a pandemia, o Museu da Abolição também entrou em reforma e isso dificultou a minha ida ao espaço físico para a coleta de dados no local já relatado em algumas linhas acima.

As entrevistas também fizeram parte do corpo metodológico, realizamos um bloco de perguntas para orientar a coleta das informações necessárias para a pesquisa. Aqui é importante registrar que não foi fácil a realização das mesmas e que as dificuldades foram múltiplas mesmo contando com a boa vontade das/os entrevistadas e entrevistados. Elas, me refiro às dificuldades, estavam desde a conexão via internet, *wi-fi* e dados móveis, ao equipamento adequado para as entrevistas *online*: gravador e celular. E, mesmo com todos esses obstáculos foram realizadas sete entrevistas, duas delas ocorreram de forma presencial, respeitando as normas de distanciamento social, e as demais foram *online*. Colaboraram ainda com conversas informais, influenciadoras/es do empoderamento negro de Recife, pessoas ligadas à religiosidade de Matriz Africana, líderes comunitários e funcionárias/os da instituição pesquisada. As falas das entrevistadas e dos entrevistados virão ao longo do texto, destacadas como técnicas/o ou entrevistadas/os desta forma preservamos a identidade de todes, todas e todos que colaboraram com esse trabalho.

São pessoas negras, algumas de pele escura e outras de pele clara, possuem grau superior em diversas áreas como História, Sociologia, Turismo, Museologia, Antropologia, Ciências Sociais e Educação, a maioria com pós-graduação nessas mesmas áreas. Algumas possuem ligação direta com o espaço, pois desenvolvem trabalhos no Museu, e outras de forma indireta quando a instituição fez parte em algum momento de suas vidas. As entrevistas também foram surpreendentes, algumas revelaram a confiança para participar, outras foram tomadas por emoções represadas, outras fizeram reflexões que contribuíram e também nortearam a pesquisa.

Essa e outras surpresas fazem parte do que Magnani (2009) das intempéries e da forma que o campo pode se revelar, a começar pela pesquisa que era para ser realizada presencialmente, mas foi atravessada por uma Pandemia, mudando a vida de muita gente e também mudo os rumos deste trabalho. O campo respondeu de uma forma limitada às minhas expectativas e foi preciso buscar, inclusive, outras vias, plataformas e interlocutores indiretos que ajudassem no processo de aquisição e entendimento do material produzido.

O trabalho foi estruturado em, três capítulos, da seguinte maneira: o primeiro capítulo, intitulado “Ferramentas conceituais para entender o Museu da Abolição a partir de uma

perspectiva negra”, trago a história do Museu envolvida na oralidade das/os entrevistadas e entrevistados, em um item me debruço sobre os Hiatos de uma História e dos conceitos que são interessantes para pensar o Museu e em outro discuto a musealização da cultura Afro-brasileira apoiando a reflexão em escritoras e escritores negras e negros.

É importante salientar que a escolha do termo Cultura Afro-brasileira se deve ao próprio MAB, uma vez que o mesmo faz referência ao termo, na “Visão” da instituição e em outras partes do Plano Museológico, está posto que a atuação do Museu e realização de debates/cursos/fóruns/palestras, deve atender prioritariamente à cultura afro-brasileira e aos interesses das comunidades afrodescendentes⁷

Ainda no primeiro capítulo, ancoramos o conceito de Musealização da cultura afro-brasileira, pensando na perspectiva decolonial presente pelas autoras/es que acessamos. Dessa forma, esse subitem trata também de iluminar duas autoras, Joana Flores e Joseania Freitas, mulheres negras que escreveram sobre a musealização e que trazem contribuições importantes para este trabalho, suas produções tratam dos lugares de fala e das permanências dos valores e costumes nos museus. Trago essas mulheres porque acredito ser importante encontrar mulheres e homens negras e negros em nossas discussões e por sentir falta delas/es nas ementas em todo o percurso da minha vida acadêmica. Trata-se de valorização, reconhecimento e reparação.

Fazem parte dessa seara de autoras/es que discutem Musealização e Museus, Bruno Brulon (2018), Marília Cury (2009) e Regina Abreu (2019), Marcelo Cunha (2006), Francisco Sá Barreto (2018) e Alexandro de Jesus (2012), autoras/es que acesso, cujas produções atuais discutem não apenas a concepção de museu tradicional centrado em um modelo ocidental/europeu, mas outras alternativas de pensar museu, antropologia nos museus, curadoria, exposições e instalações. São reflexões sobre a realidade vivenciada dos espaços museais, sobre esses espaços como espaços de relações de poder e espaços pedagógicos e críticos.

No segundo capítulo proponho uma análise de duas exposições, a exposição Iyá’s, de Murilo Dayo, e a exposição O Memorial do Sobrado Grande da Madalena. para tal análise utilizei as entrevistas semiestruturadas, mas também recorri a outras fontes, o *site* e o *Instagram* do MAB, mas não apenas. Para compreender melhor do que se tratava e complementar informações acessei a entrevista com o curador da exposição Iyá’s, o fotógrafo

⁷Plano Museológico Museu da Abolição 2018 -2021. SUMÁRIO Definição do Museu da página; Missão, Visão, valores e Objetivos pág. 20.

Murilo Dayo, disponível nas redes da rádio Frei Caneca, realizada na ocasião da abertura da exposição. Assim conseguimos uma explicação do próprio artista sobre a narrativa, pessoas e elementos que fizeram parte da exposição, para a o êxito da pesquisa essa entrevista estava postada no *site* da rádio.

Também registro que as fotografias trazidas no capítulo são poucas, uma vez que não pude selecioná-las pessoalmente, elas me foram enviadas através do e-mail da instituição e ou foram buscadas em *sites e Instagram*. Ainda realizei uma reflexão sobre a instalação #vidasnegrasimportam, revisando uma literatura sobre o sentido e a ação que a frase sugere estando inserida em um contexto mundial; assim pensei sobre os desdobramentos de uma nova proposta de pensar museus ativistas e o ativismo curatorial em uma instituição voltada para a temática racial brasileira.

No terceiro capítulo nos debruçamos sobre as outras atividades do Museu em meio virtual, a plataforma *Instagram* do MAB foi escolhida para tal observação. Consideramos dois períodos: antes Pandemia COVID-19, no ano de 2019, e durante a pandemia entre 2020/2021. As ações postadas foram sistematizadas em um quadro organizado em temas/categorias, participantes e tipo de atividade. O objetivo foi elencar dentre as atividades propostas, as categorias exploradas nos dois primeiros capítulos do trabalho, diretamente relacionadas aos conceitos mais urgentes das relações raciais, as quais o povo negro atravessa/enfrenta nos tempos atuais e a partir daí analisar de que forma o museu abordou essas categorias, bem como, as lacunas e ausências percebidas ao longo da sistematização.

É importante registrar que no quadro construído para melhor visualização dessas atividades, não coloquei as exposições postadas pelo Museu e a instalação, uma vez que trato delas em específico, no capítulo anterior.

No terceiro capítulo estão presentes as categorias elencadas a partir das ações desenvolvidas pelo Museu, foi realizado uma busca sobre as pessoas e coletivos convidadas/os para ministrar as palestras, oficinas, rodas de diálogos e *lives*, essa busca nos levou ao como o currículo das/os participantes, as informações sobre a formação dos coletivos, a participação das/os convidadas/os e coletivos em ações voltadas para as causas das pessoas negras. As análises, lamentavelmente foram prejudicadas pela pandemia COVID-19 e suas limitações, o fator tempo e escassez de informações pesou bastante. Porém, fizemos um esforço trazer o que nos foi possível para a compreensão do Museu em sua principal rede social.

Finalizamos o trabalho com as considerações finais, onde ponderamos sobre o alcance da pesquisa e apontamos uma lacuna que o trabalho não conseguiu alcançar e que

consideramos muito importante, que é a presença das questões indígena nos museus que estão voltados para a temática negra e a cultura Afro-brasileira, entendendo como questões e temas correlatos e indissociáveis, vislumbrando que essa lacuna deverá ser preenchida em futuros desdobramentos deste trabalho.

2 FERRAMENTAS CONCEITUAIS PARA ENTENDER O MUSEU DA ABOLIÇÃO DE UMA PERSPECTIVA NEGRA

Neste capítulo apresentamos uma história do Museu da Abolição – MAB, observando-a por meio da perspectiva das/os entrevistadas/os, interlocutoras/es da pesquisa, e através de informações contidas nos documentos da instituição como o Plano Museológico 2018 - 2021, o Relatório Institucional 2018 e a apresentação Institucional de 2019. A revisitação dessa história é permeada por ferramentas conceituais que possibilitam o entendimento desse Museu em sua proposta de "representação da cultura afro-brasileira", em seus termos, e dessa forma, refletir sobre a maneira como a cultura negra é pensada e musealizada pelo MAB forja os propósitos deste capítulo.

2.1 Breve História: uma perspectiva crítica a partir da recente revisão do conceito do MAB

O Museu da Abolição é um Museu sob responsabilidade do Governo Federal, e, segundo o Plano Museológico 2018 – 2021 sua missão é “conservar, preservar, incentivar” entre outras iniciativas, a cultura dos “afrodescendentes”. A visão do Museu, posta no mesmo documento, está comprometida com a promoção da instituição como “referência nacional da cultura afro-brasileira.”⁸. O MAB fica localizado no Bairro da Madalena, na cidade de Recife, em um terreno cuja área total mede 6.302,74 m², tem sua sede no conhecido Casarão da Madalena, que no séc. XIX fez parte de um dos mais visados engenhos de açúcar. O também chamado de Sobrado Grande da Madalena no séc. XIX passou por um processo de restauro, sendo revestido “de azulejos, esquadrias com bandeiras, sacadas de ferro forjado e modificações arquitetônicas lhe deram a configuração atual”⁹. Essas modificações arquitetônicas, juntamente com a localização e a história, rendem até hoje várias críticas: como um museu ligado à cultura negra se inscreve num prédio de marcas coloniais? Sua "imponência" colonial põe em xeque seu lugar de representatividade daqueles que seus documentos chamam de "comunidade afro-brasileira". Para a técnica (1) isso se deve:

⁸ Segundo Stuart Davies, a missão e a visão são definições básicas postas no plano gestor e orientam esses espaços em diversas dimensões como administração e segurança. A missão tem a responsabilidade de trazer a identidade do museu e a visão deixa claro onde o museu quer chegar. (Stuart, 2001)

⁹ Informações retiradas do plano museológico do Museu da Abolição. Ver mais sobre em Plano Museológico Museu da Abolição. 2018 -2021. <https://museudaabolicao.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Plano-Museologico-Museu-da-Aboli%C3%A7%C3%A3o-2017.pdf> Última verificação realizada em 23/09/2021

Basicamente a história do Museu é uma história de fechamentos em que o nome também separava muito, né? Você tem um Museu da Abolição, então, um Museu voltado pra o que é o Museu da Abolição no Brasil na história, na escola, na mente desse país racista. É uma história de pessoas brancas que deram a liberdade aos negros e essas pessoas brancas são as salvadoras, esquecem ou ridicularizam ou menosprezam ou acabam buscando os podres de pessoas como Zumbi dos Palmares, Dandara, André Rebouças, Solano Trindade, várias pessoas que estavam no front, Luisa Mahin... Então o Museu sempre tem essa história do peso do nome e aí o Museu sempre teve afastado... Ele abriu a toque de caixa.

O nome "Museu da Abolição" é outro ponto criticado, visto com estranhamento pela maior parte das/os entrevistadas/os cujas falas trazem o questionamento: “que Abolição foi essa?”. Esse questionamento também foi feito por alguns segmentos sociais em 2005 quando o MAB esteve às voltas de mais um fechamento. A propósito, foi devido a esse evento em específico que se deu a participação mais ampla da sociedade para discutir o museu, seus problemas de cunho administrativo, suas ações e sua representatividade.

Vivianne Valença (2014), no seu trabalho de mestrado em Antropologia, intitulado "Qual o museu que nós queremos? A relação indivíduo-museu no processo participativo do Museu da Abolição (2005-2013)", faz um apanhado da história do MAB evidenciando esse momento participativo de 2005, no qual estudantes, professores, representantes do Movimento Negro, representantes da Religiosidade de Matriz Africana e demais interessadas/os fizeram parte da definição “de um novo Museu” (Valença, 2014:36). Naquele momento, dos encontros realizados no Museu foi criado o “Seminário o Museu que nós Queremos”, com a finalidade de impulsionar debates que iriam ajudar a repensar o MAB, sua missão, sua visão, encaminhamentos e documentação, inclusive na construção do Plano Museológico.

Portanto, em 2005 se iniciou um processo de revisão conceitual a partir do contato direto com a sociedade. Durante a realização do Seminário, foram elaborados dois documentos que apresentaram sugestões e propostas, e reafirmaram a necessidade de ocupação física integral do Sobrado Grande da Madalena¹⁰. Ainda foi estabelecida a criação de um Grupo de Trabalho, denominado GT/MAB, com objetivo de produzir um dossiê

¹⁰ O Sobrado da Madalena também foi sede do 1º distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – DPHAN em 1973 (p.41) e a 5ª Superintendência do IPHAN de 1980 à 2010. Valença (2014:49) explica: “(...) em setembro de 1996, o Museu da Abolição reabre suas portas, desta vez com menos acervo, pois grande parte foi devolvido às Instituições de origem, e com seu espaço físico consideravelmente reduzido, em consequência da ocupação do pavimento superior pelas instalações da 5ª Superintendência Regional do IPHAN. Desta forma, o espaço do MAB se limitava, apenas, com o pavimento térreo, uma sala de exposição permanente chamada “Memorial” onde havia algumas peças restantes do seu acervo inicial, duas salas de exposições temporárias, para expressões afro-brasileiras históricas e contemporâneas, um miniauditório e uma sala de administração.”

estabelecendo a missão, os objetivos e os processos necessários para a redefinição do novo MAB.

Também foram feitas reuniões para refletir sobre o tema da abolição e as expectativas dos representantes lá estavam em relação ao Museu. Nos encontros do GT/MAB, buscou-se delinear o início de uma política museológica participativa, por meio das múltiplas visões dos envolvidos sobre o processo histórico abolicionista e suas consequências atuais. O GT/MAB se encontrava semanalmente, de março a julho de 2005, culminando com o dossiê sobre o MAB.

Algumas/uns das/os entrevistadas/os estavam nesse Seminário e falaram sobre a indagação que seria o ponto de partida das discussões: "que Abolição foi essa? ou "Abolição de quem?". Os debates de 2005 ainda ecoam na atualidade, como, por exemplo, em 2018, o Projeto Selos¹¹, trouxe como tema “130 anos – Abolição?”¹². São elas, ainda, perguntas recorrentes respaldadas nas lacunas históricas desse país acerca das narrativas museais da cultura das pessoas afrodescendentes.

Os afrodescendentes, a quem me refiro, com bases nas categorias manipuladas pelo próprio MAB, são todas aquelas e aqueles que tem em sua origem a descendência dos povos africanos que vieram para o Brasil na diáspora escravista, diáspora esta compreendida entre olhares que se complementam. Abdias do Nascimento, com relação a arte negro-africana, percebe a diáspora enquanto função revolucionária em sua essência (2016;204). Lélia González, concebia que o Brasil diante da diáspora africana tinha um outro resultado, ressaltando “a dinâmica dos contatos culturais” (2020;297) podendo contribuir com a própria cultura de muitos países africanos. Beatriz Nascimento, por sua vez, traz a diáspora como redefinição corpórea partindo do chão dos quilombos, considerando a perda de “uma imagem” por ocasião da própria diáspora, em outras palavras, a diáspora ocasionou ao mesmo tempo uma perda das identidades de pessoas oriundas de vários países da África e em decorrência disso, há o surgimento de uma identificação com o próprio continente africano sendo os quilombos, o lugar de resistência e união desses corpos. Beatriz Nascimento pensa

¹¹ O Relatório do Museu da Abolição (2018), define o projeto da seguinte forma: "O Projeto Selos foi lançado em 2016 e tem o objetivo de associar a imagem institucional do Museu a temas relevantes do mundo contemporâneo para serem refletidos criticamente em todas as atividades do decorrer do ano. O projeto visa ampliar o público e potencializar as parcerias com instituições públicas e privadas e movimentos sociais, religiosos e culturais." <https://museudaabolicao.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Relat%C3%B3rio-Anual-do-Museu-da-Aboli%C3%A7%C3%A3o-2018.pdf> 26.02.2022 data da última visualização.

¹² A partir desse projeto outras ações como debates e exposição foram desenvolvidas. Mais informações sobre a exposição e o projeto temos registros em jornais da época tal qual da Folha de Pernambuco: <https://www.folhape.com.br/cultura/museu-da-abolicao-discute-130-anos-do-fim-da-escravidao-no-brasil/62582/> (acessado em 23/09/2021).

sobre um corpo negro que surge dessa experiência e do sentimento de pertencimento gerado a partir desse território que é o quilombo (2006;65).

Descendemos dessa diáspora negra, a escravidão foi um projeto desumano de mercantilização dos corpos negros no qual já estava previsto o embrutecimento e morte desses corpos escravizados, nosso orgulho, permitam-me minha inclusão, está na agência de nossos ancestrais em não sucumbir, não morrer. A consciência dessa agência ancestral, por certo, se fez presente nas falas das/os participantes do Seminário “O Museu que nós queremos”.

Há outras críticas, também fortemente relacionadas à localização geográfica do Museu, situado em um bairro de classe média. Segundo a/o entrevistada/o

O museu tá localizado num bairro que não é tão próximo assim de algumas periferias, tem periferias próximas, mas, enfim é um bairro central no Recife e ele tá dentro de um casarão no Recife que ele é imponente por si só, neh? Ele tem uma azulejaria portuguesa, ele tem toda aquela aura de um lugar que só deve entrar ali gente que é importante.

Assim, podemos ver, a partir das falas das/os entrevistadas/os e as fontes as quais pesquisei, que a localização e o nome do Museu geram questionamentos, especialmente entre as pessoas negras. Mesmo após tantos debates e encontros, ainda persistem esses questionamentos, uma vez que o prédio nunca vai deixar de ser uma herança colonial, o bairro em que está localizado é de classe média predominantemente de cor branca¹³ e a Abolição da escravatura encontra ecos de interrogações em nosso cotidiano.

Por outro lado, quando tratamos da instituição Museu, a museóloga negra e militante, Joana Flores (2015;20) alerta que “mesmo quando da ampliação do conceito de “Museu Integral” estabelecido pelo ICOM¹⁴ em que por estar o museu a serviço da sociedade e da qual é parte integrante ele necessita participar mais ativamente do processo de formação da consciência das comunidades às quais ele serve”. Ou seja, o museu exerce um papel importante enquanto vetor de conscientização e participação das comunidades em seu fazer cotidiano, mas essa ainda não é a realidade de muitas instituições museais tradicionais¹⁵. Da forma que aponta Flores, as instituições museais deveriam ser mais abertas a essa participação

¹³ Os dados pesquisados no site da Prefeitura de Recife em Serviço para o Cidadão, apontam 56,11 em predominância da cor branca para os moradores desse bairro. Ver mais em: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/madalena> Data da última visualização: 04/10/2021

¹⁴ “O Conselho Internacional de Museus (ICOM) é uma organização internacional de museus e profissionais de museus que está comprometida com a pesquisa, a conservação e a comunicação para a sociedade do patrimônio natural e cultural mundial, presente e futuro, tangível e intangível. Criado em 1946, reúne atualmente mais de 44.000 membros de 138 países.

¹⁵ São exemplos de museus tradicionais, os museus históricos que apresentam uma narrativa cronológica dos acontecimentos e seu acervo tem o propósito do registro documental que atesta a veracidade de uma época vivida.

comunitária. O caso do MAB se relaciona a uma atenção especial às demandas da diversidade de pessoas e movimentos negros da cidade do Recife.

O Museu da Abolição é um museu tradicional inclinado a se rever enquanto “museu integral”¹⁶. A reflexão sobre esse conceito é dada a sua importância, uma vez que após quase 50 anos de seu surgimento, a potência das discussões levantadas à época ainda hoje se faz presente. O conceito ancora sua pauta nas discussões acerca da importância de os museus trazerem em suas exposições e em outras ações questões ligadas à realidade social de países da América Latina, imersos em desigualdades sociais. O conceito tem em sua base, a proposta de museu aberto à presença direta das comunidades em seus espaços, pensando as exposições e propondo ações. O conceito de “Museu Integral”, por mais que tenha sido criado em um contexto histórico diferente do que vivemos atualmente, não é obsoleto, uma vez que as desigualdades sociais permanecem e os museus ainda são espaços que resistem a essa participação.

¹⁶ O conceito de “Museu Integral” foi elaborado de forma mais contundente na Mesa Redonda em Santiago do Chile em 1972, na qual se discutia nas várias conferências que faziam parte da mesa, sobre a participação das pautas sociais nos museus dos países marginalizados, os diferenciando dos países europeus. A discussão também ocorre em um momento em que vários países da América Latina estavam sob o regime da Ditadura Militar (para saber mais: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>. Sobre). É importante lembrar que foi a partir desse conceito que surgiu a Nova Museologia, um conceito que se converte em práticas museológicas voltadas para o social. A museóloga e filósofa Tereza Scheiner (2012) afirma que a Mesa de Santiago do Chile trouxe uma discussão já existente desde a década de 1950 sobre as questões em torno da museologia e a função social dos museus. A autora explana o conceito de “museu integral” como um redirecionamento na função dos espaços museais. Para a autora, a Museologia trabalha com as ideias e conceitos de preservação e conservação do patrimônio da humanidade e a representação da sociedade humana. O museu, nesse sentido, deve ser compreendido como fenômeno constituído pela coexistência do humano, suas memórias no tempo e no espaço. A autora também finca as ideias oriundas da Mesa de Santiago dentro dos interesses e intenções do ICOM e da UNESCO e aponta uma possível confusão do “conceito de museu, ou da prática museológica, com a prática em si mesma”, considerando “a marca registrada da Carta de Santiago: os museus tradicionais também podem e devem, ser integrais.” Mais recentemente, o antropólogo e museólogo Bruno Brulon Soares (2020) afirmou que o conceito de “museu integral” é importante por trazer uma perspectiva latino-americana sobre os museus e a museologia no final do séc. XX, “com o conceito fabricado a parti das ideias do Sul”, seguindo o desafio de pensar criticamente os museus e suas tipologias, entre eles os “museus tradicionais”, a partir da realidade da América Latina. Porém o autor alerta para o fato que após 50 anos do conceito de “museu integral” o mesmo vem sendo absorvido progressivamente, desde as últimas décadas do séc. XX pelo discurso da museologia dominante, expressivamente na Europa, com a difusão da noção de “ecomuseu” e mesmo na América Latina, no discurso dos estados nacionais e nas políticas culturais locais, com foco no desenvolvimento econômico das sociedades por meio da cultura. A historiadora e museóloga Luciana Cruz e Souza (2020), também se debruça criticamente sobre a temática do conceito de “museu integral” buscando entre outras discussões diferenciá-lo do conceito de “museu integrado”. Ela ressalta que é “possível considerar, portanto, que o evento se propôs a pensar o museu a partir de marcos não apenas culturais, mas socioeconômicos que esbarram em questões históricas, como disputas por terra, as lutas pela redução das desigualdades e pelo reconhecimento étnico.” (pág.11/121). Souza aponta a imensa colaboração política e simbólica que a Mesa de Santiago do Chile evidencia sobre as questões socioeconômicas da região, quando o “museu integral” afirma-se como “fator de mudança social”, propondo uma “reconfiguração dos trabalhos institucionais”. A autora também aponta a diferença do “museu integrado” para o “museu integral”, o primeiro não propõe uma ruptura da ordem estabelecida, ao contrário, ele incorpora a ela. Já o museu integral se vê atravessado pelas experiências sociais e está voltado para assuntos da comunidade, a territorialidade não se refere a uma unidade, mas sim a uma totalidade dialética.

Considerando que a criação do MAB é de 1957¹⁷, não teve o propósito de representação de um grupo social e sim o propósito de homenagear abolicionistas, então inicialmente ele não se pauta nos elementos constitutivos do conceito de Museu Integral. Na ocasião de abertura do MAB, apenas no começo dos anos de 1980, há uma aproximação da sociedade através de telegramas enviados às pessoas e entidades representativas¹⁸ porém existiam demandas urgentes, como a própria estruturação e adequação do espaço para o funcionamento efetivo de um Museu. A abertura significou o início de uma caminhada, na qual o conceito de “Museu Integral” ainda era uma miragem. Dessa forma, considero que a partir de 2005 com as discussões e a participação dos segmentos sociais já citados, isso passa a ocorrer e o MAB passa a se aproximar, na minha compreensão, do conceito de “Museu Integral”, um conceito forte, o qual dá vazão aos demais a serem elencados no decorrer desta escrita.

Uma/um das/os entrevistada/os coloca que as instituições museais ainda são espaços longe do acesso de muitas pessoas, para ele/a: “essa é uma barreira que todos os museus precisam enfrentar, devem se abrir para se tornar lugares agradáveis, menos formais, que interessem às pessoas as discussões que elas têm [...] o museu evolui a partir do contato com as pessoas.” Ainda na fala desse/a entrevistada/o: “o MAB tem uma história mais ligada ao contexto de dever da época, então assim, um Museu da Abolição para guardar a memória dos abolicionistas, as pessoas que trabalham e que frequentam o museu sabem que ele partiu de uma perspectiva equivocada”. Cabe aos Museus, de um modo geral, o desafio de democratização desses espaços, através da participação dos vários grupos sociais que formam

¹⁷ Na década de 1950, o professor Martiniano Fernandes elabora a proposta do Museu da Abolição, encaminhado ao Senado Federal com o projeto Lei nº 39 de 14.05.1954 em honra aos dois abolicionistas João Alfredo e Joaquim Nabuco. Mas só em 1957, no governo Kubitschek criou o Museu da Abolição – Plano Museológico 2018-2021.

¹⁸ Na Parte I do Plano museológico 2018 – 2021, no item 1.6 há a seguinte informação: em setembro de 1982, o então Secretário de Cultura do Ministério de Educação e Cultura, Marcos Vinícius Vilaça, instalou um Grupo de Trabalho, com a tarefa específica de elaboração de um projeto, execução e implantação do Museu da Abolição, com inauguração determinada para 13/05/1983, sendo a Portaria correspondente publicada apenas em 12/04/1983. O Grupo de Trabalho foi integrado por Alair Barros, Olímpio Serra, Regina Timbó, Raul Lody e Roberto Motta. Devido ao curto tempo disponível, o Grupo elaborou duas propostas: uma de curto prazo, para efetivar a inauguração do Museu; e outra de longo prazo, para dar as condições de funcionamento e desenvolvimento de suas funções e atribuições, assim como a montagem das seções técnicas e administrativas necessárias. Naquele momento, foram explicitados os objetivos, metas, regulamento, estrutura, organograma, quadro mínimo de pessoal (15 funcionários), equipamentos e necessidades para sua implantação e funcionamento, proposta esta que nunca chegou a ser viabilizada. Realizaram-se consultas através de correspondências a várias personalidades e instituições ligadas à temática afro-brasileira, solicitando sugestões e subsídios para a definição do Museu da Abolição. Cerca de 200 cartas foram enviadas, obtendo-se apenas pouco mais de 20 respostas. No relatório de avaliação, o Grupo de Trabalho concluiu que a forma de consulta utilizada não foi a mais proveitosa para a participação das referidas instituições e personalidades, indicando que a realização de um seminário traria maiores e melhores subsídios. O documento não traz a informação se o Seminário chegou a ocorrer.

a sociedade brasileira e cabe ao MAB, de forma específica, fazer desse desafio um exercício diário diante de sua proposta de representação encontradas na missão e na visão do museu.

Depois da abertura, em 1983, com a exposição de curta duração intitulada “O Processo Abolicionista através dos Textos Oficiais”, o MAB passou por dois fechamentos e duas reaberturas¹⁹ que sinalizavam crises de várias ordens, tais quais política, econômica e/ou administrativa²⁰. A movimentação ocorrida em 2005, com a participação de segmentos da sociedade gerou entre outras ações importantes para o MAB. A versão primeira do Plano Museológico²¹ da instituição realizado em 2007 registrou um pouco dessa história:

Este documento é resultado do processo surgido a partir do Seminário “O Museu que nós queremos”, realizado em 16 e 17 de março de 2005, no Museu da Abolição – Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira, e continuado com o Projeto de Elaboração participativa do Museu da Abolição, iniciado em 2008 com a reabertura do Museu e inauguração da Exposição Campanha “O que a Abolição não aboliu”, que tiveram como objetivo mobilizar a comunidade do Estado de Pernambuco para que, em conjunto com técnicos e especialistas, se pudesse repensar um novo Museu que permitisse refletir a problemática, os anseios da sociedade com relação a temática da escravidão/abolição/liberdade, além de preservar memórias através de visões múltiplas do processos históricos.

¹⁹ O MAB possui em sua história dois fechamentos e duas reaberturas oficiais, o primeiro fechamento é datado de 1990 com data de reabertura em 1996 e o segundo fechamento é datado de 2005 com data de reabertura em 2008. (Plano Museológico 2018 – 2021.)

²⁰ Atualmente o MAB em sua Gestão de Pessoas possui um quadro funcional de: Um Chefe de Serviços, Uma Técnica em Assuntos Culturais – Museologia, Uma Técnica em Assuntos Culturais – Museologia, Uma Técnica em Assuntos Educacionais, Uma Analista I – Administração; Um Assistente Administrativo; Um Técnico I; Um Técnico II; Quatro (4) estagiários: Um na área de administração e três na área técnica, sendo um da museologia, um do educativo e um da comunicação. Ao todo seis funcionários terceirizados trabalham nos serviços de limpeza e conservação. Há quatro pontos de vigilância/segurança terceirizados; dois pontos diurnos e dois pontos noturnos, além de dois pontos de recepção terceirizados. Aqui, é importante frisar, que a mudança no quadro funcional do museu deu-se em virtude do concurso realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, criado em 2009 através da Lei nº 11.906/2009 e na época vinculado ao Ministério da Cultura - MinC. Segundo o Plano Museológico do Museu, “esse quadro de servidores é adequado para o desenvolvimento das atividades da instituição, com exceção das áreas de comunicação, arquivo e biblioteca, pois nenhum dos atuais servidores têm formação nesta área do conhecimento.” O documento salienta a necessidade de servidores nestas áreas uma vez que a vinda destes com essa expertise traria uma melhor qualidade de atendimento à comunidade. Quanto a capacitação desses funcionários “O MAB mantém programa de capacitação para seus servidores seja por meio de cursos à distância ou presenciais, participação em seminários e congressos, nas áreas pertinentes às necessidades da instituição, do ponto de vista conceitual e técnico relativos à missões e objetivos institucionais.”

²¹ No Estatuto dos Museus, órgão criado através da lei nº 11.904/2009 que subentende a razão dos museus, o qual no Art. 45. compreende o plano museológico como uma ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica. É importante pontuar que o plano museológico existe como documento importante a partir da criação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, em 2009, através da Lei nº 11.906/2009. O Ibram esteve vinculado até 2018 ao Ministério da Cultura, extinto em janeiro de 2019. Atualmente o Instituto é vinculado ao Ministério de Turismo, órgão gestor da Política Nacional de Museus. Dessa forma, os museus federais têm seu Plano Museológico disponíveis nos sites governamentais, como o Ibram e o museus.br. dada a sua importância, o Plano Museológico do MAB será recorrentemente citado no decorrer do trabalho.

2.2 Os hiatos de uma história: conceitos bons para pensar um museu de cultura negra

A ideia de fundação do Museu da Abolição começa a ser forjada na década de 1950 para homenagear a memória de dois abolicionistas pernambucanos, João Alfredo e Joaquim Nabuco, que se empenharam nas lutas em prol da abolição da escravidão.²² Essa proposta é enviada ao Senado Federal em 1954. Desde então, foram seguidos os trâmites de criação do museu com a desapropriação do Sobrado da Madalena, a emissão de posse, o tombamento e o restauro do prédio.

A inauguração, porém, dá-se apenas em 1983, com a exposição - O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais. Não tive acesso às fotografias e relatórios da época, mas penso que o próprio processo para a abertura do Museu já daria uma exposição, haja vista o grande acervo gerado da própria documentação produzida nos trâmites jurídicos, os registros fotográficos, o levantamento das famílias que ocuparam o Sobrado e que eram pessoas em condições de moradia de rua²³, famílias desabrigadas que viviam no sobrado clandestinamente e tiveram que deixar o lugar, não há maiores informações sobre elas.

Porém, cabe a pergunta: quem eram as famílias desabrigadas que ocupavam o Sobrado da Madalena antes do restauro? Para onde foram essas pessoas? Elas ocupam outras casas nos arredores do Museu ou foram deslocadas para algum lugar longe do centro urbano? Creio que essa não era uma pauta a ser discutida em 1983, ano da inauguração do Museu.

O fato é que o Museu da Abolição demorou para ser aberto ao público e quando isso aconteceu não teve a participação direta da comunidade. O MAB em seus primórdios não abrigava em sua constituição a ideia de representatividade da população negra²⁴. Como já foi dito, o MAB foi instalado em um Sobrado cujos donos foram senhores e senhoras de escravos, o Sobrado é localizado em um bairro de classe média e desde sua proposta de criação não estabeleceu um diálogo direto com os movimentos sociais negros, com artistas negros e negras, nem com as lideranças comunitárias negras que respondem por muitas comunidades periféricas da cidade composta em sua esmagadora maioria por pessoas negras

²² Para saber mais, ver o site: <<http://museus.cultura.gov.br/espaco/6102>> Data da última consulta: 22/02/21.

²³ Fonte: <https://museudaabolicao.museus.gov.br/museu-da-abolicao/historico/> Data da última consulta: 08/10/21.

²⁴ Segundo Mário Chagas, o MAB “foi criado da maneira que se pode dizer indicada para fazer com que o museu não dê certo, da maneira inadequada de criação. Criado por um decreto, o decreto fez assim, criou-se o museu e ninguém pensou em nada, não se pensou em projeto, não se pensou em consultar a comunidade, não se pensou em absolutamente nada. Foi criado em 54 e 57 e na verdade nunca existiu, ele existia no papel, mas não existia de verdade” (2008 apud VALENÇA, 2014, p. 36 e <http://www.museuafrodigital.com.br/paginazero/> no Link de Etnografia – Metacuradoria do MAB).

na cidade. Ele é criado, instalado, inaugurado, mas sem a legitimidade e o reconhecimento desses representantes. A quem, então, interessava um Museu da Abolição?

A "comunidade afrodescendente", esse conjunto de representantes de homens e mulheres negros e negras, foi alijada do processo de criação e participou apenas de forma indireta de sua abertura. O MAB trouxe um passado de dor e escravidão de volta através das memórias, datas, documentos e histórias do Sobrado, porém não estabeleceu o diálogo com os/as verdadeiros/as protagonistas das narrativas que o Museu deveria produzir e cujas ações deveriam se direcionar. Todo esse processo lembra o que diz Rolph Trouillot (2000) quando se refere às homenagens que mais parecem “memórias abortivas”, forma de tornar vivo, de trazer de volta um passado sem oportunidade, em um presente em que eu e os meus também não temos fala.

A negação da fala das pessoas negras, as protagonistas, é restituir uma "Memória da Plantação" (Kilomba, 2008), reflete o processo de negação, silenciamento desse do corpo negro. Em Memória da Plantação, Grada Kilomba, na introdução, cita o poema de Jacob Sam-La Rose elegendo este como um dos seus poemas prediletos

Por que escrevo?
Porque eu tenho de
Porque minha voz
Em todos os seus dialetos
Tem sido calada

A escritora deixa claro que esse poema a conduz no exercício político de falar a partir de sua realidade e falar enquanto sujeito de sua história, falar enquanto sujeitos políticos transformando a nós mesmos, nos opondo ao “lugar de “outroridade” o de inventar a nós mesmos de (modo) novo.” (2008;29). Kilomba inicia o segundo capítulo do seu livro indagando “Quem pode falar?”, trazendo consigo as autoras Gayatri C. Spivak (1995), Patrícia Hill Collins (2000), Irmgard Staeuble (2007), Audre Lorde (1993) e Bell Hooks (1981) para a discussão. Grada Kilomba fala do ponto de vista da experiência acadêmica, porém o texto também nos revela como essa estrutura colonial permanece em nosso tecido social.

Atenta a isso, penso que a instituição museal como lugar de discurso e de representação pode continuar mantendo os resquícios dessa estrutura colonial quando se ancora nos discursos verticais sem a presença da comunidade e distante da realidade social. Então, a trajetória do MAB desde a criação à abertura, quando inaugurou com a exposição "O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais", idealizada por um de grupo de trabalho

(GT) composto por profissionais reconhecidos²⁵, porém sem a participação direta de expoentes negras e negros do cenário literário, político e cultural do Estado²⁶, é uma constatação dessa permanência.

A exposição de abertura, embora contasse com uma equipe de profissionais que podemos considerar antirracistas, é na verdade a narrativa de uma mulher branca e homens brancos, falando sobre mulheres negras e homens negros. Fica marcada a ausência de profissionais negros e negras, marcando o privilégio da branquitude se impondo num museu sobre a cultura negra.

No livro *Branquitude Dilema Racial Brasileiro*, o antropólogo Willian Luiz da Conceição aborda a temática da branquitude como também um “lugar estrutural de vantagem e de privilégios ‘raciais’ baseados em práticas e identidades culturais não necessariamente marcadas ou fixas, mas nas quais a brancura é estabelecida como valor simbólico” (2020;23). Aqui não estamos nos referindo à capacidade dos profissionais de realização do trabalho, mas quão comum é essa formação. O legado de “privilégios” diz respeito à construção histórica que faz da presença de alguém de fenótipo negro algo destoante do esperado, mesmo sendo esse alguém tão capaz quanto a/os demais escolhida/os. Acredito que o museu é também esse lugar simbólico onde repousa valores e por isso mesmo passam a ser cada vez mais lugares contestados em seus discursos e práticas.

O valor simbólico a que o autor se refere está ancorado na credibilidade que a pele branca remete. O ser branco é o padrão aceitável em uma sociedade normativa, historicamente construída a partir da ideia de dominação dos outros povos²⁷, na qual os não brancos eram vistos como inferiores.

Em “Pele Negra, Máscaras Brancas”, Frantz Fanon (2008)²⁸ analisa o trabalho do psicanalista Octave Mannoni a respeito do fator psicológico da relação entre nativo e

²⁵ Entre alguns nomes está Olímpio Serra, que era engajado na luta, foi Presidente da Fundação Pró-memória (1979) e um dos fundadores do Parque Memorial Zumbi dos Palmares, em Alagoas.

²⁶ Considerando que o Brasil estava no final da ditadura militar, representado pelo então presidente, João Batista Figueiredo, em 1983 os movimentos sociais já se organizavam, o que sinaliza que no ano da inauguração da exposição, já havia uma organização política de lideranças negras em Recife, o Movimento Negro do Recife – MNR, por exemplo.

²⁷ Anibal Quinano (2005) em *Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina* nos coloca que a codificação da cor começa diante de uma realidade britânico-americana em relação aos negros “Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em consequência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos” O autor discorre sobre a invenção da cor, na indicação de raça e da categoria de branco e aponta que no Império Romano os conhecidos europeus de agora já haviam encontrado os também conhecidos africanos de agora, havendo familiaridade entre eles não se pensando os africanos em termo raciais, esse é uma invenção que acontece quando a América aparece.

²⁸ Fanon (2008) Analisa a ideia de O. Mannoni “sobre os fenômenos psicológicos que regem as relações entre nativo-colonizador.” Fanon aponta que Mannoni não conseguiu em seu estudo sobre as relações coloniais

colonizador na colonização de Madagascar. O psicanalista se debruça a analisar o fator patológico sobre o sentimento de inferioridade desenvolvido pelo branco colonizador. Todavia, Fanon detecta que em relação aos nativos, Mannoni aponta para um comportamento natural, ou seja seria, da natureza do Malgaxe o sentimento de inferioridade. Dessa forma a pessoa branca, afastada dos seus, desenvolve um comportamento patológico de inferioridade, enquanto a pessoa negra afastada dos seus, seria inferior por sua própria natureza.

Fanon também traz esse branco europeu que chegava às colônias, “comerciantes”, “traficantes” muitas vezes visto como inferior em sua terra natal e do pensamento de inferioridade construído sobre e para os povos colonizados. O que compreendemos enquanto o sentimento da alteridade é que nos países colonizados existe em referência ao outro branco, o outro negro desaparece, ou seja a pessoa negra, não está para outra pessoa negra e sim em relação ao branco e o branco é o padrão. Há a perda de uma referência quanto ao meu igual, a referência passa a ser o branco, e só o branco tem como parâmetro o seu igual.

Considerando essas colocações, a equipe formada para a trabalhar na abertura, mais especificamente na primeira exposição, segue o padrão estabelecido por uma sociedade que atribui a pessoas brancas a credibilidade de execução dos trabalhos. A ausência da participação de negras e negros, do grupo de pessoas que foram convidadas para fazer/pensar essa exposição, consolida a chamada desse capítulo. Aqui me debruço sobre os hiatos, sobre as lacunas que contribuíram para que esse “Breve Histórico” sobre o MAB pudesse se estender para além de um “*copy and paste!*” do histórico MAB encontrados nos documentos da instituição e nos trabalhos acadêmicos.

A propósito, dessa ausência de falas de mulheres e homens negras e negros, o conceito de Lugar de Fala trazido por Djamila Ribeiro, é fundamental para pensar o MAB. Lembrando que o Museu passa a buscar esse “lugar” ao longo do tempo, o que se manifesta no movimento de reestruturação conceitual já mencionado ocorrido em 2005, procurando deixar de ser um museu branco que fala sobre cultura negra, para ser um museu negro que fala sobre a cultura negra em sua diversidade. Compactuo com o que pensa Djamila Ribeiro (2017) que apura esse conceito ancorado na tradição do discurso a partir do ponto de vista feminista e no bojo dos debates acerca da diversidade cultural, da teoria racial crítica e do pensamento decolonial.

alcançar verdadeira estrutura, considerando a própria densidade que o estudo dos “povos diferentes” demanda. Porém o trabalho de Mannoni para Fanon é importante por evidenciar essa relação e lançá-la na instrução da matéria. Fanon aponta que sua análise terá como objetivo o racismo, ali não declarado, porém detectado.

Esses debates foram alcançando os movimentos sociais e esses movimentos foram adensando essa fala em sua prática. Djamila ressalta que isso se fortificou de forma virtual, midiaticamente o conceito tomou grandes proporções, se popularizou o que foi muito importante, porém algumas confusões acontecem com emprego do conceito: só pode falar de racismo quem for negro? A autora esclarece que ao conceito não cabe o essencialismo, ou seja, não há uma demarcação de quem pode falar o que, mas é preciso dizer de onde se está falando. O Lugar de Fala se refere ao *locus* social a que os indivíduos que falam fazem parte dentro dessa trajetória. A autora nos fala que esse conceito vai se tornando uma ferramenta política, que tem muito a ver com a autorização da fala. Quem afinal pode falar?

O conceito também não torna homogêneo as experiências de indivíduos do mesmo grupo social, se considera que haja experiências diferentes, compreendendo que elas são atravessadas pela autorização da fala, pela não visibilidade, ilegitimidade e dificuldade de acesso aos espaços socialmente hierarquizados, através das relações de poder. Acredito que este conceito de Lugar de Fala pode ser aplicado ao próprio museu, uma vez que a instituição museal é um lugar onde se produz discursos e o MAB se converte em um lugar privilegiado para a "fala" dos afrodescendentes, sobre várias falas sobre as culturas negras que constituem nossa sociedade.

Os museus travaram, principalmente no período de quarentena em decorrência da pandemia da Covid-19, um debate acerca desse lugar enquanto espaço participativo, colaborativo e ativista. Se essas características de museus institucionais estão em pauta na atualidade²⁹, pensamos o quanto é lento o processo de mudança, lembrando que desde ao menos 1972, ocasião em que o conceito de “Museu Integral”, isso é proposto.

Inicialmente, o MAB estava envolto a problemas com a própria implantação do museu³⁰ e por ocasião de sua abertura, em 1983, também era essa uma das suas preocupações. Dessa forma, o Museu ideal que tivesse uma maior participação da comunidade afrodescendente, também foi ficando para depois. A preocupação primeira é correntemente na estrutura do espaço, tal preocupação entretanto, esteve sempre em primeira instância em relação a proposta de um museu mais participativo. É como se a preocupação com a estrutura, com o

²⁹ O novo conceito de Museus proposto pelo ICOM – Conselho Internacional de Museus – estremece as estruturas dos Museus Institucionais e Tradicionais. Segundo o site do ICOM Brasil (<https://www.icom.org.br/?page_id=2173>), em vigor desde 2007, a definição de museu elaborada pelo ICOM está em revisão. O processo se dá de maneira colaborativa, seguindo uma metodologia em 11 passos estabelecida pelo comitê. O ICOM define que este processo pressupõe o forte envolvimento dos comitês nacionais em várias etapas – a primeira delas, a consulta às redes locais a respeito dos conceitos que devem constar da nova definição. A própria consulta às instituições museais e à sociedade de uma forma geral, já representa uma quebra de paradigma.

³⁰ Considero aqui a data de criação do Museu da Abolição ocorrida em 22 de dezembro de 1957, por meio da Lei Federal nº 3357, pelo então Presidente Juscelino Kubitschek (Plano Museológico do MAB 2018 – 2021).

grande prédio colonial a ser reformado, distraísse as pessoas que fazem o espaço da importância dessa participação, desse Lugar de Fala dos sujeitos que produziram os conteúdos para o Museu, que deveriam ser partícipes e c gestores dele.

Ainda a propósito da inauguração, a própria data do dia 13 de maio, dia emblemático para um museu “da abolição”, reforça a fala de pessoas não negras, a data está no Calendário Oficial Nacional como o dia da “libertação dos escravos” reconhecidamente na História do Brasil. Inadvertidamente, o 13 de maio ainda é reverenciado por muitos como “o dia em que a princesa libertou os escravos”. Porém, concordamos com o que Elisa Lankin, no livro "Dois Negros Libertários Luiz Gama e Abdias Nascimento", nos traz sobre esse tema:

A luta libertária dos quilombos, com sua afirmação guerreira do protagonismo humano do povo cativo, abalou profundamente o alicerce do sistema colonialista, isto é, a proclamada superioridade europeia que o justificava. Entretanto, ela quase sempre se encontra separada daquelas definidas como “lutas anticolonialistas” pelos historiadores convencionais. Da mesma forma, a ação abolicionista do irreverente Luiz Gama, ironizador dos “nobres desta terra empanturrados”, nunca mereceu destaque comparável àquele destinado as figuras como Joaquim Nabuco ou José do patrocínio, este um negro suficientemente integrado às classes dominantes a ponto de proclamar a Princesa Isabel “a loira mãe dos cativos”. Até hoje, quando surgem, com todo o apoio oficial, comissões comemorativas do centenário da abolição compostas exclusivamente por “brancos” descendentes da classe escravagista, o que se procura através do discurso convencional é obliterar o protagonismo histórico afro-brasileiro. (LANKIN,1985, p. 11)

E estamos nós às voltas com a “Outroridade” que Grada Kilomba evidencia, estamos quase sempre no papel de objetos, “então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em para falar de nossa cultura e mesmo em nós” (2008;51).

O ano de 2005 marca o período em que ocorreu um processo de mudanças conceituais e expográficas, no qual as referências ao momento histórico da escravidão perdem a centralidade simbólica dando lugar às questões mais contemporânea. A data de 13 de maio e a própria abolição da escravidão, passa por debates calorosos e questionamentos, agora sim, partindo de mulheres e homens negras e negros que se fizeram presente nas reuniões que aconteceram à época no MAB.

A pesquisadora Daiane Carvalho, em sua dissertação "O Caráter da Produção, Organização e uso da Informação em Museus: o caso do Museu da Abolição em Recife – PE" nos traz um panorama do que significou essa tomada de decisão quando do chamamento da sociedade para discutir o museu: “Considera-se que este fechamento representou para o Museu a chance para se reinventar e refletir sobre a temática da Abolição e sobre as

expectativas da comunidade afrodescendente em relação ao Museu, pois foi naquele momento que se realizou o Seminário “O Museu que nós queremos” (2017;65).

Acreditamos ser importante trazer aqui essa fase do MAB vivenciada em 2005, até para deixar claro o quanto é diferente algo feito para falar sobre o “outro” e quando o “outro” exerce o lugar de fala. E é exatamente aqui que um outro conceito, o de Escrivivências, se articula com o de Lugar de Fala. O conceito “Escrivivências” foi criado por Conceição Evaristo para definir a forma como ela escrevia. No vídeo "O ponto de partida da escrita", gravado em 2017³¹, ela fala que sua escrita parte da experiência dela ou da experiência dos seus. Diz ela: “eu concebo meus textos a partir da minha condição de mulher negra”. Ela continua sua fala dizendo que seus textos literários nascem a partir de onde seus pés estão fincados:

Meus pés estão fincados, no lugar de mulher negra na sociedade brasileira, no lugar de mulher pobre, na sociedade brasileira, a partir por exemplo da minha história pessoal: foi uma mulher que nasceu e se criou em uma favela, veio de situação subalterna e hoje faz, isso, isso e aquilo e aí eu tenho dito, as nossas histórias [...] essas histórias de pessoas que vieram de classe subalternas, essas histórias como a minha, elas apenas confirmam, elas são uma exceção dentro da regra.

A escritora em entrevista ao Literaturas Brasileiras³² define a origem de sua escrita através da experiência enquanto mulher negra na sociedade brasileira. A Escrivivência advém da própria vida de mulheres, homens e crianças negras, como diz ela: “o meu material literário está profundamente ligado às experiências dessa coletividade negra”. A escritora atenta para uma fala de dentro, que reconhece em si uma “experiência histórica”, o lugar de gênero e de experiência étnica. São nesses lugares e grupos sociais que costuro esse diálogo entre o conceito de Lugar de Fala e o conceito de Escrivivência em busca desse encontro no Museu da Abolição.

Os encontros de 2005 a 2010 no Museu pensaram uma gestão representativa para o MAB. Os segmentos sociais que estavam discutindo o Museu, fazendo parte de oficinas e montando exposições, vislumbraram poder escolher uma pessoa negra para a direção do Museu. Porém, a almejada “democratização da gestão” segundo Valença (2014:135) não era vista com bons olhos pelo Ibram “as instituições públicas federais não estavam preparadas para esse tipo de experiência”. Valença relata que aos fins da gestão de Adolfo Samyn Nobre

³¹ O ponto de partida da escrita – ocupação Conceição Evaristo (2017) Canal Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=3CWDQvX7rno> dt. Última visualização 28.09.21

³² Encontrado na Plataforma facebook e canal youtube <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY> dt. Última visualização 24.09.21

(2010 - 2014), se amadurece juntamente com os segmentos sociais a ideia da importância do fenótipo negro na direção do MAB.

Partindo dessa compreensão, um documento³³ foi redigido³⁴ “à equipe da instituição, reconhecendo a importância de ter uma/um negra/o na direção do museu, lançou um documento **“Por um (a) negro (a) na direção do Museu da Abolição - MAB”**.” O Edital para a vaga da direção do MAB foi aberta, porém a única candidata negra que se inscreveu foi Rosilene Rodrigues dos Santos³⁵, sendo selecionada em terceiro lugar.

Essa retrospectiva é necessária para o entendimento de que há oito anos já havia o anseio por uma representação de fenótipo negro na gestão do MAB e que durante 08 meses de 2019 uma mulher negra, Daiane Carvalho, uma das museólogas do Museu, respondeu interinamente pelo MAB e que mesmo diante dessa realidade o Edital Nº 3/2019, lançado pelo Ibram de Chamamento Público nº 3, de 21 de março de 2019 para preenchimento do cargo de Diretor do Museu da Abolição (Recife - PE) e especificamente no Objeto do preenchimento da vaga, não havia nenhuma ressalva quanto ao fenótipo e as Ações correlatas específicas das/os candidatas/os ao cargo, voltados a trabalhos com a comunidade afrodescendente, mesmo diante de um documento outrora pensado com essa finalidade e mesmo diante da interinidade da Museóloga do MAB, Daiane Carvalho.

Na fala das/os entrevistadas/os sobre o concurso, foi possível perceber a insatisfação dos processos de como ele ocorre “no edital não pedia que a/o candidata/o conhecesse a temática” / “o edital deveria ser personalizado a partir da realidade do Museu, então para cada Museu deveria ser pensada a especificidades do Museu e se pedir determinadas experiências/exigências” / “a equipe técnica deveria ter alguma participação nesse processo seletivo”. O que fica claro diante das colocações é que o Ibram não reconhece as especificidades dos museus e muito menos escuta as recomendações realizadas por funcionários e pela comunidade que está inserida em seu cotidiano.

Em consulta ao site do Ibram³⁶, constava na chamada pública para o processo seletivo de 2011, para diretor do Museu da Abolição o seguinte: “Poderão concorrer servidores efetivos e não servidores, desde que tenham formação em nível superior na área de

³³ Este documento foi elaborado em 15 de agosto de 2011 e está citado na dissertação de Viviane Ribeiro Valença (2014) Qual é o Museu que nós queremos?

³⁴ Em Valença (2014) a antropóloga cita em nota de rodapé a data da criação do documento “15 de agosto de 2011” (2014;103), porém não diz a quem foi enviado e nem a data desse envio.

³⁵ À época a candidata era diretora da Igualdade Racial da Prefeitura do Recife – PE.

³⁶ <https://antigo.museus.gov.br/chamada-publica-museu-da-abolicao/> última consulta realizada em 11/01/22.

Museologia ou áreas afins no campo das Ciências Sociais e Humanas.”. Portanto, os editais lançados pelo Ibram ao não reconhecerem as especificidades demandadas de cada museu, ao nosso ver, se posiciona contra o reconhecimento que há narrativas diferentes em cada um desses equipamentos.

Quando o Ibram elabora um edital que ignora toda trajetória vivenciada por um espaço museal e praticamente reduz a escolha de candidatas/os à conhecimentos técnicos e gerenciais à gestão desses museus, engessa um perfil de diretor praticamente homogêneo para os 30 museus pelos quais responde, negando a esses museus uma identidade própria diante da diversidade de suas trajetórias de criação e mudanças ao longo do tempo.

Ainda sobre o documento **“Por um (a) negro (a) na direção do Museu da Abolição - MAB”** a fala das/os entrevistadas/os do MAB me chamou a atenção. Um/a deles/as afirmou: “O Ibram nunca vai botar o critério de cor, de pele pra você poder participar de uma seleção de gestão em nenhum museu dele, isso nunca vai acontecer e a gente não tem nenhum poder sobre isso.” E o que poderia fazer o MAB ajudar nesse processo de seleção? Uma das entrevistadas/o afirma que: “para gerir um Museu requer conhecimento sobre administração, gerir recursos, sobre o que é um Plano Museológico” dentro dessas colocações nos ocorreu pensar se o próprio MAB em sua representação/representatividade poderia ofertar capacitações, que tenham como finalidade preparar candidatas e candidatos para assumirem essas vagas tão específicas, como, por exemplo, a elaboração de Planos de trabalhos e ou oficinas com essa finalidade.

O que se propõe aqui é ampliar as possibilidades de acesso e um maior número de inscritos de afrodescendentes para concorrer por essa vaga. Concordamos com a fala de uma/um das/os entrevistadas/os que diz: “esse acesso não garante que o Museu tenha uma gestão comprometida no combate ao racismo e no compromisso com os movimentos sociais, tendo em vista o exemplo de Sérgio Camargo à frente da Fundação Palmares”. Mesmo assim entendemos que é necessário expandir as possibilidades desse acesso.

Ainda uma outra colocação de uma/um entrevistada/o foi muito importante quando afirma que “o museu não tem vida própria, é aquilo que as pessoas que trabalham nele, vivem nele, fazem dele. Então é preciso ir além de um documento para reivindicar esse olhar diferenciado, um movimento de pessoas que tenham interesse nessa representatividade.”. Sobre esse assunto, outra/o entrevistada/o pontuou “se ter uma pessoa negra à frente do Museu é tão importante, então por que os movimentos / pessoas interessadas não se mobilizam para tal?”. São essas falas/questionamentos provocativos e inquietantes que ao nosso entender anunciam que muitas ações ainda estão por vir no Museu, nesse sentido.

Partindo dessas falas inferimos que para se ter uma/um representante negra/o na direção do MAB é importante, então que os movimentos, coletivos e entidades representativas movimentem campanhas para ocupar esse cargo e mudar os editais lançados pelo Ibram indiferentes as diferenças da experiência vivida pelo povo negro e aqui ressaltamos o povo negro, porque a indignação sobre ser sempre o MAB gerido por uma direção branca, partir de pessoas, movimentos, coletivos e entidades negras.³⁷

2.3 A Musealização da cultura Afro-brasileira

Ainda agarrada ao pensamento de Conceição Evaristo, Grada Kilomba e Djamila Ribeiro, estranhei a ideia dessa “musealização da cultura Afro- brasileira” mobilizada pelo MAB. De antemão, é preciso destacar que a musealização, museália e musealidade são termos técnicos³⁸ da experiência museal instrumentalizados no processo institucional.

Antes de compreender todo esse processo em que se insere a musealização, eu tinha que responder a seguinte pergunta: o que seria a Cultura afro-brasileira que o Museu vislumbra?

A interlocução com as referências teóricas foi turbulenta, porém necessária para aportar para além das margens de mim mesma, uma vez que eu também tentava entender essa Cultura e Musealização pensando em minhas próprias experiências enquanto mulher negra. Nas leituras de Abdias do Nascimento, Quilombismo – Documentos de uma Militância Pan-africana (2002) e O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de Racismo Mascarado (1978),

³⁷ Ver dissertação de Viviane Valença QUAL O MUSEU QUE NÓS QUEREMOS? A relação indivíduo-museu no processo participativo do Museu da Abolição (2005-2013) Recife. Ver Instagram do MAB postagem/comentários 28 de outubro de 2019.

³⁸ A **musealização** é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *museum* ou **museália**, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal. Para Brulon Soares (2012), a musealização, na prática, é o processo que envolve um objeto que entra na cadeia museológica, do momento em que ele é adquirido por um museu (por compra, doação, coleta, ou outros meios) até o momento em que ele é exposto para um público. No meio desse processo que marca, de maneira irreversível, na maioria dos casos, a vida de um objeto em vias de se musealizar, esse passa por outros procedimentos relevantes, como o registro, a catalogação (que envolve a identificação do objeto com seus detalhes descritivos), a documentação (indexação, numeração, etiquetagem, fotografia), o inventário (em que é aplicada a ele uma terminologia padronizada), a higienização, o acondicionamento, a conservação preventiva, e, por vezes, a sua restauração (método mais invasivo, ao qual se recorre apenas em casos extremos, para manter a integridade de uma peça). Isto é, trata-se de um processo em cadeia, por meio do qual o objeto é alterado para fazer parte de uma realidade museal. (Conceitos-chaves de Museologia, 2013; p.36). No dia-a-dia, dizemos que um objeto ao entrar no museu recebe um “batismo” ou seja, ele passa por procedimentos técnicos que o tornará especial. O objeto passa por um ritual de “sacralidade” museal (Grifo meu). A **musealidade** é o produto da musealização. Quando a musealização ocorre, é conferido então, aos objetos, registros iconográficos, saberes, “valor documental da realidade, mas que não constitui, com efeito, a realidade ela mesma.” Para ver mais consultar: Conceitos-chave de Museologia, editado por André Desvallées e François Mairesse e traduzido por Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury (2013).

Abdias declara a arte afro-brasileira ligada ao culto da espiritualidade ritualística “das culturas africanas no Brasil” (2002:48). Ele considerava a religiosidade de Matriz Africana como princípio, era nesses lugares que ainda se falava a língua materna de cada nação, a ciência, a arte, a estética, as memórias e a história de cada uma. A Identidade Africana, cultuava ali o que restava de sua humanidade, vista como laços que unem várias nações, espaço de resistência. Na peleja diária da luta contra o desaparecer, o sucumbir, esse princípio estava ali presente, no âmago da Cultura Africana.

Da mesma forma, em *A Categoria Político Cultural de Amefricanidade* (1988) Lélia González nos alerta para utilização diária do pretuguês³⁹ que é a identificação da presença da língua africana em nosso dia - a - dia. A escritora traz a categoria de amefricanidade na qual aponta para um Brasil com a forte presença africana e indígena, a categoria de Amefricanidade é mais ampla e tem um caráter interdisciplinar, muito embora a autora se refira a esta categoria como uma forma de empoderamento, fortalecimento e reconhecimento muito mais relacionada aos descendentes dos povos africanos “incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural [...] que é afro centrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante, o Brasil yoruba, banto e ewe-fon” (1988;76)

Quando o Plano Museológico do MAB informa o compromisso de “Promover o Museu da Abolição como instituição federal de referência nacional da cultura afro-brasileira”, e no mesmo documento destaca, no quadro da Análise SWOT⁴⁰ como um ponto fraco a ser fortalecido: “ser um centro de referência da cultura afro-brasileira ainda não consolidada”. O meu entendimento é que o Museu passa a buscar ser um lugar de representação, valorização e promoção dessa cultura. Ao ser indagada/o sobre essa ideia de representação, uma/um das/os técnicas/os considera que representar a cultura afro-brasileira é uma ideia muito ampla, mas afirma que o MAB: “faz recortes dos temas através de algumas exposições.” Esses recortes são encontrados também em outras Ações como: mostra de Culinária de Terreiros, Mostra de Estética Afro e em Desfile de Moda Afro⁴¹.

Não tão diferentemente do pensamento de Abdias do Nascimento e Lélia Gonzáles, acredito que o MAB vem buscando vivenciar essa cultura afro-brasileira, como mostra as

³⁹ O termo “pretuguês” é de Luandino Vieira, Português nascido em Angola. Também lutava contra o poder colonial e encontrou no pretuguês uma forma de alfabetizar e alertar para libertação do sistema

⁴⁰ A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada por algumas empresas na identificação dos obstáculos que podem prejudicar no alcances dos objetivos a serem obtidos (Cruz; Neris; Boas & Menezes 2017;141)

⁴¹ Estas foram Ações que aconteceram no Museu da abolição em anos diferentes. A Mostra de Culinária de Terreiro ocorreu nos anos de 2012, 2014 e 2015, já a Mostra de Estética Afro ocorreu em 2016 e o desfile de Moda Afro em 2019.

atividades desenvolvidas pelo espaço, oficinas, rodas de conversa, seminários e exposições. Mesmo que essa Cultura não represente todos os afrodescendentes, como frisa bem uma/um das/os entrevistadas/os, em consideração aos afrodescendentes evangélicos que não se veem representados nas exposições que trazem o foco na religiosidade de matriz africana.

Diante exposto, a referência de cultura Afro – brasileira pousará nas raízes de África e nas raízes indígenas, onde comprovadamente o MAB também reverbera seu entendimento e práticas. É fato que essa compreensão não tem a pretensão da universalidade, pois jamais conseguirá representar a diversidade de possibilidades das experiências de pessoas negras no Brasil e numa metrópole como Recife, variavelmente alguém ou um grupo não se sentirá representado.

A descendência africana está em meu fenótipo, mas de que forma me identificava como negra, como afro-brasileira? Esse questionamento encontra eco na segunda reabertura do museu ocorrida em 2008⁴², com a exposição-campanha "O que a Abolição não Aboliu"⁴³, fruto dos vários questionamentos e debates, atividades, seminários, exposições que as várias comunidades naquele momento fomentavam ao pensar o MAB.

Em março de 2008, o museu reabriu com a Exposição Campanha “O que a Abolição não Aboliu” trazendo uma nova perspectiva do negro e da abolição. A exposição propunha, além do debate sobre o tema abolição, a participação do visitante, que podia “plantar” suas sugestões e ideias em um canteiro destinado a isto. As sugestões foram “colhidas” e compiladas pela equipe do museu, que as classificou em categorias como: infraestrutura, acervo, atividades, temas, divulgação, críticas e elogios, entre outros. (Plano Museológico – MAB 2018-2021 p.16)

A exposição trouxe à tona os debates sobre a abolição e possibilitou o público a participar do processo de pensar o MAB e, dessa forma, o Museu experimentou, ao nosso ver, três dos conceitos já trazidos aqui (Museu Integral, Lugar de Fala e Escrivivência), uma vez que a Exposição teve a participação dos segmentos sociais e trouxe em seu cerne discussões que dela faziam parte mulheres negras e homens negros presentes no “Seminário O Museu Que Nós Queremos” de 2005.

Deixamos claro que a ideia de cultura afro-brasileira à qual nos referimos, quando a encontro registrada nos documentos do MAB, se relaciona com o Pan – Africanismo, para tanto, trazemos as vozes de autoras e autores que fizeram parte desse movimento ao longo de suas fases. Considerando que atualmente emerge dentro das universidades, das pessoas negras que estão nos bancos universitários, uma crescente necessidade de conhecer sobre autoras/es

⁴² Informação retirada do Plano Museológico 2018 – 2021 pág. 16, porém é importante ressaltar que o documento na página 43 cita a segunda reabertura no ano de 2006.

⁴³ Para saber mais:< <http://museus.cultura.gov.br/espaco/6102>> Dt.última visualização 22.02.21

Pan – africanas/os, o que vejo como maneiras encontradas de nos aquilombar. Compreendo que existem aquilombamentos de várias formas, seja academicamente, seja nas associações comunitárias, nas comunidades de terreiros, ou seja, em grupos literários. Nos aquilombamos para nos conhecer/reconhecer, nos aquilombamos para nos apoiar, para termos voz/dar voz, nos aquilombamos para não desaparecer.

O conceito de o conceito do Pan – Africanismo, surgiu em forma de ativismo na segunda metade do séc. XIX, instigado pelas constantes revoltas que tinha como contexto a divisão do continente africano e a diáspora negra, tendo muitas vezes como mote a revolução haitiana. Em muitos textos recebe vários nomes, é tratado como termo, conceito, tradição, ideologia, isso porque é mesmo um tecido extenso e que se desenvolveu ao longo do século XX. Segundo, Muryatan S. Barbosa, a primeira fase do Pan – Africanismo se dá por via do pensamento de intelectuais de tradição ocidental estão entre os citados: Martin Delany, Marcus Garvey e Sylvester Williams. Na América, a questão era o colonialismo interno, ou seja, a subalternização do negro nas sociedades nacionais americanas, na África, o problema crucial era o colonialismo externo, com destaque para a discussão dos intelectuais negros estadunidenses sobre a formação da Libéria. (136;2012).

De acordo com os textos e a tese do antropólogo haitiano Antenor Firmin (1850-1911) "Da Igualdade das Raças Humanas: antropologia positiva", encontramos um pensamento de reabilitação da África com os olhos voltados para o exemplo da Revolução Haitiana. Firmin foi considerado não apenas um dos primeiros antropólogos, como também um pioneiro do pensamento Pan- Africanista. De sua abrangência nascem outros conceitos e tendências, outras ramificações: o Pan –Africanismo Cultural que foi responsável pelas discussões, atividades intelectuais tendo como expoente a negritude Francófona e o Pan – Africanismo historiográfico sobre a escravidão.

O que marca o Pan – Africanismo de uma forma geral é a ideia de um coletivo negro acerca da identidade e da comunidade negra. Tendo em sua primeira fase o pensar sobre a reconstrução do Estado africano e a referência do solo, cultura e raízes africanas para todos os afrodescendentes. É um conceito que tendo sua marca ativista inspirou a ideia da união das nações africanas reunidas em solo brasileiro, nações que foram trazidas da África e foram escravizadas. Vemos um Pan – Africanismo ressurgente na emergência dos aquilombamentos atuais, na compreensão de um coletivo solidário e da responsabilidade social dos corpos negros e indígenas.

Dessa forma, procuramos observar a musealização da cultura afro-brasileira à luz dos conceitos e categorias como: Museu Integral, a Religiosidade de Matriz Africana,

Empoderamento, Racismo Estrutural, Amefricanidade, Branquitude, do Lugar de Fala e da Escrivência. Esses conceitos e categorias, são trazidos também, na perspectiva da emergência dos Aquilombamentos atuais que buscam saber sua história de ontem para evitarem os esquecimentos e negações no futuro.

Chamamos atenção, no entanto, para a proposta de encontrar expressões de aquilombamentos no Espaço Museal⁴⁴, tal qual o MAB, por meio da identificação do potencial para agregar pessoas negras e do sentimento de pertencimento a esse espaço. Nas exposições e em outras ações do Museu, a musealização da cultura afro-brasileira acontece através de encontros entre curadores, proponentes, técnicos do Museu e públicos interessados, em um diálogo polifônico.

O MAB se inscreve no desafio de articular musealização e identidade étnica. Segundo Joseania Freitas (1995; 49), “Relacionar Museologia e identidade étnica se constitui numa prática necessária. Considerando que a prática museológica não pode estar dissociada do viver cotidiano, ela também não pode dissociar-se das questões étnicas, pois estas estão presentes no dia-a-dia da sociedade”. Em seu trabalho “Museu do Bloco Afro ilê aiyê: um espaço de Memória e Etnicidade”, a autora faz observações contundentes a respeito da musealização como parte prática da museologia e entendendo também que essa não deve ser limitada aos objetos tendo o dever e compromisso de ir além dessa materialidade.

Coadunamos com Joseania pensando que a musealização⁴⁵ deverá alcançar a imaterialidade dos valores e saberes dessa cultura. Então, essa musealização deve ter o cuidado de não tornar a materialidade em uma linearidade cronológica, evitando, inclusive, petrificar o conceito de Cultura afro-brasileira nas exposições. Fazemos essa observação,

⁴⁴ É o caso das exposições, encontros de Mulheres Negras, oficinas, propostas de momentos coletivos de leitura de obras de autoras/es negras/os encontradas nos Museus Afro- Brasileiros, Muhcab e no próprio Museu da Abolição. É possível encontrar essas atividades postadas no feed do Instagram dos Museus.

⁴⁵ Françoise Choey (19) em *Alegoria do Patrimônio*, nos fala da “metáfora do objeto museal” e da “conversão museal” (p.192-193). A autora escreve sobre o Patrimônio em observância com a “cidade-museu” e o que fazemos aqui é transportar essa compreensão para a musealização, uma vez que entendemos o quanto tudo nessa composição estabelece teias e projeções ao seu redor. Portanto, como afirma Bruno Brulon Soares (2008;129), a Musealização passa pela “produção coletiva de sentidos”, ou seja, ela nos atravessa e provoca emoções, inquietações, amortece ou desperta nosso senso de criticidade. Soares, em “Quando o museu abre as portas e janelas” (2008), trabalha com a noção de museu como fenômeno. Nesse trabalho, ele se debruça sobre os ecomuseus, museus de vizinhança e as experiências contemporâneas dos museus. Para Marília Xavier Cury, a musealização é o resultado do processo curatorial, encontrada em quatro momentos: “na formação de acervo, pesquisa, salvaguarda (conservação e documentação museológica) e comunicação (exposição e educação)” (2009;33). A ênfase de Cury se volta para o processo curatorial e nossa pesquisa está voltada para a análise de duas exposições no MAB onde buscamos identificar de que forma a musealização da Cultura afro-brasileira foi concebida nesse espaço e quais foram e como os elementos que estão fortemente ligados a esta cultura estão presentes nessas exposições. É importante ressaltar que não compreendemos o espaço museal como espaço naturalizado, engessado e acrítico.

tendo em vista a dinâmica da Cultura afro-brasileira, que busca trazer o diálogo com as várias questões hoje tão urgentes à população negra e à população indígena. Essa preocupação com a petrificação da Cultura afro-brasileira é exatamente o que constatamos na colocação da museóloga negra Joseania Freitas “No Brasil, as imagens do negro no Museu oscilam entre a invisibilidade e a representação enquanto escravo. As diversas movimentações em torno do repensar a teoria e a prática museológicas não têm conseguido formas e conteúdo que possam dar conta da pluralidade étnico-cultural do país.” (1995, p. 58).

Os museus institucionalizados, dedicados à cultura afro-brasileira, devem estar atentos, pois de acordo com a afirmação de Freitas (1995: 56) “as práticas museológicas têm sua fundamentação ligada à ideia de coleção, sobretudo dos chamados objetos de arte e etnológicos, apresentando ao público uma história factual, linear e fragmentada”. As operações museais devem atentar para trazer essa realidade vivenciada pelos grupos sociais, uma vez que os museus são lugares que, na maioria das vezes, estão no imaginário do senso comum como: lugares de coisas antigas e pertencentes ao passado. São baús, retratos da história oficial, espaços que se deve ir apenas uma vez, em viagens turísticas, para o constar na agenda cultural. É importante ressaltar que alguns desses lugares, passaram por transformações importantes que estão fortemente relacionados com a expansão da museologia brasileira, especialmente dos cursos de graduação e pós-graduação após o Programa de expansão universitária REUNI, e com os profissionais formados em por esses cursos no Brasil⁴⁶.

Recentemente, a partir de 2020, o Comitê Internacional de Museus – ICOM, vem fomentando uma série de encontros, debates e atividades os quais visam pensar uma outra definição de museu⁴⁷, uma vez que há uma crescente cobrança em todo o mundo ao que se

⁴⁶ Segundo Ana Cecília Rocha Veiga (2013; 26) “o estabelecimento das sociedades museológicas constitui um marco decisivo na história dos museus”. Os cursos de graduação em museologia. Em se tratando de Brasil, segundo Luciana Ferreira da Costa: “O Curso de Museus, apontado como o primeiro do gênero nas Américas, foi criado em 1932 pelo Museu Histórico Nacional (MHN), localizado no Rio de Janeiro” (2018;65). Gustavo Barroso é o nome o qual a museologia está associada na época, Barroso tem uma linha conservadora que segue a linha criação de uma Identidade Nacional para o país, esse era o quesito que não podia faltar na criação dos museus. Segundo Manuelina Maria Duarte (2014: 40) “Entre 1964 e 1980, ocorre uma multiplicação de museus pelo interior do país, bastante associada ao modelo de Museologia de Gustavo Barroso, de Culto a Nação e à Identidade Nacional, notável particularmente na criação dos museus estaduais”.

⁴⁷ “O Conselho Internacional de Museus (ICOM) é uma organização internacional de museus e profissionais de museus que está comprometida com a pesquisa, a conservação e a comunicação para a sociedade do patrimônio natural e cultural mundial, presente e futuro, tangível e intangível. Criado em 1946, reúne atualmente mais de 44.000 membros de 138 países.” Na atual definição de Museus reconhecida desde 2007, diante dos desafios do “mundo contemporâneo”, esteve às voltas com as vozes que se levantaram contra representações de monumentos e também os recorrentes questionamentos sobre o papel dos museus com relação a representatividade. “Entre 2016 e 2019, o MDPP promoveu uma série de encontros e oficinas ao redor do mundo para estimular e colher propostas de uma nova definição. O ICOM Brasil apoiou a realização de três oficinas (em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador) e desenvolveu uma plataforma pública de consulta ao campo museal sobre a nova definição.

refere às representações. Em 2020, sob cobertura midiática, vimos as derrubadas de monumentos e debates que questionam o papel dos museus sobre as vozes da representatividade de determinados grupos sociais. Ainda concordando com Joseania Freitas, o “caráter social” que o museu e a musealização devem ter compromissos com esses grupos sociais.

Os Museus que trazem exposições as quais tratam da musealização da Cultura afro-brasileira devem encontrar formas de ir além dos objetos e das coleções, provocar o diálogo com a comunidade a qual representa é uma forma de sair da verticalização das decisões sobre as exposições, pluralizando essas decisões. Franz Fanon (2008: 33) afirmava que “falar é existir absolutamente para o outro”, embora o contexto da escrita fosse em observância ao existir para “outro” branco, aqui essa frase está colocada em relação ao arcabouço cultural, dos povos tradicionais e povos indígenas e da importância dessa fala. As histórias se cruzam inclusive, no potencial de suas lutas e que dão vazão às “escrevivências”, como tão bem define Conceição Evaristo. Vale destacar esse termo-conceito criado por ela:

Se eu for pensar bem a genealogia do termo, vou para 1994, quando estava ainda fazendo a minha pesquisa de mestrado na PUC. Era um jogo que eu fazia entre a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das

O trabalho realizado pelo MDPP teve como resultado cinco propostas de nova definição, apresentadas ao Comitê Executivo do ICOM Internacional.” A proposta selecionada pelo comitê, para alguns é bastante abrangente e deve ser discutida por todos, uma vez que pode inferir em adesões e retirada de alguns museus do ICOM, por discordarem da atual proposta, que é: proposta para votação na 25ª Conferência Geral do ICOM, em Kyoto: “Os museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos que atuam para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e abordando os conflitos e desafios do presente, mantêm artefatos e espécimes de forma confiável para a sociedade, salvaguardam memórias diversas para as gerações futuras e garantem a igualdade de direitos e a igualdade de acesso ao patrimônio para todos os povos. Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes, e trabalham em parceria ativa com e para as diversas comunidades, a fim de colecionar, preservar, investigar, interpretar, expor e ampliar as compreensões do mundo, com o propósito de contribuir para a dignidade humana e a justiça social, a equidade mundial e o bem-estar planetário.” O ICOM desenvolveu formulários online para estender a participação dos profissionais das áreas museais àqueles que não são, mas que possuem afetividade pelo tema. O interessante dessa ação é a tentativa de democratizar esses espaços, antes tão restritos apenas àqueles que eram os entendedores da cena museal. Essa definição vem em boa hora, haja visto que muitas instituições museais ainda não concebem determinadas mudanças, urgentes e necessárias, quando pensamos em representatividade de grupos sociais e povos.” A definição de museu é uma ferramenta estrutural e operativa do regimento do ICOM e de importância central para o balizamento de ações, programas e políticas públicas do setor museal em todo o mundo. A definição também é referência em estudos e pesquisas acadêmicas.” Saber mais através do site: <<http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresentacao.pdf>>. Dt. Última visualização 25.06.21

africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande. (Entrevista ao Itausocial; EVARISTO, 2020)

Então, partindo da realidade de entendimento a musealização⁴⁸ dessa Cultura afro-brasileira, pode adequar o conceito de Conceição Evaristo “a Escrivência serve também para as pessoas pensarem” para que faça sentido, para que não fique congelada petrificada em objetos que contam a história da história contada pelo “outro”. Assim também é a inquietação de Joana Flores em sua dissertação “A representação das mulheres negras nos museus de Salvador: uma análise em branco e preto” (2015). Flores, em sua observância escreve “ao adentrar nesses espaços de memória e se dar conta da ausência de elementos simbólicos que a represente e que não apenas estejam a cumprir com o papel de suportes de memórias das trajetórias e da valorização da história e da cultura da (o) outra (o).” (2015: 14)

Flores, analisa como esses objetos dispostos como “representação” sustentam memórias que não são as nossas, de pessoas negras. Seguindo essa mesma trajetória de ideias, o museólogo e também historiador Marcelo Cunha, em sua tese “Teatro de Memórias, Palco de esquecimentos: Culturas africanas e da diáspora negra em exposições” (2006:16), observa “a importância da compreensão das abordagens de textos e imagens que são oficialmente construídos [...]. Ao falarmos de museus e suas representações temos que incluí-los no universo dos confrontos e intolerâncias culturais e suas dinâmicas”. Cunha trata as instituições museais como herdeiras do iluminismo⁴⁹, constituídos fortemente de cientificismo e da mentalidade da superioridade europeia perante as outras formas de viver e conhecer de outros povos⁵⁰. Marcelo Cunha também se debruça sobre as exposições museológicas, aponta que elas “devem ser pensadas considerando suas inserções em cenários panorâmicos, o das

⁴⁸ O Estatuto dos Museus, instituído sob a Lei Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. Também traz no Art.5 / § 1º um enunciado sobre a musealização “Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” A citação é abrangente e não adentra a questão de que forma essa memória é trazida, para quem e para quê.

⁴⁹ Há uma vasta literatura que trata dos primórdios dos museus, desde os precursores Gabinetes de Curiosidades aos primeiros Museus de História Natural. Nesse percurso de compreensão, desses espaços como instituições e o além lugar de meras reproduções de discursos, indicamos a dissertação de Bruno Brulon Soares “Quando o museu abre portas e janelas: o reencontro com o humano no museu contemporâneo”. 2008. O autor faz um diálogo sobre diversos autores e a trajetória dos museus, de um do passado congelado das exposições ao museu que dialoga com o visitante.

⁵⁰ Destaco a importância e relevância de Antenor Firmin (1885;02), antropólogo negro que ainda no século XIX escreveu sua tese analisando o equívoco da teoria positivista na comparação das raças e na afirmação da superioridade de uma raça perante outra. “Minha mente sempre ficou chocada ao ler em várias obras que afirmam, dogmaticamente, a desigualdade das raças humanas e a inferioridade congênita da raça negra. Quando me tornei membro da Sociedade Antropológica de Paris, o assunto não deveria ter parecido ainda mais incompreensível e ilógico? É natural, por acaso, ver pessoas consideradas desiguais ocupando lugares dentro dessa Sociedade com o mesmo estatuto dos homens que representam essa mesma ciência? ”

políticas e ações culturais públicas como resultado de processo histórico e transformações sociais” (2006;15). O autor desperta nossa atenção para o jogo que as exposições promovem “expor é revelar/esconder, evidenciar/dissimular, incluir/excluir, iluminar/nublar elementos que seus patrocinadores desejam tornar conhecidos ou esquecidos”. Então, o passado e o presente, se retratados ou não em um espaço de memórias, qual memória é essa trazida por essas instituições museais?

As instituições museais tradicionais, na maioria das vezes, primam pelo peso da tradição, da herança, da quase imutabilidade. Geralmente são Casas Grandes, Palácios ou Estabelecimentos de Ensino, os quais viraram instituições museais com regras e normas, respondendo na maioria das vezes a uma outra instituição ou outro órgão superior que na prática, e/ou simbolicamente, podem vir a representar um ideal de sociedade e de comportamento. Logo, reflexões de museólogos/as negros/as como Joana Flores, Joseania Freitas e Marcelo Cunha são necessárias para repensar essas instituições, suas exposições e a musealização da cultura negra.

3 REVISITANDO EXPOSIÇÕES E INSTALAÇÕES

Pensando a Cultura afro-brasileira e as relações raciais no Museu da Abolição, elegemos algumas exposições para analisar, por considerá-las importantes dimensões da experiência museal. Iniciamos o capítulo situando a/o leitora/leitor na compreensão do que vem a ser uma exposição da qual partilho, e a política de exposição do MAB, ainda não consolidada.⁵¹

No processo de escolha das exposições para análise, ficamos entre o ideal e o real. O ideal seria trazer uma análise de pelo menos cinco exposições realizadas pelo Museu no ano de 2019, produzindo uma análise que revelasse mais elementos pertinentes a temática das relações raciais. No entanto, o contexto pandêmico atrapalhou sensivelmente, limitando inclusive o acesso as/aos entrevistadas/os. Logo, o ideal foi atravessado pela inviabilidade de ir pessoalmente ao Museu, colher as informações e observar de perto as exposições.

Mesmo diante desses obstáculos, duas exposições que estavam no MAB em 2019 foram analisadas, são elas: "IYA'S" e "O Memorial do Sobrado Grande da Madalena", além da instalação "MAB Vidas Negras Importam!" A primeira é uma exposição de temporária e a segunda foi visitada por mim durante o período de exposição. A instalação trata-se de uma faixa exposta na fachada do Museu, também essa foi vista por mim enquanto espectadora transeunte. Porém, adianto, não houve no momento da análise, um retorno para observá-las novamente, e esse não retorno pode ter deixado algumas lacunas em minhas análises. Também é importante ressaltar, que uma boa parte das fotografias aqui colocadas foram enviadas pelas/os profissionais do Museu da Abolição e também foram retiradas das redes sociais da instituição.

Para a análise das exposições trago alguns conceitos como: Museu Integral, Lugar de Fala, Racismo Estrutural, a Intolerância Religiosa de Matriz Africana, Empoderamento, Aquilombamento e Branquitude, Museu Ativista e Museu Antirracista. Essa gama de conceitos trazidas por escritoras/es negras/os em sua maioria, algumas/uns delas/es pan-africanistas, foram como lamparinas que encandearam nossas reflexões.

Esta análise reflete, como o MAB por meio de suas exposições, faz o combate ao racismo, na desconstrução de preconceitos e na valorização da cultura negra. Considerando os processos de uma exposição e o vários agentes envolvidos: produtores culturais, artistas,

⁵¹ Segundo Plano Museológico "O Museu da Abolição carece da consolidação de uma política de exposições, com normatização, abertura de pautas e criação de um cronograma interno para que possa produzir e receber montagens expográficas de acordo com a missão, os objetivos estratégicos, o plano de ação anual e os projetos institucionais que desenvolve." (2018-2021;58)

curadores e pesquisadores, foi possível analisar de que forma o MAB atua no protagonismo de pessoas negras, uma vez que estas devem ser prioridade para a ocupação dos espaços expositivos e que servem ao mesmo tempo como visibilidade para o/a proponente da exposição e para a causa política antirracista que ela carrega.

Estão no corpo do texto, além das fotografias, os trechos do *release* das exposições e as falas das/os entrevistadas/os. As reflexões também trazem algumas digressões minhas, fruto do destroço de tantas verdades estabelecidas e das minhas subjetivações que também fazem parte desse exercício.

3.1 Apontamentos sobre duas exposições do MAB

As exposições, como formas de extroversão das narrativas, conteúdos e conceitos dos museus, vão além do encontro entre pessoas e dos objetos expostos. Trata-se de uma experiência produzida em conjunto que envolve realizadores e visitantes⁵², nela são empregadas o potencial criativo dos sujeitos participantes, as narrativas requeridas e as realidades trazidas/traduzidas pela instituição ou sujeito que propõe a exposição e o espaço que a recebe.

Elas são antecedidas por um Projeto Expográfico⁵³ e seguem roteiros que alicerçam sua execução em seus três momentos cruciais: preparação/organização (o antes), o durante (realização/montagem) e o depois (desmontagem e pós-produção). O MAB produz suas próprias exposições, a partir de ideias da equipe ou demanda do poder público, como também abre espaço para propostas de exposições de artistas, curadores e pesquisadores que não pertencem à instituição. Não há um edital ou convocatória para seleção de propostas/projetos e, no Plano Museológico do MAB (2018 -2021), não há um perfil definido para os proponentes. No formato de fluxo contínuo, o MAB recebe propostas de exposições que, segundo informa o Plano, devem corresponder aos propósitos da missão do Museu. Existe,

⁵² Segundo o livro Caminhos da Memória: para fazer uma exposição (IBRAM,2017) “uma exposição se realiza no encontro entre sujeito (visitante) e objeto (conjunto expositivo), ou, numa concepção mais abrangente e atual, entre a sociedade e seu patrimônio.” (2017:08) Essa definição serve pra uma compreensão primeira do seu significado, sendo ela muito mais abrangente, uma vez que perpassa por várias etapas até chegar em sua etapa final, Desmontagem e Avaliação. Para Marília Cury a exposição é o local de encontro e relacionamento entre o que museu quer apresentar visando o comportamento ativo do público e a sua síntese subjetiva. (2005)

⁵³ O Projeto Expográfico é a concepção teórica e organizacional da exposição, demanda realização de reuniões com a equipe, leituras de embasamento bibliográfico, construção e fundamentação de ideias, criação do nome e outros enunciados, escolha dos materiais e técnicas a serem usados, acesso ao acervo a ser exposto, entre outras etapas e elementos. Ou seja a produção de uma exposição envolve "aspectos de planejamento, metodológicos e técnicas para o desenvolvimento da concepção e materialização da forma" (DESVALLÉS, 1998:22). Mais detalhes sobre o projeto expográfico ver também Cury (2005).

portanto, a premissa do diálogo aberto com a sociedade para a seleção e realização de projetos expositivos. A participação das pessoas de fora do MAB pode ocorrer como proponente da exposição (trazendo um projeto com recortes temáticos de interesse da instituição) ou como articulador – quando são chamados para uma construção coletiva junto ao Museu.

A proposta de exposição chega endereçada ao Museu através do e-mail da instituição. O proponente, porém, pode ir ao MAB pessoalmente conversar com a equipe técnica, a exemplo do fotógrafo Murilo Dayo⁵⁴ que realizou a exposição Iiyás no Museu “liguei para o Museu e falei com a diretora, expliquei a proposta”⁵⁵.

Depois de avaliada a proposta, caso seja aceita, com vista ao alinhamento da ideia da/o proponente à missão do Museu, é marcada uma reunião de planejamento para alinhar a proposta com a contribuição do MAB. Para além do espaço físico, o Museu pode contribuir com suportes e outros materiais que estão em seu depósito e que eram de exposições anteriores. Segundo nossa/o entrevistada/o “algumas vezes, a pessoa que chega aqui só traz a ideia e nós nos reunimos com ela para pensar como realizar ou a pessoa traz a ideia e o acervo, mas falta os suportes...”

As/os técnicas/os do Museu explicaram que qualquer pessoa pode propor exposições e que muitas vezes o Museu é procurado por proponentes que concorrem a editais, como é o caso do FUNCULTURA⁵⁶ por exemplo. Com os recursos de leis de incentivo propõem atividades para serem desenvolvidas junto ao MAB.

Esse exercício, de escuta e colaboração entre as partes, acontece devido ao MAB não possuir uma política de exposições consolidada⁵⁷, o que torna oportuna essa flexibilidade para pensar e realizar algumas exposições. É importante salientar que essa abertura, possibilita que artistas autorais e ou coletivos tenham seus trabalhos expostos em um espaço museal, esse é o caso de muitas exposições temporárias que acontecem no Museu. A missão do museu é

⁵⁴ Murilo Dayo de Santana é graduado em Comunicação Social – Fotografia / Faculdades Integradas Barros de Melo. Estas informações foram consultadas no lattes do artista <https://www.escavador.com/sobre/724404388/murilo-dayo-de-santana> última visualização em 02.08.2022.

⁵⁵ A entrevista de Murilo Dayo, completa, se encontra na rádio Frei Caneca, programa Salada Pop de 20 de maio de 2019. <http://www.freicanecafm.org/salada-pop-maio-de-2019> Última visualização em 01.02.2022.

⁵⁶ Retirado do Portal Cultura- PE: “Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura PE) é o principal mecanismo de fomento e difusão da produção cultural no Estado, e está inserido no Sistema de Incentivo à Cultura (SIC-PE). Implantado pelo Governo de Pernambuco, a partir do diálogo com a sociedade civil, o Funcultura permitiu um grande avanço na política cultural pernambucana, tornando-a mais democrática e plural. [http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/funcultura/sobre/introducao-ao-funcultura/#:~:text=O%20Fundo%20Pernambucano%20de%20Incentivo,Cultura%20\(SIC%20DPE\).](http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/funcultura/sobre/introducao-ao-funcultura/#:~:text=O%20Fundo%20Pernambucano%20de%20Incentivo,Cultura%20(SIC%20DPE).) Última visita em 01.02.2022.

⁵⁷ Segundo a informação encontrada no Plano Museológico, Parte II, programas – exposição, p.55. Em complementação dessa informação, o texto do Plano Museológico informa: As exposições são realizadas através de licitações externas do espaço expositivo ou por convite da instituição, não obedecendo para isso um cronograma semestral ou anual, assim como a abertura de pautas externas. Trecho retirado da mesma página.

estabelecida como um pré-requisito para a realização de exposições no espaço⁵⁸, dessa forma “qualquer pessoa poderá propor atividades, exposições desde que esteja de acordo com a Missão do Museu” afirmou uma/um das/os entrevistadas/os.

3.2 A Exposição Yιά's

Figura 1 - Fotografia da exposição Yιά's



Fonte: Instagram Museu da Abolição

Figura 2 - Fotografia da exposição Yιά's



Fonte: Instagram Museu da Abolição

Figura 2 - Fotografia da exposição Yιά's



Fonte: Instagram Museu da Abolição

Yιά's foi uma exposição fotográfica que ocorreu nos meses de maio e junho de 2019 em uma das salas no Museu. Trata-se de uma exposição que trouxe a religiosidade de matriz africana em homenagem a duas mulheres: Geanne Santana e Inajá Soares. A exposição teve a

⁵⁸ As linguagens expositivas do Museu estão de acordo com a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos do Museu, sendo esses os principais critérios para a aceitação de propostas para montagens expositivas de demanda externa. Porém, o Museu da Abolição não possui uma política de exposições consolidada. Trecho retirado do Plano Museológico do MAB 2018-2021.

Curadoria de Murilo Dayo e surge, de acordo com ele, da admiração do artista por essas duas mulheres, Inajá Soares sua amiga e Geanne Santanna, mãe biológica do mesmo. Dessa forma, Murilo Dayo registra, através de fotos, o cotidiano dessas duas mulheres uma junção da Religiosidade de Matriz Africana e do dia - a - dia no trabalho, estudo e família. A exposição cumpriu uma outra incumbência: entregar ao público, um outro olhar sobre a religiosidade de matriz africana como forma de dirimir o preconceito construído por esta forma de viver a fé na ancestralidade. Foram um total de 39 fotografias ao todo, divididas em 18 fotografias 10x15 e 21 fotografias 30x40 colocadas nas paredes.

Murilo Dayo fez instalações que dialogavam com a exposição fotográfica, que estava dividida em quatro partes: o Obori, o Toque, Cosme e Damião e o Trabalho. O cenário foi composto por elementos que correspondiam ao que essas partes comunicavam, então, no Cosme e Damião havia sacolinhas com doces (que representam popularmente esses santos), na parte do Trabalho foi colocado uma panela, uma vassoura, compondo assim, a narrativa da exposição.⁵⁹

Figura 3 - Fotografia da exposição Yiá's



Fonte: Instagram Murilo_dayooficial (2019).

⁵⁹ É muito importante ressaltar que essa riqueza de detalhes sobre a exposição só foi possível devido a entrevista que o artista deu a rádio Frei Caneca, programa Salada Pop de 20 de maio de 2019. <http://www.freicanecafm.org/salada-pop-maio-de-2019> Última visualização em 01.02.2022.

Figura 4 - Fotografia da exposição Yíá's



Fonte: Instagram Murilo_dayooficial (2019).

As protagonistas da exposição, Geanne Santana na fotografia à esquerda, e Inajá Soares na fotografia à direita, são duas mulheres de terreiro, duas mães, sendo Geanne Santana mãe biológica do artista e Inajá Soares, mãe de santo do Terreiro Ilé Oxum Ipondá, localizado no Bairro de Frágoso, cidade de Olinda. Além da relação afetiva com elas, Murilo Dayo estava no 7º de fotografia na Faculdade AESO e a exposição foi concebida no momento de duas disciplinas: Expografia e depois Edição, então o artista utilizou esses momentos, juntamente com o Trabalho de Conclusão do Curso para realizar a exposição Yíá's.

O ensaio autoral de Murilo Dayo, vem trazer dois pontos importantes: o primeiro ancora-se na produção artística e acadêmica de um jovem artista pernambucano, candomblecista, oriundo de bairro periférico, que teve em seu primeiro ensaio autoral a oportunidade de expor em um Museu de ressonância federal; e outro ponto versa sobre a própria proposta de combate a intolerância religiosa exposta no trabalho autoral.

De início, é importante sinalizar que o MAB entende o espaço museal enquanto lugar desse protagonismo e que essa oportunidade tenha continuidade e também seja estendida a outras pessoas como Murilo Dayo. É importante que se encontre mecanismos para expandir de forma mais abrangente, por via de editais, essas possibilidades. Dayo, em entrevista à Rádio Frei Caneca (em 20.05.2019) relata que não sabia para onde poderia levar o trabalho, recebendo a dica através de uma amiga que o aconselhou a entrar em contato com o Museu da Abolição. Portanto, a elaboração de editais partindo do próprio MAB e a divulgação dessas oportunidades devem ficar mais explícitas e com um calendário transparente a todas/os que desejam realizar trabalhos no espaço.

O trabalho do fotógrafo traz a ideia de representatividade de mulheres periféricas, de suas vidas cotidianas e suas lutas enquanto pessoas de expressão, reconhecidas em suas comunidades. Importante lembrar que o fotógrafo faz essa intersecção entre a representatividade dessas mulheres nos espaços coletivos e também nas lidas diárias de cada uma. Geanne Santana, por exemplo, mãe do fotógrafo é apresentada também como mulher que é cuidadora de idosos e diarista; Inajá Soares além de ser Mãe de Santo tem um trabalho de beneficência em comunidades carentes onde distribui sopão.⁶⁰ Ele pauta o movimento contínuo na relação dessas pessoas com os objetos e nas várias áreas de suas vidas.

Sem nos distanciar muito, podemos encontrar a contribuição dos trabalhos de Joseania Freitas (1995:14) que ressalta a importância da “cotidianidade dos sujeitos envolvidos” para que outra concepção de um museu⁶¹, alicerçada na representatividade, possa acontecer. A oportunidade oferecida a Murilo Dayo ilumina a ideia de representatividade e da relevância da própria vida das pessoas e do grupo que se pretende representar.

O Museu teve a oportunidade de potencializar esse trabalho e por intermédio dele ter uma experiência rica e promissora, haja visto que essa é uma experiência de memória do artista, como bem sinalizou na entrevista cedida à rádio Frei Caneca. A importância desse trabalho também repousa no incentivo a outros jovens artistas, que queiram expor seus trabalhos e não sabem dessa possibilidade, daí é importante reforçar essa necessidade de maior divulgação através de editais do próprio Museu.

A Exposição Yíá's aciona alguns conceitos elencados no primeiro capítulo, como o conceito de Lugar de Fala encontrado no acionamento do espaço museal, que também é compreendido como um espaço político, uma vez que ela traz as vivências, resistências e vozes da comunidade periférica, entendendo a periferia não apenas como geograficamente distante do Museu/centro ou como pessoas que estão à margem dos direitos sociais enquanto cidadãos/cidadãos, mas compreendendo, como tão bem definiu, uma/um de nossas/os entrevistadas/os: “o entendimento de periferia que eu tenho para mim é um entendimento de potência. É uma potência que é suprimida que é esmagada, é. Mas mesmo assim é uma potência [...] esse sistema sabe tanto que é uma potência que vai nos negando pra ver se a gente morre.”⁶² Quando o fotógrafo revela suas memórias, revela essas potências dentro de

⁶⁰ Essas informações estão na entrevista concedida por Murilo Dayo a rádio Frei Caneca FM em maio de 2019.

⁶¹ O trabalho de Joseania Freitas (1995) dissertou sobre o museu Ilê Iáê que teve como norte “ações educativas do Movimento Negro Organizado” trazendo no cerne da discussão as questões étnicas e museológicas para a implantação do Museu. Freitas, teceu também uma análise de como os museus tradicionais representam as pessoas negras e da concepção museológica encontradas nesses lugares.

⁶² Na fala da/o entrevistada/o encontramos três palavras “morte”, “sistema” e “potência” que anunciam uma política direcionada para as/os moradoras/es desses lugares periféricos, entendidos pela/o a/o entrevistada/o em

uma realidade construída no coletivo dessas vivências e esta é uma fala que se expressa através da memória fotográfica desse cotidiano.

O Lugar de Fala perpassa por essa ação, que é politizada, uma vez que um jovem artista negro está a postos para evidenciar a luta diária dessas mulheres “no trabalho, no estudo, na religiosidade, com a família”. O espaço museal emerge enquanto espaço de reconhecimento, um lugar em que as pessoas ali fotografadas em seu cotidiano, podem se ver e serem vistas, um lugar para se apresentar e se representar.

Entretanto, não se pode esquecer que a instituição museal é um lugar de discurso e, como a própria Djamila Ribeiro nos lembra, ele “vai além de um amontoado de palavras”, pois é um discurso que ancora no poder e no controle⁶³(2017;56). Assim, pensando na concepção de museu baseada em uma representação factual e linear (Freitas,1995;14) esse discurso só corrobora com os apagamentos e invisibilidades das pessoas negras e indígenas.

De forma que é preciso profanar esses espaços, propondo reflexões fora do esperado. O sentido de profanar empregado aqui, está em provocar a desordem dessa concepção de museu quanto a sua representação dos corpos negros, propondo exposições a partir da realidade a qual esses corpos estão inseridos e as quais se identificam e pensar essas identidades em suas experiências cotidianas, escancarando uma resistência histórica e “produzindo insurgências contra o modelo dominante” (Ribeiro,2017;26).

dois sentidos: um geográfico, enquanto lugar distante do centro comercial/cultural e outro social, lugares onde há ausência de uma estrutura necessária que garanta saúde, educação e segurança. A/o entrevistada/o aponta para uma potência das/os moradoras/es que resistem a morte orquestrada por um sistema político ciente/conivente e responsável por essas mortes. Essa fala conversa com Achile Mbembe em *Necropolítica* quando o autor relaciona essas mortes com o poder soberano “Este ensaio pressupõe que a expressão máxima de soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem deve viver e quem pode morrer. Por isso matar ou deixar de viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a natalidade e definir a vida como implantação e manifestação do poder.” (2018;5) O autor pergunta “mas sob quais condições práticas se exerce o poder de matar, deixar viver ou expor a morte?” e “Quem é o sujeito dessa lei?” (2018;6) Mbembe identifica que esse poder sobreando tenha como alvo a morte desses corpos periféricos, seja nas Periferias da Cidade de Recife ou seja nos países considerados de terceiro de mundo.

⁶³ Djamila Ribeiro traz a noção de discurso empregado por Michel Foucault (2017) A autora relaciona o discurso empregado por Foucault no livro *a ordem do discurso* (2012) e *Microfísica do poder*(2004), no primeiro livro o autor aborda a perspectiva na qual a uma sociedade possui um discurso, regulado, regrado, organizado que exclui e interdita o que não condiz com a ordem do discurso estabelecido(p.37). Foucault também fala sobre a “vontade de verdade” atrelado ao discurso tendo como suporte uma “distribuição institucional” o qual tende a exercer o domínio sobre os outros discursos com sua “vontade de verdade”, fazendo-a prevalecer (p.18 e p.19) Atrelar a obra da autora a minha análise das exposições deve-se ao fato de reconhecer esses espaços enquanto pertencentes a um discurso construído, ora na lógica de uma sociedade branca, hegemônica e que desfruta dos privilégios da construção desses discursos, nos quais está na posição de autorizar e ou desautorizar os mesmos, ora esses mesmos espaços museais são desafiadores e desconstrutores desses discursos, trazendo outras e novas abordagens que subvertem a ordem e os personagens outrora estabelecidos e dessa forma constroem outros discursos partindo dos seus próprios lugares de fala.

A autora Joice Berth (2020: 18), que escreveu o livro *O que é Empoderamento*, define o conceito como um “instrumento de emancipação política e social e não se propõe a “viciar” ou criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependências entre indivíduos tão pouco traçar regras homogêneas de como cada um pode contribuir e atuar dentro dos grupos minoritários”. O que se espera dessas exposições que trazem a resistência e a liberdade religiosa de matriz africana, tem a ver com esse encontro com própria consciência dos corpos em exposição, de suas próprias manifestações. Tem a ver ainda com transformar lugares antes de “outroridade”, como os museus tradicionais impregnados de representações e ausências de representatividade, em espaços pulsantes que de realidade que correspondem as narrativas encontradas na exposição em exercício da autonomia.

A religiosidade de matriz africana é trazida através das lentes do fotógrafo com o propósito de mostrar uma outra visão dessa religiosidade, contrária ao preconceito. Murilo Dayo faz isso através da dinâmica do dia – a – dia dessas mulheres e dele mesmo enquanto candomblecista, registrando o cotidiano do próprio “chão” na intenção de contribuir para “tirar o preconceito” o que chamamos também de intolerância religiosa.

A propósito desse “tirar o preconceito” colocado por Dayo, o escritor Sidnei Nogueira (2020;29), em *Intolerância Religiosa*, considera que “no Brasil empreendem uma luta contra os saberes de uma ancestralidade negra que vive nos ritos, na fala, nos mitos, na corporalidade e nas artes de sua descendência.” Nesses termos, a exposição é um compartilhamento de um modo de viver, é a face humana, frente a demonização racista e intolerante que tem como a finalidade minar as resistências dos povos de terreiro “são tentativas organizadas e sistematizadas de extinguir uma estrutura mítico-africana milenar que fala sobre modos de ser, de resistir e de lutar.” (Nogueira, 2020; 29)

Entretanto, bem mais forte que toda a racionalidade com base em um pensamento eurocêntrico racista que demoniza o que não entende ou o que não consegue controlar e tomar posse (Kilomba,2008;228), a religiosidade de matriz africana é fruto da impensabilidade⁶⁴ de

⁶⁴ O termo impensabilidade é trazido tendo como referência ao livro de Michel – Rolf Trouillot “Silenciando o passado” o qual faz uma abordagem dos silenciamentos e das relações de poder presentes nos fatos históricos, na história. O autor no capítulo 3 “Uma história impensável: A Revolução Haitiana como um não evento” Trouillot, nos fala sobre um Revolução que jamais poderia ocorrer na ótica dos colonizadores brancos do Haiti, a impossibilidade estaria nesses colonizadores acreditarem não haver por parte dos colonos africanos a capacidade de raciocinar, de se organizar, de traçar estratégias de guerra. Dessa forma a Revolução Haitiana também é fruto dessa “impensabilidade” pautada na “incapacidade” dos colonos “a ideia de que africanos escravizados e seus descendentes não seriam capazes de conceber a liberdade – menos ainda de formular estratégias para obter e assegurar essa liberdade – era baseada não tanto em evidências empíricas, mas numa ontologia, uma ordenação implícita do mundo e de seus habitantes. De modo algum monolítica, essa visão de mundo era, contudo, amplamente compartilhada por brancos na Europa e nas Américas, [...]” (2016;122) A impensabilidade da

resistência em meio ao terror “Na sociedade do esquecimento e do apagamento, sobretudo de memórias e corpos negros, mas também das próprias memórias e dos próprios corpos” (Nogueira, 2020:30). Esses corpos desumanizados, fruto de um sistema colonial, encontraram um meio para se refazerem, no âmago dessa contraposição: lembrar/esquecer e o sim/não, foi a ancestralidade que se manteve. Portanto, não é de se ignorar então, a demonização por ser incompreensível, era preciso sufocar o que estava fadado ao desaparecimento, mas resistiu.

É no enegrecer da lógica exuística (Nogueira, 2020), que trago a experiência de uma outra exposição realizada no Museu afro-brasileiro de Sergipe/Brasil, que reservou uma Sala específica ao Deus mensageiro. A visitação do Museu iniciava pela Sala de Èsú que dessa forma transportou uma realidade dos Terreiros para os museus dado a importância do Òrìsá. Segundo os autores que escreveram e analisaram essa exposição, “Embora a gestora tivesse a intenção de representar EXU, como no candomblé, o que se viu foi um Exu sob forma de “Catiço”, na umbanda, acompanhado por um manequim representando a Pombajira” (Brito; Ferreira Aguiar e Maia Aguiar, 2019). Ocorre que essa exposição provocou alardes⁶⁵ “percebido na relação de alguns funcionários, estagiários, visitantes e moradores de Laranjeiras” todas essas pessoas desenvolveram uma relação de proximidade e de respeito não com a exposição, mas com a própria entidade (2019;21), relações verificadas na permissão para entrar, saudações e ofertas de moedas, práticas que passaram a ser comuns no espaço.⁶⁶

Religiosidade de Matriz Africana trazida no texto acima está em relação a ser ela também um dos principais caminhos de organização para o enfrentamento da escravidão, mesmo com todo o terror produzido por ela.

⁶⁵ No artigo os autores citam Reginaldo Santos Gonçalves, uma vez que se refere esse efeito de muitas vozes comentando a exposição de “excesso de ressonância” pois o antropólogo se referia “a experiência do Museu da Polícia Militar no Rio de Janeiro, cujo o acervo continha objetos apreendidos em ações políticas de repressão às casas de umbanda” (2019;22) O Museu Afro-brasileiro de Sergipe – MABS fica localizado a Rua José do Prado Franco, 70 no Bairro de Laranjeiras. Outras/os autoras/es como, De Jesus, Carmo y Barroso em “O silenciamento do Negro no Museu Afro-brasileiro de Sergipe/Brasil(2021) lança uma crítica sobre o projeto expográfico do Museu está ainda voltado para a manutenção da “memória do engenho” (2021;175) as autoras/es apontam para o silenciamento de escritoras/es negras e negros e para um população que foi silenciada sistematicamente e que não tem representatividade no Museu(2021;175) A dissertação de Jislaine dos santos “ O Museu Afro-Brasileiro de Sergipe: Entre Cenários, falas, silêncios e as heranças culturais(2019) também alerta para uma revisão expográfica “é preciso

realizar melhorias na expografia pois a relação criada entre museu e narrativa sobre o negro(a) ainda não dá espaço merecido que as heranças culturais afro-brasileiras devem ter.”(2019;178) os dois trabalhos alertam para a proposta de representação das exposições de longa duração do MABS , Gislene Santos alerta que “ é necessário que se pense como criar uma comunicação através das exposições de longa duração sem que dê ênfase apenas ao período da escravidão, as memórias de dor, buscando-se, por outro lado, ressaltar as contribuições dadas pelos(as) negro(as), evidenciando aspectos positivos deixados por herança ao povo brasileiro”(2019;178).

⁶⁶ Após 19 anos, quando a exposição estava sendo desmontada, houve um grande reboliço e, segundo relatos colhidos pelos autores do artigo a comunidade de terreiro se manifestou contra a retirada, assim como simpatizantes da exposição e até a própria entidade se manifestou contra, a representatividade encontrada na exposição “contribuiu para que pela primeira vez desde sua criação o museu estimulasse a visualização daquilo que Regina Abreu delineou como Antropologia de um museu nativo com estratégia de movimentos sociais.”

A exposição conseguiu chegar aos moradores do bairro das Laranjeiras, onde o Museu se localiza, com uma camada de bons e maus afetos, aos praticantes da religiosidade de matriz africana com a sua identificação e para aqueles que o demonizavam com os desafetos de vê-lo provocando tanto agitação.

A exposição Èsú foi ir além do que a curadoria desejava, uma representação do Òrìsá reservando a ele o devido respeito, fez através dela uma maior proximidade com a comunidade e alcançar um grau de representatividade jamais vista naquele Museu revelando que não era só uma exposição e também não se encerrava apenas em uma comunidade, um coletivo, mas alcançava suas próprias subjetivações. Dessa forma a Exposição Èsú tece uma relação entre a comunidade e o Museu, assim bem como a Exposição Yíás, mesmo com ressalvas sobre o propósito de cada curadoria e do acervo exposto, os dois Museus através dessas exposições tem um envolvimento direto de pessoas da comunidade, cada uma, dentro da especificidade em que foi pensada, envolve a comunidade refletida ali e alavanca o museu de seu lugar de representação estéril e sem a burburinho da comunidade.

Dayo pensa duas mulheres fortes em sua vida. A vida dessas mulheres ligadas ao Terreiros e fora dele, envolve momentos do sagrado com a vida cotidiana, também a curadoria da Exposição Èsú tem a participação da comunidade para que ela fosse pensada e executada. Essas exposições, ressignificam esses espaços uma vez que são ocupados por corpos que protagonizam suas histórias. Para mim, as duas exposições Yíás e Èsú aportam na categoria político cultural da Amefricanidade (1988) trazida por Lélia Gonzales uma vez que estão nesses espaços por suas próprias experiências, sua herança.

A categoria de Amefricanidade considera que a nossa herança indígena e africana foi ocultada da ideia de cultura da América Latina. Nas duas exposições não somente está presente a herança africana, mas também a mensagem de resistência de seus descendentes. Lélia Gonzáles, através dessa categoria afirma que nos identificamos em nossas realidades, muito mais com o ladino, aquele que precisa de esperteza

“Para sobreviver às adversidades vividas nesses lugares e aqui falo da academia como um lugar que não foi pensado para a minha presença e ou a presença de mulheres e homens negras e negros que se deslocam de suas periferias, de seus expedientes de trabalho e vão em busca de conhecimento e que nem estranham a ausência de mulheres nas ementas e muito menos de autores e autoras negras e negros.”

(2019;25) Regina Abreu traz Tal Antropologia Qual Museu? O exemplo do Museu Maguita “A ideia de criação do Museu surge como um instrumento de luta, um momento crítico de mobilização política” (2008;134). São propostas diferentes de exposições, curadorias, mas estão irmanadas na participação dos movimentos sociais é a comunidade que se envolve na proposta do Museu ou faz o Museu.

E igualmente a Academia, os Museus de um modo geral, também não foram espaços pensados para pessoas negras e indígenas. A antropóloga Lélia Gonzáles no livro *Lugar de Negro* (1982) sinaliza o quanto é preciso uma pessoa negra escrever, para que o outro que partilha da mesma realidade possa ler e também se ver ali. Comparo esta ação do escrever as exposições no museu, que seja este um lugar onde possamos identificar a importância desse encontro, na “ocupação”⁶⁷ do espaço museal através dessas memórias, das lentes do fotógrafo Murilo Dayo.

A ocupação do espaço museal, sugere um termo que dialoga com a Exposição de Yíás, o Ativismo Curatorial, desenvolvido a partir das práticas de novas intervenções curatoriais, segundo Maura Reilly⁶⁸ autora do livro *O que é Ativismo Curatorial?* O termo é usado “para descrever pessoas que dedicaram seus esforços curatoriais quase exclusivamente para a cultura visual das margens, de dentro das margens e a partir delas: isto é, para artistas que são não brancos, não euro-estadunidenses, bem como mulheres, feministas e queer” pensando nessa mesma vertente Luciara Ribeiro⁶⁹ faz um apanhado de curadores que buscam outras formas de expor e que compreendem as ausências de corpos negros nas exposições e da mesma forma nos elementos expográficos “Quando a história da arte e os museus reforçam o uso do branco, mesmo que como cor de parede, no campo da universalidade e da

⁶⁷ O termo “ocupação” é recorrente nas chamadas das postagens no Instagram no MAB a exemplo da exposição Yíá’s foi postado no Instagram “Este local é nosso e precisa ser cada vez mais ocupado, principalmente pela população negra desse país. Pensando nesse movimento agregador, as narrativas dessa população adentram e apresentam suas forças através das exposições de longa e de curta duração. A exposição Fotográfica IYA’S, do fotógrafo @murilo_ojoo, expressa a vida de duas mulheres candomblecistas de extrema importância na trajetória do fotógrafo. As dinâmicas apresentadas nas fotos permeiam aspectos que passam pelo cotidiano dessas mulheres, o que inclui sua imersão na religiosidade de matriz africana, interligando-as a sentimentos únicos, como o amor, respeito e a dedicação ao Orixá. Diálogos presentes e potentes para compreensão da nossa raiz africana, através da memória e trabalho de um fotógrafo negro pernambucano.” Instagram do Museu da Abolição. Data da última visualização em 02.02.2022.

⁶⁸ Maura Reilly escreveu o livro “Curatorial Activism: Towards an Ethics of curating” A autora parte da contra ideia a lógica ocidental, racista, machista, homofóbica, e colonial. A autora do livro trata das discriminações no âmbito das artes e na falta e de oportunidade de “Outre” artistas conseguirem expor seus trabalhos “A discriminação contra tais artistas invade todos os aspectos do mundo da arte, da representação de galerias, diferenças de preço em leilões e cobertura da imprensa para inclusão em coleções permanentes e programas de exposições individuais. Na maioria dos museus estabelecidos, visitantes ainda precisam procurar ativamente por obras de tais artistas” (2018;1) a autora revela que o objetivo dela enquanto acadêmica e curadora é “desmarcar [...] revelando os poderosos mecanismos ideológicos que garantem que alguns artistas sejam celebrados enquanto outros sejam marginalizados” (2018;8) a autora é uma curadora ativista, como ela mesma de autodeclara.

⁶⁹ Segundo Luciara Ribeiro (2021) em *Ativismo Curatorial: caminhos para uma Ação Curatorial e educativa comprometida com todos*, “A autora propõe em seu texto uma reflexão em torno das curadorias e da responsabilidade das/os curadoras/es e dos museus no compromisso em pensar ações inclusivas no qual o objetivo de romper com a imparcialidade desses trabalhos ou desses lugares, no sentido de com isso, reforçarem aos resquícios coloniais existentes.

neutralidade, ela e seus agentes estão corroborando com uma estrutura de reforço de colonialidade, de supremacia da branquitude, de exclusão, racista e racialista”(2019;74)

A propósito do termo, Igor Simões⁷⁰ no artigo “Onde estão os negros? Apagamentos, racialização e insubmissões na arte brasileira” reflete sobre as ausências e invisibilidade dos artistas negros no acervo da Pinacoteca de São Paulo “Não é exagero afirmar que durante quase um século esse foi um acervo inteiramente branco, e esse tipo de constatação só aparece quando tomamos o marcador da raça. Esse marcador parece continuamente escasso em nossas abordagens da arte brasileira”. (2019;9) o autor analisa a exposição “Territórios: Artistas Afrodescendentes no acervo da Pinacoteca”, realizada entre 2016 e 2017 a qual teve propósito homenagear “seu antigo diretor Emanuel Araújo, agente negro e presença incontornável no cenário artístico brasileiro” (2019;8) o homenageado foi durante dez anos diretor da pinacoteca do Estado de São Paulo de 1992 à 2002, sua gestão crítica revelou questões quanto um outro tipo de epistemicídio no do campo das artes visuais e curadoria.

Diante disso é importante trazer aqui uma constatação do autor quando fala de Emanuel Araújo “é importante salientar que ao tomarmos a trajetória de Araújo, como em outros casos, estamos diante não de um espaço de oportunidade e reconhecimento de profissionais negros na área e sim diante de uma exceção que apenas confirma essa regra” (Simões, 2019;9). Essa é uma constatação que me faz lembrar da fala de uma/um entrevistada/o que disse “sentir falta da produção de pessoas negras nessa área e de curadorias também” mas, não é que não haja produção, tomemos por exemplo a exposição de Murilo Dayo, não há visibilidade e nem reconhecimento.

A exposição de Dayo ilumina, também, a necessidade da ideia de interseccionalidade⁷¹ para pensarmos as narrativas partir das imagens. Elas, as mulheres negras, estão presentes no espaço museal, trazendo as experiências vividas de um cotidiano real e dentro de uma coletividade. O conceito de interseccionalidade trazido por Carla Akotirene “permite às

⁷⁰ O autor no artigo “Onde estão os negros? Apagamentos, racialização e insubmissões na arte brasileira” faz reflexões no campo da História da Arte tecendo suas observações principalmente sobre a pinacoteca do Estado de São Paulo, Simões, observa a ausência de pintoras/es negras/negros nos acervos e reservas técnicas dos museus, questionando “Como a representatividade e a visibilidade da produção de artistas negros pode ser viável nas mostras que se erguem nessas instituições, se a matéria-prima dessas mesmas mostras é composta inegavelmente por artistas brancos?” (2019;10) Igor Simões, considera que não havendo acervos de pintores negros nas reservas técnicas é inevitável que ocorra a ausência desses mesmos artistas nas exposições.

⁷¹ De acordo com Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade é, simultaneamente, a maneira sensível de pensar a identidade e sua relação com o poder, não sendo exclusiva para mulheres negras, mesmo porque as mulheres não-negras devem pensar de modo articulado suas experiências identitárias. Ademais, transexuais, travestis e queers estão incorporados a perspectiva da autora. Este volume contém contribuições oriundas da segunda edição da Escola Internacional do Pensamento Feminista Negro Decolonial ministrado pela Doutora Kimberlé Crenshaw, na University of Wisconsin law Scholl, para o Coletivo Angela Davis, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, no período de 5 a 11 de agosto de 2018.

feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe, e às operações estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem” (2021:38) ajuda a perceber a realidade das mulheres negras em suas vidas atravessadas pela desigualdade social, intolerância religiosa, pelo sexismo e pelo movimento diário por não desaparecer engendrando e modificando vidas ao seu redor.

São essas mulheres negras invisibilizadas que se movimentam nas periferias, que no nosso entendimento encontramos na exposição *Yiás* e no cotidiano de tantas *Yiás* pernambucanas e brasileiras.

Ainda refletindo sobre representatividade e interseccionalidade, a curadoria de Dayo dialoga com o pensamento da museóloga e antropóloga, Nutyelly Cena de Oliveira, no estudo sobre a “Bonecas Abayomis e Narrativas insurgentes Contra o Racismo e o Epistemicídio” (2019), quando a autora percebe os corpos negros como um “ato político” insurgente, resultante de um mergulho nas reflexões coletivas. Essas reflexões coletivas encorajam a luta diária por suas “próprias histórias e corpos” e esse, ao meu ver, é a contribuição da exposição *Yiás* para o espaço museal: trazer uma dinâmica presente de uma exposição com a efemeridade proveniente do próprio cotidiano e das vidas reais que estavam nas fotografias.

Buscar as reflexões coletivas de Nutyelly Oliveira são importantes por serem fruto das conversas em torno das experiências individuais, diálogos realizados por pessoas que possuem corpos negros potencializados na identidade do seu corpo, seu cabelo, sua própria estética⁷² contribui para pensar o próprio espaço museal, no exercício de desconstrução da ideia dos corpos atravessados pelas “violências cotidianas” desafiando os padrões estéticos corporais diferenciados e, dessa forma, também contribuindo com a desconstrução dos padrões estéticos estabelecidos por espaços museais. O MAB ao abrir espaço para a exposição de Murilo Dayo oportunizou a desconstrução desses padrões, os corpos negros que ocuparam o MAB seguiram uma estética corporal própria estabelecendo uma compreensão própria do espaço a ser ocupado.

⁷² A autora se refere as oficinas “educativas e afetivas” realizada na construção de Bonecas Abayomis, feitas de retalhos de pano. Nutyelly Cena de Oliveira(2019) fala de como essa construção da boneca ocorre para cada participante da oficina, o diálogo relaciona as reflexões sobre a interseccionalidade dos corpos negros a uma estética positivada. As análises trazidas no texto de Nutyelly Cena de Oliveira(2019) é resultante de sua observação da ausência de uma “imagem positiva racializada e que não estejam atrelada à escravidão” (p.157) presentes no espaço museal, ela, igualmente a Flores(2015) analisa a representação das mulheres negras no museu.

3.3 Exposição "O Memorial do Sobrado Grande da Madalena"

Figura 6 - Fotografia da Exposição O Memorial do Sobrado Grande da Madalena



Fonte: Arquivos do Museu da Abolição – MAB (2019)

Figura 7 - Fotografia da Exposição O Memorial do Sobrado Grande da Madalena



Fonte: Arquivos do Museu da Abolição – MAB (2019)

Figura 5 - Fotografia da Exposição O Memorial do Sobrado Grande da Madalena



Fonte: Arquivos do Museu da Abolição – MAB (2019)

A exposição, de Longa Duração, era um recuo na história cronológica, com o objetivo de contar através de datas a história do Sobrado. Ela nasceu do desenvolvimento de projetos

dos cursos de Turismo/UFPE, sob a coordenação da Professora Isabela Moraes. A pretensão do projeto expográfico era “criar a exposição fotográfica do Sobrado Grande da Madalena/Museu da Abolição, para composição do acervo do Memorial do Museu da Abolição” (UFPE.PROEXC;?)⁷³. A exposição, também é fruto da parceria com o curso de Design/UFPE cuja coordenação dos trabalhos, nessa área, correspondia a professora Kátia Araújo. O projeto foi realizado conjuntamente com os estudantes dos cursos, responsáveis pela pesquisa documental e designer, que resultou no produto final, a exposição.

Figura 6 - Fotografia da planta baixa



Fonte: Arquivos do Museu da Abolição – MAB (2019).

A exposição tem a proposta de memória institucional e em seu *release*⁷⁴ é considerado a ampliação dela, após a reforma do Museu. A sala que abrigava a exposição, ficava localizada no lado esquerdo da recepção, é possível visualizá-la como a menor sala da área frontal do Museu que está voltada para a Rua Benfica, segundo uma/um das técnicas do Museu “é uma sala bem pequena, fica no térreo logo na entrada”. Em suas paredes havia

⁷³ Foi encontrado um PDF com o projeto da exposição, o mesmo foi um projeto de extensão da colocado na Pró – Reitoria de Extensão da UFPE (PROEXC) o documento não possui datação. file:///C:/Users/jusci/Downloads/Exposi%C3%A7%C3%A3o%20Sobrado%20da%20Madalena%20-%20%20Museu%20da%20Aboli%C3%A7%C3%A3o%20UFPE.pdf Data da última visualização 02.02.2022.

⁷⁴ Pesquisa do *release* me enviado pela instituição: trecho do texto de apresentação da exposição: No próximo dia 21 de setembro, às 15h, será inaugurado ao público o Memorial do Sobrado Grande da Madalena, no Museu da Abolição, em comemoração aos 35 anos de abertura da instituição. O Memorial tem por objetivo o resgate da memória histórica do Sobrado, por ter sido posse de nomes importantes do período colonial aqui em Pernambuco, além da importância do engenho que dá nome ao bairro no qual está inserido (Madalena), das diversas fases de ocupação do sobrado e também da história do Museu a partir de sua abertura ao público em 13 de maio de 1983. A ampliação do Memorial se dará com o projeto de reforma do casarão, cujo está finalizado e aguarda aprovação orçamentária do IPHAN para ser executado.

textos adesivados, um trabalho de plotagem que traz a descrição cronológica do período histórico em que se desenvolveu a história do Sobrado e as figuras ligadas a ele direta ou indiretamente. Também traz frente aos textos, o busto de João Alfredo com um foco de luz sobre ele. João Alfredo foi um dos abolicionistas homenageados na criação do MAB e anteriormente um dos donos do Sobrado. A exposição é pequena e à primeira vista seria apenas uma sala necessária para compor a história do Museu, porém sua expografia de retorno ao passado nos chama à análise a luz das questões do presente.

O busto do abolicionista sugere o tema - O homem e a história -, destaco que essa observação é minha, por me fazer lembrar um tópico dos livros didáticos de história⁷⁵. O busto é o destaque central e indica que a história passa por ele é como se estivesse montada para um grupo escolar, um padrão que lembra os livros de terceira e quarta série de 1978 ou 1979, uma história de um só, um só olhar, só. O Busto do abolicionista está intrinsecamente relacionado com todo o apanhado histórico de um arquivo revisitado para atestar a memória do Sobrado Grande, então cara/o leitora/or também eu retorno subjetivamente às minhas memórias, as minhas experiências, uma vez que esse retorno a história não é externo a elas. Está em contato com essa exposição é a experiência que desperta minhas memórias “como um atual que se firma e define o ato, a história se distancia da experiência só para retornar a ela e engajar outros devires.” (Ribeiro, 2020:154)

Logo, se é preciso contar uma história é preciso que se mexa nela, como constata Felipe Ribeiro (2020) “ao invés de encerrá-la em ciclos, tomando –a por sua característica repetição e mesma qualifica-la de farsa, prefiro admitir que [...] a cada nova combinação entre agentes oferece um novo acesso a velhos problemas” na Exposição “os agentes” são as fontes trazidas em ordem cronológica com a completa ausência das agências do povo negro nesses períodos, a história contada retrata uma unilateralidade dessas fontes.

Na perspectiva de observar que outras realidades existiam, Lepê Correia, no livro *Canoeiros e Curandeiros: resistência negro-urbana em Pernambuco – Século XIX* traz a agência de homens negros, conhecidos como hábeis manejadores responsáveis por conduzir as canoas pelo Rio Capibaribe. Os conhecidos canoeiros eram conhecedores dos pontos de

⁷⁵ Aqui me refiro aos livros de terceira série do Ensino Fundamental I dos anos 70, a história do Brasil era contada através dos grandes feitos, descobertas e dos grandes homens heróis. Estas, fazem parte das minhas recordações nas quais Pedro Álvares Cabral/Bartolomeu Dias/Vasco da Gama /Fernão Magalhães, mulheres não havia no universo daqueles livros, negros e indígenas havia, debaixo do açoite e sem nomes.

correntezas fortes, redemoinhos, prováveis rotas de fuga e “pela lógica, quem não gozava de mobilidade tinha um companheiro móvel com quem contar na hora de escapulir”. (2006;79)⁷⁶

Diferentemente da exposição Yíás, a qual empodera, visibiliza e potencializa os corpos negros, a exposição sobre o Sobrado, com seu busto imponente, nos mostra que o Museu concilia ainda uma narrativa tradicional, hegemônica e silenciadora. É possível observar essa mesma direção nos pensamentos de Jesus e Carmo y Barroso (2021;172), que escreveram sobre o Museu Afro-brasileiro de Sergipe- MABS quando fizeram um apanhado “do acervo das exposições e das informações que são disponibilizadas para os visitantes por meio de suas etiquetas e textos, percebe-se uma dicotomia na narrativa nas salas do térreo que consiste em Senhor de Engenho x escravo.” Da mesma forma, Jislaine dos Santos (2019;122), em sua dissertação também sobre o MABS, observa que “A exposição apresentada se divide entre o período da escravidão e a religião afro-brasileira, porém, a ênfase é mais em relação ao momento em que o(a) negro(a) foi obrigado a trabalhar, a ser submisso ao branco. Entretanto, ao pensar em resistência na exposição do museu, notamos somente a presença da religião, a mesma que ainda é alvo de preconceito”

As produções textuais convergem para o entendimento das permanências das Colonialidades e em particular, as observações de Jislaine dos Santos, suscitam a presença da “religião ainda como alvo de preconceito” não superado, ainda na permanência de uma visão de fora, de senhores de engenho. A intolerância a religiosidade de matriz africana é um dos conflitos que emergem das relações raciais. De forma que, trazer essa religiosidade de matriz africana/musealizar essa religiosidade, talvez seja uma forma encontrada pelos museus de buscar essa representação mais próxima dos grupos/comunidades que a vivem, uma vez que também, algumas delas são montadas com a participação de alguns desses grupos/comunidades⁷⁷, exemplo da Exposição Exu do MABS, citada logo acima. Porém, ter uma exposição com a temática de religiosidade de matriz africana não aparta o museu dessas permanências nem o coloca no patamar de museu colaborativo/participativo e de um espaço

⁷⁶ O livro Canoeiros e Curandeiros: resistência negro-urbana em Pernambuco – século XIX faz um apanhado das resistências negras, no referido século, através da imersão na pesquisa bibliográfica. Lepê Correia, além de trazer os Canoeiros do Rio Capibaribe, também traz a agência de um africano curandeiro conhecido como “Manoel” que praticou a cura do Cólera, quando a doença assolou o estado do Pernambuco em 1856.

⁷⁷ Na dissertação de Juliana Mesquita Zikan França “A atmosfera Senhoril” do Museu do Estado de Pernambuco: um ensaio sobre o Patrimônio de longa Duração Pernambuco Patrimônio de um Povo. A autora traz uma contribuição importante quanto a essa participação desses grupos “Mesmo os curadores estabelecendo contatos com povos indígenas e povos de terreiros de Pernambuco, a curadoria da exposição não foi colaborativa. Assumindo assim, o caráter do Museu em relação a necessidade de especialização dos curadores, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Consultivo Curador do Museu do Estado de Pernambuco, nos quais, conferiam aos curadores a autoridade sobre os conteúdos apresentados em exposição, neste caso, aos curadores, conferia, direta e indiretamente, uma “autoridade etnográfica” (CLINFORD,2014) sobre os conteúdos e conceitos encontrados na exposição.”(2019;60)

que está realmente trazendo esse conflito para que seja questionado e confrontado, a depender da forma como a exposição for pensada e montada em seus recursos expográficos, o conflito poderá passar por despercebido.

Trago essa discussão aqui, porque também o MAB teve exposições com abordagem da religiosidade de matriz africana. De acordo com Viviane Valença (2014:126), a “Exposição em Processo” teve a Sala 3 intitulada “Papel dos negros na formação do Brasil (orixás): Destacaram-se as religiões de matriz africana na apresentação dos orixás.” A antropóloga, em sua dissertação, compartilha um momento de conflito presenciado na montagem dessa Sala, entre técnicos e religiosos “Os religiosos cobravam uma representação fiel aos orixás segundo suas crenças, enquanto a museóloga enviada pelo IBRAM para dar suporte à montagem, alegava que tais ideias não estavam de acordo com as normas técnicas de execução de uma exposição, pois o espaço do museu não era o terreiro e deveriam pensar nos visitantes da instituição.” A Exposição nascida de um “processo participativo” encampado pelo Museu à época, inclui questionamentos por parte de participantes sobre o quanto essa Ação pode ser participativa “se ninguém sabe o que vai fazer especificamente no projeto, perde o sentido de participativo, pois muitos não poderão tornar tais ideias realidade.” (Valença, 2014:93)

A exposição “Memorial do Sobrado Grande da Madalena”, mesmo com a boa intenção de um resgate histórico para o acervo iconográfico e documental do Museu, reserva um ar senhoril e assume um caráter de “história única” (Adichie:2019) com os perigos que uma história contada por apenas uma perspectiva e finalidade tem. Então, não há espaço para uma narrativa paralela, como por exemplo, a própria agência dos corpos escravizados que poderia ser trazida propondo um paralelo no recuo cronológico trazido na exposição.

A exposição em tela estava localizada em uma sala destinada a exposições temporárias, porém, tratava-se de uma exposição permanente, uma vez que o Plano Museológico da instituição a enuncia como uma meta a ser alcançada⁷⁸. Encontramos no documento a seguinte citação: “Elaboração e execução de memória institucional com instalação de um Memorial do Museu no andar térreo do casarão.” A Exposição é trazida dentro do sumário do Plano como Exposição de Longa Duração, porém ela é de caráter permanente e se configura como a memória institucional do Museu da Abolição.

Segundo uma/um das/os técnicas/os: “Eu entendo essa Exposição como exposição fixa... ela foi pensada para ocupar uma sala e para não sair dessa sala até que a obra do museu começasse, como começou. Ela não ia ser substituída por outra exposição, mesmo estando ela

⁷⁸ Especificamente localizada no sumário na Parte 2 do 4º item, no sub - item 4.2.2 em “Exposições de Longa Duração”.

numa sala de exposição temporária. No meu entender essa exposição é parte inalienável da memória do museu.” A memória do Museu com base nessa exposição é a visão de uma história pautada em fatos e acontecimentos, engessada em uma história normativa, oficial.

A memória do Sobrado é pautada na história construída de grandes feitos e grandes homens, sem espaço para as/os sujeitas/os da história apagadas/os, silenciadas/os e como afirma Alexandro Silva de Jesus (2011: 06) e Francisco Sá Barreto “o sujeito da história é o homem comum, quase sem voz, sob a perspectiva da história oficial (positivista) mas ator, construtor diário das memórias, que não são facilmente controladas pelas instituições”. O sujeito da história, homens e mulheres escravizados, são aqueles que aprenderam a manejar o barco e que empreendiam fuga pelo Capibaribe se embrenhando pelas matas sem saudade dos Sobrados. (Correia;2006)

Esse “homem comum” que constrói uma história à margem da “perspectiva de uma história oficial” também não coube no resgate histórico do Memorial, a curadoria da exposição foi fiel a esta oficialidade. A antropóloga Nutyelly Cena de Oliveira alerta para uma revisitação por parte dos museus quanto as exposições e coleções no sentido de buscar “novas intenções expográficas” de forma que esse “homem comum” seja visibilizado, no resgate histórico do Memorial esse “homem comum” é um corpo negro “Dessa forma, são fundamentais ações que promovam exposições que evidenciem corpos negros como integrantes da sociedade nacional, e não como invisíveis ou inferiorizados ou colocados à margem de uma sociedade hegemônica que é branca, patriarcal e excludente.” (2019:157)

Em dezembro de 2021, visitei o Museu da História e Cultura afro-brasileira – MUHCAB⁷⁹ e também em uma pequena sala tive a grata surpresa de encontrar a história do casarão contada por Wilton Cobra⁸⁰ em um vídeo. Ele foi diretor do Centro Cultural José Bonifácio, hoje MUHCAB, de maio de 1993 à fevereiro de 2001. A história do casarão estava

⁷⁹ O Museu fica no Estado do Rio de Janeiro, no bairro da Gamboa. Inaugurado em novembro de 2017, foi construído com o objetivo de refletir e articular criticamente a história e o legado da escravidão no Rio de Janeiro. O Museu tem como preocupação a banalização do tema, devido a sua complexidade tão presente nas relações raciais do país “Se a escravidão foi abolida há mais de cem anos, é inegável que muitos grilhões permanecem em nosso inconsciente coletivo” (do site do Muhcab – História) O Museu contrapõe a história da escravidão de ‘privação dos direitos humanos’ de antes à “resiliência, indestrutibilidade do espírito humano e a agência pessoal “ o Museu da História e Cultura Afro –brasileira quer fazer ouvir as vozes silenciadas, narrando a história por seus protagonistas. A dimensão de tal projeto só se viabiliza com processos participativos de baixo para cima rechaçando abordagens curatoriais autoritárias.” Segundo o site o Museu prima pela proximidade com a comunidade, o Morro da Providência, o Movimento Negro e os coletivos negros jovens. <http://www.rio.rj.gov.br/web/muhcab/historia> Data da última visualização em 19.02.2022

⁸⁰ Hilton Cobra é ator, iluminador, gestor e membro fundador da Companhia dos Comuns, desde 2001, criada com o objetivo de dar maior visibilidade às culturas negras e ampliar a presença de artistas negros no teatro brasileiro contemporâneo. Foi diretor do Centro Cultural José Bonifácio, Hoje MUHCAB, de 1993 -2001Foi presidente da Fundação Cultural Palmares (2013-2014) e coordenador do Fórum Nacional de Performance Negra (2005, 2006, 2009 e 2015).

plotada nas paredes, porém a voz de Wilton Cobra ecoava naquela sala pequena, contando a agência dos corpos negros que passaram no lugar e deixaram sua contribuição, entre eles, Lélia Gonzáles, Conceição Evaristo e Milton Santos. Assisti ao vídeo de 20 minutos, nele estava o depoimento de um homem negro que contava a história de prédio, no período em que foi o gestor daquele Centro⁸¹. Trago aqui essa experiência por compreender que também o Estado de Pernambuco, a capital de Recife e o próprio MAB tem agências negras, indígenas e dessa forma pensar em uma memória voltada para uma comunidade a quem, em missão, pretende representar.

A Exposição também está relacionada com a mediação, segundo uma/um outra técnica/o do museu “A função dessa exposição era contar a história do Sobrado, o objetivo dela é auxiliar, por exemplo, as recepcionistas do museu tivessem um pouco mais de subsídio para responder uma pergunta que chegava para elas, do que foi esse lugar, a ideia é que essa sala fosse esse suporte de contar a história do casarão e aí essa história foi contada a partir de uma perspectiva branca...”e repetimos, são os perigos de uma “história única”, na qual a perspectiva e a finalidade comprometem os eixos fundantes, trazidos em um dos documentos mais importantes da instituição museal, que é o Plano Museológico.

Ainda que seja compreensível a necessidade de um apoio para aquelas e aqueles que trabalham no museu, considerando que a mediação, segundo as/os técnicas/os do Museu “desconstrói essas ideias”, durante a visita é possível inferir que, quando não há mediador para trabalhar essa narrativa cronológica, é ela mesma que prevalece. Permanece em destaque os donos do Sobrado possuidores de escravos; uma história oficial; uma história das senhoras e senhores de engenho; o funcionamento dos engenhos; a subjugação dos escravos, enfim, uma história de violência dos corpos negros, contada novamente por um agente estruturante, que faz uso desse dispositivo na manutenção dessa história oficial, dessa pretensa memória institucional.

Em uma busca virtual, encontrei no canal Youtube uma mediação no MAB para estudantes do Ensino Fundamental, iniciando exatamente por essa sala⁸² e por mais que a mediadora dialogue em com uma desconstrução da narrativa cronológica da exposição, o MAB é apresentado por ela. A história dos donos do casarão, a compreensão dos engenhos de açúcar, sobrepõe a história das nossas agências. Na fala de uma/um técnica/o: “salas enormes,

⁸¹ O Centro Cultural José Bonifácio era um centro cultural situado no bairro da Gamboa, na Zona Central da cidade do Rio de Janeiro. Instalado em uma construção do século XIX, localiza-se no cruzamento da Rua Pedro Ernesto com a Rua João Álvares.

⁸² Visita ao Museu da Abolição <https://www.youtube.com/watch?v=w70NwpuKWuY> última visualização em 10.09.2021

então você tem que dá uma resposta do que é aquilo, então a gente precisava dessa resposta, você tá ocupando uma casa com um tema que não tem ligação, né? Porque é uma Casa Grande e tal mas, ao mesmo tempo, você vai achar uma história...”. Então, a história se ampara na branquitude.

Permanece o conceito de branquitude, na emergente necessidade de responder aos visitantes o que é aquele espaço físico, a Visão do Museu⁸³ é engolida face a contação dessa história e sem sombra de dúvida ela trai qualquer processo de construção participativa do museu com as comunidades afrodescendentes. A exposição Memorial do Sobrado Grande da Madalena nos lembra as falas iniciais das/os entrevistadas, nas quais ressoavam a história da criação do museu como um “dever de memória”, longe de uma representatividade do povo afrodescendente, de uma cultura afro-brasileira.

O Museu da Abolição, nesta exposição foi pensado também, a partir desse “dever de memória”⁸⁴ tendo como ponto de vista a imponência do Sobrado; os donos do Sobrado; da história dos engenhos; da formação do bairro e dos donos de escravos. Há uma memória privilegiada que mantém personagens em seus postos de outrora e ignorando ao que o próprio MAB propõe em sua Missão. Enfim, a exposição é um recuo na história luso-brasileira com ênfase no período colonial com ausência de pessoas negras e indígenas, como se essas pessoas não existissem.

Para William Luiz da Conceição “A branquitude seria [...] um lugar estrutural de vantagem e de privilégios “raciais” baseados em práticas e identidades culturais, não necessariamente marcadas ou fixas, mas nas quais a brancura é estabelecida como valor simbólico e material.” (Conceição,2020;23) a branquitude então, dentro de uma estrutura social assume um caráter quase invisível, quase sem cor, correspondendo a naturalidade dos papéis sociais exercidos.

O conceito de branquitude é também trazido por Silvio Almeida (2020) em *Racismo Estrutural*, obra em que o autor observa:

Não se nega uma das características do racismo é a dominação de um determinado grupo social sobre o outro, mas o problema está em saber como e em que circunstâncias essa dominação acontece. A ideia da supremacia branca pode ser útil para compreender o racismo se for tratada a partir do conceito de hegemonia e

⁸³ Segundo o Plano Museológico (2018 -2020) a Visão do Museu é “Promover o Museu da Abolição como instituição federal de referência nacional da cultura afro-brasileira.”

⁸⁴ Me refiro aqui a um “dever de memória” histórica irrefutável através de datas e documentos, uma história que deixa a desejar uma visão crítica do Brasil Colonial “os riscos decorrentes da imposição legal de uma visão da história, que transforma uma memória em valor incontestado - eliminando qualquer possibilidade de discussão sobre os temas históricos que estão em sua origem e as formas de sua expressão -, em capital político que cumpre defender a todo custo.” (Luciana Quillet Heymann,2006;13)

analizadas pelas lentes das teorias críticas da branquidade ou branquitude.” (2020;75)

O autor cita Lia Vainer Chucman (2015) a respeito do conceito. Chucman é autora de "Entre o Encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e o poder na cidade de São Paulo" (2015). Ela define branquitude como:

[...] uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso aos recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo imperialismo e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade.” (2020;75)

O conceito de branquitude, é uma outra leitura de como o racismo está presente em nossa sociedade, mantendo os privilégios das pessoas consideradas brancas em nosso país. É possível compreender a partir dele porque os melhores cargos, salários, condições melhores de vida material e saúde, corresponde a essa parcela menor da população brasileira, ao contrário das chamadas “minorias” que na verdade são a maioria e vivem à margem de uma condição melhor de vida.

No Plano Museológico do MAB há uma preocupação em buscar uma memória institucional que também atente para as minorias:

“O Museu da Abolição vem buscando implantar uma linha de atuação que engloba o fortalecimento de parcerias com outras instituições e com a comunidade local, buscando ampliar a rede de articulação com outras instituições e comunidade local, buscando ampliar a rede de articulação e cooperação entre instituições públicas e movimentos sociais, religiosos e culturais. Isso tem sido feito a partir da reflexão e da atuação sobre questões importantes que exploram macro - temas, tais como: Gênero, inclusão social, **institucionalização da memória das minorias**, afirmação positiva do continente Africano; etc.”

Sobre a “institucionalização da memória das minorias” leia-se do povo negro e indígena, a afirmação nos instiga a pensar sobre esse macro – tema partindo da noção de que esses povos estão a caminhar em sentido inverso ao da institucionalização de seus corpos, evitam exatamente seguir uma cartilha institucional, que os enquadre, os silencie em novas mordidas, em alusão a escrava Anastácia. Por outro lado, se faz necessário estar presente nesses espaços também considerados de privilégios. Então, seria interessante garantir o direito à memória a partir da própria compreensão desses corpos a exemplo da exposição Yíá’s outrora presente no MAB. Entendemos que essa compreensão de nossos corpos caminha em direção a uma perspectiva descolonial⁸⁵.

⁸⁵ Grada Kilomba fala sobre a descolonialidade, no livro Memórias da Plantação (2008) quando traz Descolonizando o Eu, ela traz o trauma colonial, ela discute a impossibilidade do esquecimento atrelado “a

A descolonialidade é para Grada Kilomba (2008:224) um termo político e tem a ver com a autonomia do indivíduo, com a conquista dessa autonomia e a realização da independência daquelas e daqueles que foram colonizadas/os. A autora fala das amarras invisíveis que estruturam o racismo. Não por acaso, são exatamente essas “minorias” que produzem os trabalhos mais autênticos e autônomos encontrados das exposições temporárias, a descolonização das nossas mentes perpassa por não nos deixar institucionalizar. Dessa forma, se for preciso pensar uma memória para a instituição, então que esse exercício possa ser realizado em grupo, além dos técnicos e da gestão ou seja em conjunto com a comunidade afrodescendente.

Pensar uma memória antirracista para o museu é possível? Em 2019 o MAB fez uma exposição Contextos Afro Digit@is, oriunda do Projeto Selos 2019, a qual não foi possível ser trazida como análise por faltar elementos que contribuiriam com a visualização e entendimento da mesma. Mesmo assim, no release dessa exposição vinha escrito: “transporta o visitante a dois polos reflexivos sobre a disseminação da informação em nossos dias: casos de crimes na internet versus o uso dessa mesma ferramenta para a promoção do empoderamento, da visibilidade e da consciência de pertencimento da população afrodescendente do país.” O release continua falando sobre o racismo estrutural presente em nossa sociedade e que a exposição é o “o grito, a indignação e o uso da internet na construção de uma nova abolição”, pensando uma nova abolição, no campo da internet.

Então, há uma um “grito” antirracista, uma Anastácia sem mordaca⁸⁶ diante dos debates em torno dos crimes de racismo nos meios virtuais, a máscara retirada de Anastácia anuncia que segredos como o racismo (Kilomba,2018;41) já não podem ser aceitos, é preciso falar sobre eles, rebater cada injúria racial e é preciso que isso ocorra na internet e

lembança de uma memória coletiva de opressão racial” e a reencenação do “racismo cotidiano”. Há um livro, chamado: Kindred (1979) da romancista Octávia E. Butler em que a protagonista do livro é sempre catapultada para o passado colonial no qual vive situações de violência física, psicológica, enfim é um passado que pode se fazer presente a qualquer momento, como exemplo do nosso dia-a-dia: é a mulher negra a ser seguida em uma loja; é o grupo de jovens negros a serem revistados. Grada Kilomba traz a descolonização aplicada ao racismo cotidiano estabelecendo um ação dinâmica semelhante ao colonialismo “uma pessoa é olhada, lhe é dirigida a palavra, ela é agredida, ferida e finalmente encarcerada na fantasia branca do que ela deveria ser.” (p.224) também é nessa quebra de Lugar Devir, esse que poderá se tornar o que quiserem que se torne, visto que é tratada/o como objeto, que Lélia Gonzáles(1984) no artigo Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira trazendo para as pessoas negras a própria fala “Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.” Lélia Gonzáles é a própria autonomia.

⁸⁶ O quadro Monumento à voz de Anastácia (2019) de Yuri Cruz em exposição no museu Afrobrasil- São Paulo.

diferença”⁹⁰, mas sim, uma ação culturalmente participativa⁹¹ engajada em estampar os conflitos oriundos das relações raciais, aqui, bem próximos de nós.

Ainda sobre a Memória de Miguel, podemos encontrá-la também em jornais, em pôsteres de um Instagram e na criação do Instituto menino Miguel⁹². Felipe Ribeiro nos diz com relação as estátuas derrubadas na ação do Black Lives Matter -BLM “sugiro que aquelas estátuas, sejam, agora, percebidas como produto das intervenções performadas coletivamente pelos manifestantes antirracistas.” (2020;148) assim como essas estátuas quebradas em manifestação e como sugere Ribeiro, “sejam agora, percebidas como produto das intervenções” as performances nascidas dessa dor da perda e que gritaram nas ruas de Recife “eu só queria a minha mãe!” tem um lugar de memória de luta e encampamento dessa luta, para mim, esse lugar seria o MAB.

Felipe Ribeiro se refere a força do movimento coletivo BLM que transformam as verdades estabelecidas em monumentos, coleções e exposições, com a própria força de seus corpos as quais engendram novos conceitos e ideias. Nessa perspectiva de profanar o pretenso

⁹⁰ O texto Museu e Política de ativismo: Pode o museu comportar dispositivos para uma Cultura Participativa? De Francisco de Sá Barreto, discute entre outras questões, a Cultura como Recurso, avaliando nesse quesito as formas de gentrificação de espaços públicos transformados em espaços públicos culturais. Percebo o quanto é importante buscar desmiuçar esse texto para a melhor compreensão da utilização dos espaços culturais e desse **“Arquivo da diferença”** colocado pelo autor. Em seu texto, Sá Barreto se debruça sobre as mudanças ocorridas no bairro do Recife Antigo/PE quando ocorre o “Projeto de requalificação do bairro” e as mudanças que redundaram em um outro olhar sobre o lugar “um novo interesse social pela região.” Atualmente o processo de gentrificação do bairro, continua através do crescimento imobiliário, abertura de bares e restaurantes, no texto(2018) o autor cita a abertura de “centros de artesanato, a museus de alto investimento, que passam da cifra de 50 milhões” e considera que o caso recifense tem raízes nos movimentos que se produziram notadamente no pós-1945, como uma forma de compreender as violências ocorridas pelo evento “O desenvolvimento de novas políticas e fortes ajustes econômicos transformaram planos modelos de gestão política em normativas para um mundo que deveria evitar a qualquer custo um novo evento de efeitos catastróficos como uma guerra mundial[...]” é fomentado “um novo projeto de gestão” que precisava lidar com “o diferente” encarando o mesmo como um “problema político fundamental” e o Local da Cultura coube nos propósitos para essa convergência. Portanto, administrar esse “diferente” através da inclusão, tendo os museus em suas “diferentes tipologias” como uma solução para tal, seria então peça importante para a construção de zonas de reconhecimento da diferença cultural e realização material de uma fala para /do subalterno.” Dessa forma o Museu/aparelho museológico/ Memoriais se comportariam como “dispositivo político-institucional” e ainda os “aparelhos culturais do pós guerra reforçam a cultura em quanto importante mercadoria, objeto de interesse de mercado” isso posto, “nesse cenário, até mesmo os discursos de resistência, tais como os dos Movimentos Sociais ou mesmo daqueles projetados como novíssimos Movimentos Sociais [...] incorrem no risco permanente de um tipo sofisticado de “adenssionismo” os **Arquivos da Diferença** é ao mesmo tempo a produção e a administração dessa dor através dos dispositivos políticos-institucional”.

⁹¹ A cultura participativa de Sá Barreto (2018) anuncia a possibilidade dos aparelhos museológicos/museus/aparelho cultural comportarem dispositivos para uma política de ativismo.

⁹² “A fim de unir iniciativas relacionadas ao cuidado com a vida, da infância ao envelhecimento, além de se aproximar da promoção da justiça social e dos direitos humanos, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) criou o Instituto Menino Miguel. O órgão foi batizado com o nome do menino negro Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, morto, em junho deste ano, ao cair do nono andar de prédio onde estava aos cuidados da patroa da mãe, empregada doméstica, que passeava com os cães da família. Trecho retirado do site <http://www.ufrpe.br/br/content/ufrpe-cria-instituto-menino-miguel-para-cuidado-da-inf%C3%A2ncia-ao-envelhecimento> data da última consulta 04.02.2022.

patrimônio público, que o antropólogo Hugo Menezes Neto⁹³ reflete sobre a derrubada das estátuas, uma vez que “tais estátuas condensam sentidos da opressão e da violência constitutivos da experiência social das populações negras e indígenas” (2020:55/56) e como essas homenagens marmorizadas se perpetuam em violência a essas populações, ainda hoje são elas destituídas em seus direitos básicos à cidadania, dentro do que o autor chama de “a produção de vidas matáveis”⁹⁴. Dessa forma, tratar de uma memória antirracista é estarmos acordadas/os a essas imposições que compõe a paisagem urbana das nossas cidades, das nossas praças, ruas e museus.

⁹³ O texto de Hugo Menezes Neto “Notas sobre o Patrimônio, Derrubada das Estátuas e Vidas Precarizadas” (2020) pensa a conexão entre essas temas na perspectiva despertar ou aguçar nos leitores quanto enquadramento e controle há no que chamamos de Patrimônio. O texto nasceu dos apontamentos de uma Palestra proferida à professores a Rede Estadual de Pernambuco em um Seminário sobre Educação Patrimonial e quão oportuna foi essa fala por estender àqueles que estão nas Salas de aula de Ensino Fundamental e Médio a oportunidade de refletir na desconstrução de monumentos, placas, praças, enfim objetos/lugares de patrimônio na direção de um olhar inquisitivo, no exercício da desobediência à verdade naturalizada anunciada nesses espaços “A estátua ocupa um lugar privilegiado com seus 2,8 metros de altura impulsionados por 4 metros de um pedestal de concreto.” (2020;57) e quem seria esse Sr. Passando quase por desapercibido? Tal qual o nome de ruas e Praças? Nos conta Hugo Menezes “O Barão de Rio Branco foi um “ilustre” ministro das relações exteriores nos governos dos quatro primeiros presidentes da República brasileira recém inaugurada, embora fosse monarquista declarado. [...] seu pai fora o Visconde do Rio Branco o autor da lei do ventre livre. Não se enganem o senhor Visconde não era um abolicionista, ao contrário, defendeu a referida lei porque a considerava economicamente menos impactante do que a abolição completa e imediata, por prever uma extinção gradual da escravidão. Segundo o historiador Luís Cláudio Santos (2018) dedicado a biografia do Barão do Rio Branco, o filho, acreditava na mesma premissa, e embora a escravidão tenha oficialmente acabada em 1888, o nobre falecido em 1912 entendia que a abolição só deveria ter acontecido depois da morte do último escravo nascido antes do ventre livre assinada pelo seu pai o que adiaria o fim da escravidão da população negra, para aproximadamente, o ano de 1950.” Como essa estátua encontramos outras tantas espalhadas pela cidade a espera de mais olhares insolentes e corpos insubmissos. Em contraponto, para revivar a memória sobre as/os mulheres e homens negras e negros que estão monumentos espalhados pela Cidade do Recife, eu enquanto Coordenadora de um Museu Escolar e profa. de uma Eletiva intitulada Educação Patrimonial, realizei um trabalho com um grupo de estudantes que trazia a história de mulheres e de homens negras/os homenageadas/os em estátuas, praças e ruas, também as agências de muitas/os que simplesmente são esquecidas/os. O objetivo da atividade foi trazer as desses personagens agências para o presente refrescando a memória dessas lutas. O nome do Projeto chamou – se Itinerários Negros e os episódios, filmados/editados/apresentados pelas/os estudantes estão postados no Instagram da biblioteca Pública do Estado – BEPE. <https://www.instagram.com/p/CWgMrRprFUh/?igsh=YmMyMTA2M2Y=> + <https://www.instagram.com/tv/CWgZyF-PhUD/?Ighid=YmMyMTA2M2Y=> Último acesso 08.12.21

⁹⁴ O autor utiliza as chaves conceituais empregadas por Judith Butler (2019;2015) “sobre a precarização da vida de determinados grupos sociais e na produção de vidas matáveis e não passíveis de luta” (Neto,2020;55)

3.4 MAB e o “Vidas Negras Importam!” A Instalação

Figura 7 - Fotografia da Instalação “#vidas negras importam”



Fonte: Instagram do Museu da Abolição (2019).

A instalação é uma faixa, “Vidas Negras Importam!” colocada numa das fachadas do MAB com visualização principalmente para quem se deslocava no sentido Av. Caxangá ao Bairro da Madalena/Derby. A faixa é uma tradução em português de “Black Lives Matter”⁹⁵, um movimento nascido em respostas as violências raciais constantemente sofridas por pessoas negras no Estados Unidos. A “Faixa erguida pelos artistas Natthê Ferreira e Filipe Fil na fachada do casarão”⁹⁶, e segundo postagem do *Instagram* do Museu: “confeccionada e elaborada com o apoio da nossa embaixadora @laris_santiago e das artistas @desbravandoalemmar e @biarritzzz; foi exposta em nossa sacada como ação do Projeto Selos 2019⁹⁷”.

⁹⁵ Nasce da revolta de mais uma morte de uma pessoa negra, ocorrida na cidade de Sanford - Flórida em 26 de fevereiro de 2012, o jovem Afro-americano Trayvon Martin que tinha 17 anos, estudante do ensino médio, foi contido pelo capitão da Guarda da Vizinhança, George Zimmerman, e mesmo estando desarmado o Jovem Trayvon foi morto. A morte do jovem estudante negro mobilizou mais ainda o Drem Defenders que seguiram em marcha de Daytona Beach à cidade de Stanford em prol da prisão de Zimmerman, a absorção do mesmo perante a acusação de assassinato deflagou várias manifestações em todo país e o surgimento do movimento ativista Black Lives Matter. Informações retiradas do site <https://blacklivesmatter.com/trayvon-martin-foundation-peace-walk-peace-talk/> data da última consulta em 04/02/2022.

⁹⁶ Informação retirada de <https://chickenorpasta.com.br/guia-fim-de-semana/as-boas-do-fim-de-semana-no-recife-10-05/para-inspirar.06.02.2022>

⁹⁷ Segundo o relatório anual do MAB o projeto Selos 2018 “Lançado em 2016 e tem o objetivo de associar a imagem institucional do Museu a temas relevantes do mundo contemporâneo para serem refletidos criticamente em todas as atividades no decorrer do ano. O projeto visa ampliar o público e potencializar as parcerias com instituições públicas e privadas e movimentos sociais, religiosos e culturais.”

O “Black Lives Matter” é um movimento ativista que parte de experiências extremas de desrespeito às vidas de pessoas negras. Tanto quanto as escolas e as universidades, os museus também deveriam ter uma prática maior enquanto dispositivos educativos⁹⁸, compreendidos enquanto lugares de proposta de ativismo para uma educação antirracista. A faixa onde ela se encontrava ganha ainda mais força uma vez que o MAB representa a comunidade afrodescendente e o Museu então, parece comunicar aos que transitam que também lá, é um espaço para esse movimento.

Porém, o MAB segundo as palavras de uma/um das entrevistadas/os, “não é um museu ativista no sentido de propor um trabalho social junto as comunidades, ele é ativista quando sede o espaço para a realização de eventos, exposições que empoderam as pessoas negras, oportunizando a fala dessas pessoas”. A faixa, como afirmou uma/um outra/o entrevistada/o “era uma instalação de uma Ação que estava ocorrendo no Museu, a Entremoveres⁹⁹, que durou três meses.” Aqui encontramos alguns desdobramentos, que estão relacionados ao potencial de comunicação que o Museu alcança; da que forma como isso ocorre e da possibilidade de vir a ser um “museu ativista”, não apenas na perspectiva de disponibilizar o espaço, mas de propor ações que de fato protagonizem sua presença junto às comunidades afrodescendentes e indígenas.

Museus como o MAB, vocacionados a preservar e divulgar a cultura negra, além de refletirem sobre a experiência social das pessoas negras, não são cubos brancos¹⁰⁰, neutros e passivos. A instalação “Vidas Negras importam!” implica colocar o MAB em um mundo politicamente situado e comprometido com a comunicação/visibilização/promoção da causa antirracista. Penso em uma relação entre os sujeitos e o Museu, que então, não seria um mero suporte. O Museu é aquele que está também comunicando, uma vez que estabelece diante de

⁹⁸ Essa ainda é uma discussão cara aos museus que são compreendidos em diversas linguagens, porém o entendimento de serem espaços nos quais é necessária uma articulação maior de conteúdo para públicos mais variados que não o grupo seleto de artistas é motivo de embates. O artigo O Museu como Espaços Educativos de Maria da Graça J. Selton e Mirtes Martins de Oliveira (2017) trazem essa discussão sobre os “espaços museológicos como prática educativa.” As autoras trazem o embate das curadorias das exposições e a compreensão que ainda deixa por desejar o desenvolvimento maior das práticas educativas no entendimento das exposições e do alcance das mesmas ao um público menos seleto.

⁹⁹ A exposição Entremoveres ocorreu durante três meses de 2019 de maio à agosto, proposta pelo Coletivo Trova que propôs várias atividades no Museu. Infelizmente também não consegui coletar informações suficientes para trazê-la aqui na possibilidade de análise.

¹⁰⁰ Segundo Luciana Ribeiro (2021) em *Ativismo Curatorial: caminhos para uma Ação Curatorial e educativa comprometida com todos*, “com origem no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), o cubo branco tornou-se rapidamente difundido e reproduzido em escala global. Baseado na busca de uma possível “neutralidade” do curador e do espaço expositivo perante o espectador, o cubo branco pressupunha possível a existência de uma atuação passiva ou pouco intervencional do curador.” (2021;74) A autora propõe em seu texto uma reflexão em torno da curadoria e da responsabilidade das/os curadoras/es e dos museus no compromisso em pensar ações inclusivas no qual o objetivo de romper com a imparcialidade desses trabalhos ou desses lugares, no sentido de com isso, reforçarem aos resquícios coloniais existentes.

sua missão, uma representação e o envolvimento com os sujeitos, uma representatividade política. Dessa forma, Museu e instalação são incisivos para que os sujeitos envolvidos reflitam e questionem sobre o que está posto.

A instalação comunica, além do que possa estar acontecendo no interior do MAB, o próprio movimento em prol das vidas negras, ela comunica ativismo, mobilização política e implica também numa sorte de inferências e problematizações sobre a instituição como o lugar que essa ação poderia estar ocorrendo, de forma haver aí uma relação dialógica que se estabelece entre os sujeitos e a instalação.

A instalação foi colocada dentro da proposta da Ação que estava ocorrendo no Museu, naquele momento. Segundo a afirmação de uma das/os entrevistadas/os, a faixa colocada “não era do Museu”. Entendo que essa colocação tenha sido no sentido de não ter sido o próprio MAB que pensou ou a fabricou, e corresponde a afirmação que aponta o MAB como um museu que não se reconhece e nem é reconhecido como ativista, no intuito do papel de protagonista dessas ações. Ou seja, não partiu das funcionárias/os e ou corpo técnico do Museu.

Então, aqui nós teremos dois entendimentos do que viria a ser um Museu Ativista, em um estaria para a percepção das/os entrevistadas/os e no outro estaria para o protagonismo imperativo da faixa “Vidas Negras Importam!” No primeiro, o MAB aparece enquanto espaço que cede suas instalações para que o protagonismo ativista ocorra, e no segundo é o protagonismo ativista em sua natureza criativa e revolucionária engendrado pelo próprio espaço museal.

Uma a instalação¹⁰¹ comunica ao outro algo, a faixa estampa a agência política emergente e dessa forma a fachada do Museu não pode ser considerada apenas um suporte, a

¹⁰¹ Amy Dempsey em Estilos, escolas e movimentos: enciclopédia da arte moderna “ A arte da instalação teve início na década de 60 [...] À época, o termo “ambientação” foi usado para descrever obras como as do pintor *Funk Ed Kienholz , os *assemblages inabitáveis dos artistas *pop George Segal, Claes Oldenburg e Tm Wesselman e os happenings de Allan Kaprov, Jim Dine, Red Gromms e outros. Essas ambientações relacionavam –se com o espaço em torno delas – uma rejeição flagrante às práticas da arte tradicional- e incorporavam o espectador. Expansivas e abrangentes, funcionavam como catalizadoras de novas ideias, não receptáculos de significados fixos.” (2003;247) A instalação logo se tornou comum desenvolvida em diferentes olhares e vários artistas, no entanto “As instalações não eram totalmente novas nos anos 60 mas anteriormente seu objetivo básico era ampliar a pintura para o campo da tridimensionalidade.” (2003;247) Sobre o significado que uma instalação Imbroisi e Martins, nos falam que “pode ter no mundo contemporâneo, sua força expressiva toma forma com as linguagens da Land Art, Minimal Art, Work in Progress e Intervenções Urbanas. A Instalação é uma forma de arte que utiliza a ampliação de ambientes que são transformados em cenários do tamanho de uma sala. Pintura, escultura e outros materiais são usados conjuntamente para ativar o espaço arquitetônico. O espectador participa ativamente da obra e, portanto, não se comporta somente como apreciador. Ela pode ter um caráter efêmero (só existir na hora da exposição) ou pode ser desmontada e recriada em outro local. Diferentemente do que ocorre tradicionalmente com as esculturas ou pinturas, a mão do artista não está presente na obra como um item notável. A obra contemporânea é volátil, efêmera, absorve e constrói o espaço a sua volta, ao mesmo tempo, que o desconstrói. A desconstrução de espaços, de conceitos e ideias está dentro das

instalação ao ser colocada nele também implica em problematização, como ser ele, o MAB um museu ativista protagonista, por exemplo.

De forma que, o Museu não estaria ausente ao diálogo com seus interlocutores e da agência dos sujeitos envolvidos na Ação, por outro lado compreender o MAB partindo dessa ausência é imprimir ao Museu o que Sá Barreto (2018;162) chama de “lugar tópico” pra “uma celebração (disciplinamento, administração) da diferença. A instalação exposta ao público passante aponta para uma ideia de representatividade impregnada, inquietações e lutas. Não se percebe, todavia, que também encontramos relação unilateral, um Museu que é suporte dúbio que ora aquele acolhe uma ação de vigor político, ora um Museu Federal que cumpre sua agenda enquanto dispositivo do governo que “inclui as diferenças” (as minorias). Tudo fica mais complexo em se tratando de um Museu cuja a razão de existir é a própria comunidade Afrodescendente e a cultura afro-brasileira, ou seja, o enfoque desse Museu é essa “minoria”.

Nesse sentido a comunicação da instalação ao nosso ver revela o compromisso com as vidas negras e de toda a complexidade de força de indignação e movimentação para que a morte desses corpos cesse, deixando escancarado o ativismo do Museu. Se a comunicação ativa e emancipadora, como diz por Sá Barreto (2018:168), “acontece quando existe o confronto, o embate, a provocação, o aprendizado. Ela implica uma reciprocidade e nela não há sujeitos passivos”. Logo, nem ao MAB cabe a passividade de ser um suporte para uma ação, dele se exige mais, tanto quanto se exige mais que ocorre daqueles que leem, que interagem com a instalação, que não sejam sujeitos passivos questionem, problematizem e reajam, inferindo algo sobre a obra observada.

práxis artísticas da qual a Instalação se apropria para se afirmar enquanto obra. Essencialmente, é a construção de uma verdade espacial em lugar e tempo determinado. É passageira, possui presença efêmera que se materializa de forma definitiva apenas na memória. O sentido de tempo, no caso da fruição estética da Instalação é o não-tempo, onde essa fruição se dá de forma imediata ao apreciar a obra in loco, mas permanece em sua fruição plena como recordação. Essa questão do tempo é crucial na Instalação, fazendo com que a mesma seja um espelho de seu próprio tempo, questionando assim o homem desse tempo e sua interação com a própria obra.” IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. Instalação. História das Artes, 2022. Disponível em: <<https://www.historiadasartes.com/nomundo/arte-seculo-20/instalacao/>>. último acesso em 04 Feb 2022. “Trata-se de uma categoria artística projetada para ter um relacionamento específico, temporário ou permanente, com seu ambiente natural em um nível arquertônico, conceitual ou social. Instalação prioriza a comunicação (como os objetos ali expostos dialogam com os espaços e as reflexões que se desdobram a partir disso) Os artistas de instalação estão preocupados em tornar a arte em um conceito menos isolado.” Disponível em: <<https://www.historiadasartes.com/nomundo/arte-seculo-20/instalacao/>>. Acesso em 20.08. 2022.

4 O TEMA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS REDES SOCIAIS DO MAB

O Museu da Abolição, como outras instituições museais, não se encerra nas exposições, ou seja, o MAB realiza uma série de outras atividades curatoriais¹⁰² que podem/devem abordar o tema da cultura afro-brasileira, conforme preconiza sua missão. A Pandemia de Covid-19 promoveu, além da impossibilidade da continuidade da pesquisa de campo presencial, um o empreendimento da instituição nas atividades virtuais.

A proposta deste capítulo, portanto, é apresentar e debater algumas dessas atividades produzidas ou registradas nas redes sociais do Museu da Abolição, antes e durante referida Pandemia. A ideia tem como norte a frase de uma/um das/os entrevistadas/os, que disse: “o museu é também o que acontece no momento”. Partindo dessa colocação, observaremos de que forma o MAB ilumina as discussões das relações raciais nas pautas sociais e nas experiências virtuais e presenciais, e, por outro lado, quais as lacunas ou as ausências que podem interferir na plena realização da missão do Museu em seu esforço para ser um lugar da representatividade e de cumprimento de uma agenda política ancorada nas questões prementes do que ele mesmo chama de cultura afro-brasileira. Assim, estão inscritas na página do *Instagram*: palestras, oficinas, cursos, propostas de entretenimento e reflexão ligadas ao cinema e a leitura.

A observação se deu através das postagens no *Instagram* do Museu, precisamente nas publicações. As primeiras postagens do *Instagram* do Museu da Abolição ocorreram em setembro de 2015, há chamadas/divulgação para ações presenciais desenvolvidas no espaço até 2019 quando o MAB fecha por ocasião do período de reforma estrutural, iniciada em março de 2020 e também do fechamento dos museus em decorrência da pandemia COVID-19. O foco deste capítulo são aquelas ações ocorridas em 2019 e no período seguinte, de obrigatório isolamento social, com vistas a pensar como o MAB manifesta sua missão num dos momentos críticos da história mundial e do campo dos museus. Para tanto, listamos quadros estruturados em campos divididos em categorias produzidas a partir das recorrências nos temas e nos conteúdos.

¹⁰² Marília Cury (2009) nos coloca a curadoria como uma forma de se compreender o trabalho realizado no museu, desde o processo de musealização dos objetos que seguem um rito curatorial o qual diferencia os objetos, as coleções que se encontram no museu, de outros objetos e outras coleções que não estão nos museus. Segundo Cury “As ações do processo curatorial são: formação de acervo, pesquisa, salvaguarda (conservação e documentação museológica), comunicação (exposição e educação). Apesar de ser cadeia operatória, não deve ser entendido como sequência linear, o que o caracterizaria como estrutura estática, mecânica e artificial. Ao contrário, uma visão cíclica seria a melhor representação do processo, visto a interdependência de todos os fatores entre si e a sinergia que os agrega e que agrega valor dinâmico à curadoria. Se um museu deve ser dinâmico, igualmente deve ser o processo curatorial.”

Foram realizados quadros de atividades dos anos de 2019, 2020 e 2021. A intenção desse acompanhamento é visualizar e analisar de que forma o Museu aciona os conceitos e categorias relacionados à cultura afro-brasileira e às pautas políticas ligadas às reivindicações do povo negro que aconteciam no momento. Foi identificado algumas categorias mais recorrentes, tais quais: Racismo estrutural e Racismo institucional, Afro religiosidade, Feminismo negro, Arte Africana e Afro-brasileira, Literatura Africana e afro-brasileira e Educação antirracista. Essas categorias reúnem atividades enunciadas nas postagens, como: seminários, roda de conversa, oficinas, minicursos, painéis e homenagens. Colocamos uma coluna intitulada **Outros** a qual estão as indicações¹⁰³ anúncios e notas de repúdio.

4.1 A virtualidade do MAB em 2019, 2020 e 2021

Primeiramente, seguem os dados sistematizados no Quadro 1 e na sequência serão apresentadas algumas análises das categorias.

Quadro 1 – Dados sistematizados da virtualidade do MAB de 2019 a 2021

Temas/ categorias	2019	2020	2021
Racismo Estrutural/ Racismo Institucional	Seminários: - (Re)pensando o Negro no Mundo do trabalho. Palestrantes: Procuradora do Ministério do Trabalho, Débora Tito e o Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho/TRT-PE, Fábio Farias. Mediação: Prof. Dr. Alexandro Jesus, da UFPE. - “Cota não é esmola” Palestrantes: Alexandre de Jesus e Aristeu Portela. Ação 17ª Semana de Museus	- Manifesto MAB – 13 de maio não representa o nosso Propósito.	- Treze de maio Dia Nacional De Denúncia contra o Racismo - Escoamento das produções culturais, NEGRITUDE E MEMÓRIA Dra. Angelica Ferrarez, ERJ

¹⁰³ É comum o encontrar no Instagram do Museu postagens que indicam atividades de coletivos e comunidades.

	Roda de Conversa: - Racismo e Discurso na América Latina Estudos Críticos do discurso de racismo na América Latina: Colômbia – Venezuela - Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. Realização: Instituto Cátedra Palestrante: Prof. Dr. Manuel Gândara Carballido - 30 Anos de judicialização dos crimes de racismo e injúria racial em Pernambuco: Um olhar crítico ao discurso judicial (MPPE, OAB-PE e Instituições de Defesa da Igualdade Racial). Realização: Instituto Cátedra - Racismo, fé e Igreja: Descolonizando a fé. Realização: Movimento Negro Evangélico de PE. - Instalação VIDAS NEGRAS IMPORTAM! 21 de março, dia Internacional de Luta Pela Eliminação da Discriminação Racial.		
Feminismo Negro	Encontros: - “Liberdade na Internet: o discurso de ódio e seu impacto na ação das maiorias	Homenagens - 08 de março Dia Internacional da Mulher “vozes –	Pôster - Xica Manicongo

	silenciadas" Realização: Blogueiras Negras Palestrantes: Aída Polimeni, publicitária e Joy Tamires, Escritora Mediação: Larissa Santiago Coord. do Blogueiras Negras. Roda de diálogo - Representatividade Política e racismo no Brasil. Palestrante: Érica Malunguinho, 1º Deputada trans do Brasil. Mulheres homenageadas na Semana da Mulher Negra, Latina e Caribenha. - Larissa Santiago, Embaixadora do Projeto Selos 2019 e Coordenadora do Blogueiras Negras. - Kemla Batista, idealizadora do Projeto Caçando Estórias. - Joice Fernandes ou Preta Rara, escritora do livro Eu empregada Doméstica: a senzala é o quartinho da empregada. - Geovana Xavier, escritora do livro Você substitui mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história.	mulheres” Vídeo de Conceição Evaristo. - No mês o Museu trouxe as cores da diversidade em sua logo em apoio a luta contra uma sociedade menos LGBTQIA + fóbica.	
--	--	---	--

	- Érica Malunguinho, primeira Deputada Trans do Brasil. Auxiliadora Martins, professora Dra.UFPE e criadora do GEPAR.		
Afro Religiosidade	Seminários: - O Ensino através do Sagrado: Palestrantes: Pai Edson de Omulu Profa. Dra. Delma Santos - Nota de repúdio do MAB a invasão ao Terreiro Ilê – Asè Oji – sé Olodumare na Bahia. - Nota ressaltando a notícia sobre o STF ter considerado constitucionalidade da lei gaúcha que permite sacrifício de animais em rituais religiosos. - Nota do MAB em repúdio ao crime cometido no último dia 08.12 contra o Ilê Oba Oguntê – Sítio de Pai Adão, onde foi queimado pela 2º vez o Iroko, árvore sagrada e Orixá da ancestralidade e do tempo. Nota de divulgação: A Rede Mulheres de Terreiro de PE convida para o Ato de combate a intolerância religiosa em desagravo ao Orixá Iroko / combate ao racismo religioso expresso	Seminários - Apoio a campanha de renomeação da Av. Presidente Kennedy para Av. Xambá. - Projeto Selos : “Òrun Ayié” Webinário - “Espiritualidade e saúde da população Negra durante a Pandemia” Pai Richelmy Pai Edson de Omolu Pai Neto de Osa Mediação: Isabelle Ferreira Canal Youtube do MAB.	Indicação de filme - Òrun Àiyé: a criação do mundo ATIVIDADE PRESENCIAL Roda de Conversa - Racismo e Intolerância Religiosa Palestrantes: Pai Edson de Omulu Diácomo Jaime Bonfim

	pela destruição da árvore sagrada Iroko do Sítio do pai Adão, casa matriz de pai Adão.		
Arte Africana e Afro-brasileira	- Mostra de Estética Afro 2019 – Afrofuturismo. - Feira Afro empreendedor do Recife. Seminário: - A Arte África e Afro brasileira como elementos de novas narrativas escolares” Palestrantes: Dra. Fabiana Sales Dr. Milton Santos Evento: - Preto soul e Moda afro – Valorização da Beleza Negra. Painel: - Brega Funk Como a cultura das favelas de Recife chegou ao Brasil inteiro a partir da internet.” Palestrante: Larissa Dias Educadora Social e Cantora	Divulgação de Projeto: - 1º Catálogo do Acervo Arte Africana do Museu da Abolição. LIVES Mês da Consciência - Negra/Resistência e Produção Audiovisual Negra. Debatedores: Éthe oliveira Helena Dias/ Renan Peixe. Mediação: Tasiana Oliveira Canal Youtube MAB. - Produção Artística Negra em PE em Tempos de Pandemia Debatedores: Lenn Ferreira/ Guitinho da Xambá Carbonel Mediação:	- Leilão em Chamas Leilão - É com ciência “homenagem a dona Leide.” - Caminhos Abertos Canteiro de Obras Projeto da Construtora Biapó em parceria com o MAB. Participantes da Apresentações Mestra Joana Cavalcante /AfoxéOmiSabá/ caçandoestórias Rennanpeixe/mesquita Renata mamão da xambá/Biapó Construtora Apresentação: canal Youtube MAB - Edital Reforma e Arte grafite nos Tapumes do MAB. Concurso/Parceria com o Instituto Biapó. - Apresentação Grupo de Capoeira do Mestre Jáder

		Daiane Carvalho. Canal Youtube MAB Indicação do vídeo - AmarElo – O filme invisível? Indicação - Museu Afrodigital - Dibutuca indica três perfis: @ccandoestorias @ianah_artista visual, muralista, ilustradora e tatuadora.	
Literatura Africana ou Afro-brasileira	Conversas Autorais - Marileide Alves Livro: Povo Xambá Resiste Roda de Conversa - “Escravidão-Liberdade sem fronteiras: uma viagem insólita à psicopatologia” Palestrante: Aníbal Monteiro Athayde. Indicação de leitura: - Manual Jurídico da escravidão. Império do Brasil André Barreto Campello. Homenagem:	Indicação de leitura: - Pequeno Manual Antirracista Djamila Ribeiro - Mulheres, raça e classe. Ângela Davis	Clube do Livro - Sorteio do livro Torto Arado Itamar Vieira Jr. - Becos da Memória Conceição Evaristo - Fique Comigo Ayóbámi Adébáyó - O Olho Mais Azul Toni Morrison - Angola Janga Marcelo D’Salde

	- 105 anos de Carolina de Jesus “Poetisa Preta” Livro “Quarto de Despejo” Seminário: - A literatura Africana e Afro-brasileira como ferramentas de ensino. Palestrantes: Profª Carmem Dolores - UFPE Profª Luisa Reis – UFPE. Oficina: - Escrivivência Palestrante: Conceição Evaristo Realização: Rede de Bibliotecas Comunitárias. Poster: Maria Firmina – primeira escritora negra reconhecida no Brasil		- A cor púrpura Alice Walker
Educação Antirracista	- Projeto de Ações Formativas Realização: Entidade Cultural Afoxé Omim Sabá. - Práticas Educacionais para as Relações Étnicas – raciais. Palestrantes: Profa Dra. Deyse Moura - UFPE	18ª Semana Nacional de Museus-Lives - “A importância da contação de histórias e da Arte Educação para a construção de uma educação antirracista” Palestrantes: Dra.Fabiana Sales	- Representação do Corpo Negro dentro dos Museus. Participantes: Alexandro de Jesus Prof. Dr. UFPE Ariana Nuala Curadora Independente - Da Pele pra Dentro

	Profa.Ma.Fátima Oliveira Município Recife/PE - A Experiência dos grupos de pesquisa e Projetos dos Grupos de Pesquisa e Projetos de Extensão na implementação da Educação para as relações Étnicos Raciais. Palestrantes: Prof. Dr. José Bento – UFPE Profa. Dra. Auxiliadora Martins - UFPE Me. Ressana Danfá - Projeto Caçando Estórias – Contos Africanos e Afro-brasileiros. Kemla Batista Seminário: - Africanidades Brasileiras e Educação. NEAB – UFPE Realizado: Entidade Cultural Afoxé Omim Sabá. Oficinas: - Oficina de Turbantes com Mayara Medeiros. - Oficina Jornadas Negras de Formação Política para Adolescentes.	(Téc. MAB) Kemla Batista Idealizadora do projeto Caçando Estórias - “A criação do mundo Òrum Ayiê e outros mitos das tradições africanas bantu e nagô. - Por uma prática antirracista Participantes: Daiane Carvalho (Tec. MAB) Profa. Dra. Dayse Santos Prof. UFPE “Ludicidade como Ferramenta pedagógica na Educação Antirracista” Participantes: Kemla Batista Fátima Oliveira / Cris Nascimento e Bruno Ribeiro. Mediação: Fabiana Sales.	Um mergulho na Autoestima do Povo Negro. Participação do Museu na Ação da EREM Álvaro Lins no bairro de Nova Descoberta Recide/Pe. Um trabalho idealizado pela professora Tânia Rabelo.
--	---	--	--

	Realizado: Rede de Mulheres Negras/PE Oficina de dança Afro e percussão Oficineiros: Afoxé Omim Sabá. - Oficina de capoeira Oficineiro: Mestre Jáder Minicurso: Urbanismo Negro Palestrante: Prof. Dr. Henrique Cunha Jr. - Criação Democrática de Conteúdo: aprenda a criar conteúdo para internet. Palestra: Catarina de Angola, jornalista. - Como uma escrita Feminista pode ser uma ferramenta de combate contra o silenciamento. Realização: Blogueiras Negras Palestrante: Larissa Santiago		
Outros	Divulgação: - Viva Xambá no Darue Malungo Iniciativa:	Divulgação: - Apoio do MAB as Ações de proteção as comunidades	- Copecune – 1ª Conferência Pernambucana de Produções Culturais e negras. Realização: Mandume Coletivo Cultural, via

	Grupo Bongar Terreiro Xambá. - Projeto Doce Amargo – Grupo Interinstitucional Acervos e Acervos e Colonialidade. - No Aguerézinho A criança e protagonista realizado por Caçando Estórias convida o Encatinho, Baque mirim da Nação do maracatu Encanto do Pina. - Feminismo Negro Contado em Primeira Pessoa. Local: Gemedeira Presença: Larissa Santiago. - Caminhos da informação nas Mídias Digitais. Realizado: Instituto Nules de Educação em Ciência e Saúde – UFRJ - Dia da Amazônia – Agradecimento aos povos indígenas do Brasil. - Posse da nova diretora do Museu da Abolição – MAB/Ibram, Mirela Leite de Araujo, em cumprimento da portaria de nº 1.801, de 25 de setembro de 2019. Ela foi selecionada a partir do Chamamento Público nº 3, de 21 de março de 2019.	periféricas, quilombolas e ou rurais – Através de postagens dessas ações. - Nota de repúdio do MAB sobre a possibilidade da testagem da vacina contra a COVID -19 ser em continente africano. - Nota – Divulgação – Auxílio Emergencial. - Manifesto MAB – - 13 de maio não representa o nosso propósito. Divulgação: - Uso da internet por mulheres de movimentos populares #repost@blogueirasnegras	Concurso Formação e Pesquisa – LAB PE, da Sec. de Cultura do Estado de PE - SECULT
--	---	---	---

	Painéis - Negros na Publicidade: como as empresas estão inserindo pessoas negras em suas propagandas e qual é o caminho para a construção da representatividade nesse mercado. Palestrante: Ainda Polimeni, Publicitária, Redatora/ Roteirista, Publicitária e Membro da Rede Mulheres Negras de Pernambuco. e Anderson Almeida, publicitário, Redator publicitário na CASA comunicação. - Protagonismo negro na tecnologia: qual a importância de pensar negritude nuances periféricas na criação tecnológica? Palestrantes: Bruno Sousa, tecnólogo no Sistema para internet e CTO na Klopr.com e Joana Souza, desenvolvedora de software e membro da Coletiva Periféricas.		
--	--	--	--

	- Negros na comunicação: qual o papel da mídia na luta contra o racismo e contra a construção dos estereótipos: Como se Defender? Palestrantes: Carolina Alves, produtora de conteúdo, agente comunitária de comunicação RACC – ANF e comunicóloga social. Eliel David, Advogado, membro da comissão de igualdade social – OAB/PE. Lenne Ferreira, Jornalista e Editora Do Portal Afoitas. Thiago Augusto, Jornalista e coordenador do NO/NE do Notícia Preta. - Brega Funk Como a cultura das favelas de Recife chegou ao Brasil inteiro a partir da internet.” Palestrante: Rayssa Dias, educadora social, cantora/ Aquatune Produções. Divulgação - Questões raciais em tempos		
--	---	--	--

	obtusos Mesa: Políticas Afirmativas Raciais na UFPE: Da Lei de cota são processo de ingresso 2019. Debatedores: Dr. Alexandro de Jesus. Prof. Dr. Paulo Goes Beatriz Santos membro coletivo Cara Preta. - Podcast museológicas Museus e Cultura patrimonial do racismo. Participação: Prof. Dr. Alexandro de Jesus – UFPE, Profa. Dra. Ana Cláudia Santos - UFPE Ma. Daiane Carvalho MAB		
--	--	--	--

Fonte: A autora (2022).

4.1.1 O debate sobre Racismo Estrutural / Racismo Institucional

Entre as várias Ações presenciais do ano de 2019 é possível encontrar muitas categorias relacionadas à cultura afro-brasileira e aos conceitos urgentes que fazem parte da vida dos afrodescendentes brasileiros, a respeito do Racismo Estrutural quando foi realizado o Seminário sobre O Negro no Mundo do trabalho e do Racismo Institucional quando se propôs a discussão sobre as Cotas e dos Crimes de Racismo e Injúria Racial.

Os Seminários tiveram como público alvo os professores da Rede Pública de Ensino, mas também se estendia a demais públicos. O MAB acionou o Ministério do trabalho tendo

na representação do órgão a Procuradora Débora Tito e o Desembargador Fábio Farias¹⁰⁴, pessoas que tem destaque na mídia, a primeira encontramos uma reportagem sobre sua atuação junto ao trabalho análogo a escravidão¹⁰⁵ e o segundo é um Desembargador negro bastante acionado quando se trata dos direitos trabalhistas. Na mediação da mesa estava o professor do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, Dr. Alexandre de Jesus¹⁰⁶, homem negro, pesquisador requisitado para entrevistas e debates públicos principalmente no tocante ao tema do racismo institucional em sua dimensão de marca colonial. O Museu ao acionar esses profissionais reconhece a importância e os espaços conquistados por profissionais e intelectuais negras e negros, promovendo a visibilidade deles e, conseqüentemente, o empoderamento por parte do público de pessoas negras alcançado.

Essas duas categorias de racismo são signos antigos, já existentes e que agora recebem essa nomenclatura, estavam em nossas vivências e como seus próprios nomes revelam, a primeira está na base das relações e a segunda dentro dos ambientes escolares, universitários e de trabalho.

Pensar sobre racismo observando essas categorias nos faz refletir sobre o avanço de uma militância negra, que teve como alicerce as próprias experiências de pessoas negras. O resultado desse movimento conquistou espaço e voz. Dizemos isso com base em Sueli Carneiro (2002) quando a ativista escreve o livro *Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios*, a nomenclatura desses signos de racismo não estava escrita nas formas de “racismo estrutural e racismo institucional”, mas já estavam lá.

A autora nos fala sobre os primórdios e o avanço da luta por Ações Afirmativas, discutidas pelo MAB nas referidas ações. Sueli Carneiro indaga como as lutas perpetradas pelo Movimento Negro não tem visibilidade “Tudo acontece como se fosse fruto de geração espontânea ou de uma disposição repentina de valorização da diversidade que teria acometido a sociedade.” (2002:211). Dessa forma a prática política do movimento é amortecida, no sentindo mesmo de ser uma forma de morte.¹⁰⁷

¹⁰⁴ <https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2020/07/28/entrevista-com-o-desembargador-fabio-farias-trata-de-demissoes-durante-pandemia>. Dt. Do último acesso 20.09.22

¹⁰⁵ <https://www.ecodebate.com.br/2013/06/13/escravidao-infantil-sob-a-cortina-inviolavel-do-domicilio-entrevista-com-debora-tito-farias> e / <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/03/escravidao-nao-e-contemporanea-em-pe-e-perpetuada-diz-procuradora.html> dt. Do último acesso 22.09.22

¹⁰⁶ O professor Dr. Alexandre de Jesus foi palestrante em 2019 no debate “como a cor da pele influencia no fazer científico” juntamente com a Dra. Lia Shucman que discorreu sobre o conceito de branquitude. <https://marcozero.org/debate-expoe-como-a-cor-da-pele-influencia-no-fazer-cientifico/>

¹⁰⁷ Diante dessa constatação, a autora chamou de uma “neo-democracia racial” atendendo a “dois interesses”. O primeiro, relacionado ao fortalecimento político do movimento negro brasileiro e então a morte desse corpo

O cerne dessa discussão é sobre a trajetória desse Movimento tão decisivo nas lutas que desembocam na Política de Ações Afirmativas que balançaram as estruturas do racismo estrutural e institucional uma vez que empoderaram ações encadeadas na visibilidade de agentes negras e negros. É pertinente o que Sueli Carneiro nos coloca sobre a invisibilidade do Movimento e desaparecimento dessa força responsável por alavancar tais políticas já em 2002¹⁰⁸, chegando ao seu ápice em 2012 com a Política de Cotas Raciais nas Universidades. A política de cotas para negros nas Universidades brasileiras é uma vitória sem precedentes para aquelas/es que tinham seu futuro atrelado ao comércio e a indústria após o Ensino Médio, ou antes mesmo dele.

Essa conquista, vale ressaltar, é sinônimo da descontinuidade do naturalismo de papéis pré-estabelecidos para as pessoas negras atuarem enquanto profissionais e esse naturalismo é resultante da ausência de um olhar crítico das reais condições e possibilidades das pessoas negras em nossos país. Portanto, quanto é oportuno uma palestra realizada pelo MAB o qual o enunciado foi “cota não é esmola” com a presença do prof. Dr. Alexandre de Jesus da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e do prof. Dr. Aristeu Portela da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE no alargamento da compreensão dos vários contextos em que as “cotas” estão envolvidas. As cotas são sinônimos de muitas lutas perpetradas pelo Movimento Negro e dado sua importância, sentimos a ausência de representantes desse

coletivo e potente, impedindo que ele se estenda aos grupos mais jovens “impedindo que o conflito racial se explicita com toda a radicalidade necessária para promover a mudança social.”(2002:213) e o segundo está relacionado ao fator econômico e política de mercado, venda e consumo “o qual antevê, na potencial consolidação de uma classe média negra, a viabilização de um novo mercado consumidor.”(2002:213). Então esse seria o pilar da “neo – democracia racial” estabelecer o consumo para alguns pouco afrodescendentes e enquanto a maioria segue em exclusão.

¹⁰⁸ DECRETO Nº 4.228, DE 13 DE MAIO DE 2002, no qual instituiu “no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências.” Ainda muito acanhado no Governo de Fernando Henrique Cardoso. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4228.htm. Na análise de Sueli Carneiro (2011) ela considera que “deve-se reconhecer, a bem da verdade histórica, que Fernando Henrique Cardoso, em coerência com sua produção acadêmica sobre o negro, foi o primeiro presidente da República na história brasileira a declarar em seu discurso de posse que havia um problema racial no Brasil e que era necessário enfrentá-lo com audácia política. Como consequência as primeiras políticas de inclusão racial foram gestadas e implementadas, sendo grandemente impulsionadas pelo processo de construção da participação do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que ocorreu em Durban, África do Sul, em 2001.” (p.19) Mas, essa Política de Ações Afirmativas toma força em 2003 com a posse do presidente Luiz Inácio Lula com a Lei 10639/2003 a qual estabelece o Ensino de História e Cultura Afro – brasileira na Educação e Africana na Educação Básica e a Lei 12 711/2012 – Art 1º – As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (que tenham renda igual ou superior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita). <https://simaigualdaderacial.com.br/site/o-que-sao-e-como-surgiram-as-politicas-afirmativas/#:~:text=A%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20a%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas,Africana%20na%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica.Data data da última consulta 05/02/2022.>

Movimento nas participações das atividades do Museu, palestras, rodas de diálogos e ou oficinas, outrora presente em outros momentos do MAB¹⁰⁹ Salvo uma Roda de Conversa do Movimento Negro Evangélico intitulado “Racismo, fé e Igreja: Descolonizando a fé.” Uma participação importante no Museu, dessa parcela de Afrodescendentes que estão dentro da categoria de Afro religiosidade.

Em 2020 o MAB posta um manifesto intitulado “MANIFESTO 13 de maio não representa o nosso propósito”, no qual o Museu declara ter escolhido “as narrativas emancipatórias, aquelas que não acreditam que a abolição foi o fim das mazelas coloniais e dos crimes contra a população afro.” O texto foi postado em 13 de maio de 2020, uma data “comemorativa” da abolição da escravatura e questiona a data oficial relacionando as mortes da população negra na pandemia de Covid – 19 “Para as pessoas que acreditam que a abolição foi o suficiente, como explicar a vulnerabilidade da população negra atualmente?” “Quem ficou à margem?”

Em 2021, na mesma data de 13 de maio, o Museu traz um outro texto refletindo sobre o mesmo assunto, em um trecho pontua: “Em vez de evidenciar a assinatura de um documento, preferimos lembrar que a população negra brasileira sofre todos os dias os efeitos de um racismo estrutural que ofende, adoce, diminui, encarcera e mata milhares de pessoas negras todos os dias.” O texto traz “a violência da diáspora transatlântica iniciada no século XVI sendo sentida num país que nunca ofereceu oportunidade para que aqueles que saiam do regime de escravidão pudessem se desenvolver com o mínimo de dignidade.” O texto também é um manifesto, posto que se declara contra a concepção da “Abolição” que a data sugere.

No contexto Pandêmico, contudo, o MAB parece ter se dedicado ao debate político das efemérides historicamente demarcadas, mais do que a dar atenção às vidas que sofrem com tais marcos históricos. Não houve, por exemplo, ações sociais como entrega de cestas básicas ou outros apoios à vida prática que a população negra precisava, não houve forte parceria com as comunidades que já exerciam trabalhos como braços sociais ou capilarizações da instituição. No campo da virtualidade, vale ressaltar, o Museu em 2020 postou uma nota de Auxílio Emergencial e se prontificou a dar apoio a divulgação das “Ações de proteção as comunidades periféricas, quilombolas e ou rurais”¹¹⁰, o apoio do Museu foi na esfera virtual.

Em 2021 o MAB fez a live “O escoamento da produção cultural e Intelectual Negra Dentro e Fora da Academia” com a professora Dra. Da UERJ Angélica Ferrarez, o tema foi

¹⁰⁹ A dissertação de Viviane Valença (2014) “Qual o Museu que nós queremos?” traz essa participação nas reuniões entre 2005 à 2010.

¹¹⁰ A informação está no quadro na coluna **Outros** no ano de 2020.

oportuno para se pensar de que forma a negritude desagua suas produções culturais e quais são as dificuldades encontradas para tal. Angélica Ferrarez é cofundadora do Coletivo Acadêmicas dos Sambas e segundo o Instagram do MAB “é uma ativista acadêmica que utiliza de multilinguagens para se comunicar.” A temática é importante para se pensar o racismo estrutural/institucional nesse escoamento e dar visibilidade a essas produções.

4.1.2 Feminismo Negro, Mulheres Negras e LGBTQIA+

O Museu também aciona o tema da experiência das mulheres Negras com bastante frequência, inclusive promovendo a participação dessas mulheres em praticamente todas as atividades propostas, elas aparecem como palestrantes, proponentes e ouicineiras de várias ações desenvolvidas pelo Museu ou em parceria com a instituição. Elas estão no protagonismo contra a Intolerância Religiosa, na Literatura Afro-brasileira, na Arte Afro – brasileira e na Educação Antirracista. Essa presença em destaque talvez seja tão marcante porque são basicamente mulheres que estão à frente do MAB, na Diretoria, na Museologia e no Educativo.

O MAB, em 2019, se movimentou juntamente com os coletivos como o Blogueiras Negras, que é um coletivo em funcionamento de mulheres negras com publicação de reportagens e artigos em formato virtual, através do site, mas também através de ações presenciais¹¹¹ como a presença de representantes em encontros como o promovido pelo MAB para discutir a “liberdade na *internet* e o discurso de ódio e seu impacto na ação das maiorias silenciadas”.

Os temas debatidos traziam o racismo nas redes sociais, o preconceito contra pessoas LGBTQIA+ e a difusão de contos africanos. O Museu trouxe a Deputada Estadual de São Paulo Érica Malunguinho¹¹² em uma das suas ações de rodas de conversas, uma ação de empoderamento para mulheres negras que pretendiam uma inscrição política, e quebra de preconceitos. O MAB rendeu homenagens a Joyce Fernandes, também conhecida como “Preta Rara”, escritora do livro “Eu empregada Doméstica: a senzala é o quartinho da empregada”. A homenagem ocorreu na Semana da Mulher Negra, Latina e Caribenha, muito

¹¹¹ O site *blogueiras negras* traz as ações do coletivo na virtualidade e de forma presencial. <http://blogueirasnegras.org/9-anos-registrando-mulheres-negras/> Dt. Último acesso 06.09.22

¹¹² Deputada Estadual trans por São Paulo sendo a primeira mulher transgênero da Assembleia Legislativa do Estado. <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300625> site Assembleia Legislativa de São Paulo. Dt. Último acesso 21.08.21

oportuno uma vez que Joyce Fernandes¹¹³ contribui muito em seu lugar de fala com a desconstrução dos lugares estabelecidos para as mulheres negras em nossa sociedade.

Em contrapartida, não encontramos do Museu qualquer ação (live, pôster ou homenagem) a Mirtes Santana, mulher negra, empregada doméstica, mãe do menino Miguel, morto quando estava aos cuidados da sua “patroa” em um condomínio de luxo no centro do Recife, muito embora Mirtes, em 2021 tenha recebido o prêmio nacional “Faz diferença” na categoria diversidade.¹¹⁴

Do mesmo modo, é possível notar a ausência de outros rostos, de outras as mulheres negras, essas que não estão no meio acadêmico, que não estão envolvidas nas artes plásticas, mas estão nas lidas cotidianas, como lideranças comunitárias, figuras públicas em suas localidades, à frente de comunidades e lutando por dignidade e respeito. Então, nesse esforço imenso que o MAB faz para trazer à baila essas mulheres ativistas cada uma em suas áreas de atuação, sentimos falta do rosto de Mirtes Renata Santana de Souza que em 2020 foi destaque em noticiários nacionais, por sua perda irreparável, o filho Miguel Otávio de Santana, morto em um acidente que no mínimo entre as categorias aqui elencadas, caberia no conceito de racismo estrutural.

4.1.3 Educação Antirracista

O MAB, demonstra nas atividades propostas, trilhar o caminho na construção de uma Política para uma Educação Antirracista, a qual está sendo divulgada através do *Instagram* da instituição, iniciada em ano de 2020¹¹⁵. De forma que é possível encontrar nos trabalhos apresentados, a saber, oficinas, seminários, lives, filmes e livros os saberes, desafios da cultura e vivência das pessoas negras, essas atividades propõem reflexões das lutas diárias contra o racismo.

Em março de 2020 o Museu da Abolição promoveu uma live com Kemla Batista, pedagoga e criadora do Projeto “contando Estórias”, com o título: “A Arte Educação na construção de um Museu antirracista.” A ação fazia parte da Programação da 18ª Semana Nacional dos Museus – IBRAM, a proposta do Museu era debater a inclusão e a diversidade e “dar visibilidade, dar voz pra produção cultural, pro legado, pra construção histórica da

¹¹³ A escritora foi ex-empregada doméstica de tirou a inspiração para o seu livro, é também Rapper, historiadora e arte – educadora. <https://revistacult.uol.com.br/home/preta-rara-faz-do-desconforto-seu-motor-criativo/> Dt. Último acesso 07.09.22

¹¹⁴ <https://mundonegro.inf.br/mirtres-renata-mae-do-menino-miguel-e-indicada-ao-premio-faz-diferenca-2020-do-jornal-o-globo/> Última consulta em 13/01/2022.

¹¹⁵ A live pode ser assistida no *Instagram* do Museu da Abolição.

parcela da população afro-brasileira”, conteúdo plenamente ligado à missão do Museu. A convidada, Kemla Batista, palestrou sobre o preconceito das ações que abordam essa temática, trazendo suas vivências e os trabalhos desenvolvidas por ela nas escolas e instituições superiores, que visam a quebra do preconceito racial, o que ela considera um paradoxo. Por um lado as escolas se empenham em realizar ações que reflitam sobre o racismo, ações voltadas para os estudantes e por outro lado alguns profissionais desses espaços demonstram resistências a essas ações por terem uma visão religiosa e dogmática.

É perceptível que trazer a Lei 11.645/08 na qual a história da África, dos Africanos, da cultura afro-brasileira e indígena passou a fazer parte do currículo escolar principalmente nas disciplinas de história, arte e literatura, tornou-se um grande desafio dado a essas resistências arraigadas a religiosidade dos profissionais que estão em sala de aula ou a própria dinâmica conteudista dos currículos escolares.

No intuito de também pensar uma Educação antirracista, trago a exemplo, O Museu de Arte de São Paulo – MASP no ano de 2017, que fez um Seminário/ Encontro: “MASP Professores 10.9.2017 Histórias Afro-Atlânticas cultura Afro-brasileira e Educação Antirracista”. Renata dos Santos¹¹⁶, educadora no Museu Afro Brasil, fez a abertura do Seminário/Encontro, falando sobre a Lei 10.639/03, modificada pela lei 11.645/08, como resultante da luta incansável da luta de mulheres e homens negras/os. Ela considerou aquele momento no MASP como a continuidade dessa luta, dentro dessa proposta observei que o MAB também traz esse modelo de Seminários fortalecendo sua continuidade na aplicação da Lei tão importante na consolidação de uma Educação Antirracista.

Uma dessas atividades do MAB teve como palestrante a professora da UFPE Dra. Deyse Moura e a professora da Rede Municipal de Recife/PE Ma. Fátima Oliveira. A

¹¹⁶ Renata dos Santos ela que em 2017 propôs dois exercícios com a plateia das/os professoras/es, o primeiro seria o consenso que nós vivemos “em uma sociedade dividida em classe e raça, que nós vivemos em uma sociedade racializada e racista” e o segundo “é a gente admitir que a sociedade somos nós e que se a gente não conseguir agora nos identificar como pessoas racistas, a ideia é que a gente pelo menos, consiga dizer pra nós mesmos que pelo menos, em alguns momentos, nós temos práticas racistas.” Partindo desse exercício, então, é possível pensar em uma Educação Antirracista. Renata propõe as/os professoras/es um exercício simples, porém poderoso no sentido de fazer com que a/o outra/o interlocutor, se volte para si mesma/o, refletindo uma sociedade a qual faz parte também nesse contexto de pensar – se enquanto racista mesmo que em pequenas práticas. O exercício é importante no sentido de em consenso não precisar dos palestrantes travarem uma discussão com relação ao reconhecimento de você enquanto sujeita/o dessa sociedade. Parece algo simples, porém é nesse de dentro pra fora, desse pensar comigo mesma, que posso ou não me encontrar com a minha negritude. O exercício me chamou a atenção por que por muitas vezes encontrei amigos professores que tinham uma imensa dificuldade de refletir sobre uma Educação Antirracista, partindo de si própria/o e dessa forma todas as ações que pensávamos trazer em trabalhar com nossas/os estudantes tendo como objetivo essa temática, estava sempre fadada ao determinismo do “assim foi, assim será” é difícil se pensar em uma Educação Antirracista quando vocês mesmo não se reconhece como agente que pode provocar de mudança dessa realidade e também não reconhece os próprios preconceitos.

proposta do Museu era pensar as práticas educacionais voltadas para as relações étnico-raciais, no ambiente escolar. Em outubro 2021 o MAB foi convidado pela Escola de Referência Álvaro Lins, localizada no bairro de Nova Descoberta – Recife/PE, a participar de uma ação da Escola intitulado “Da Pele Pra Dentro”, um trabalho idealizado pela prof. Tânia Rabelo, responsável pela biblioteca da Escola. Segundo a postagem no *Instagram* do MAB “foi organizado um circuito de palestras, debates, vídeos, oficinas e exposições onde se discutiu questões como racismo [...]”. O MAB participou da atividade com um substrato da exposição Contextos Afrodigitais. A presença do Museu na escola, na formação de professores e na construção de conhecimento junto aos estudantes é fundamental para uma educação antirracista.

A socióloga Ednéia Gonçalves, uma das convidadas do evento organizado pelo MASP, falou sobre a negação do racismo “como culto da mestiçagem, a democracia racial [...]tem raízes muito profundas nessa sociedade brasileira que tem uma dificuldade intrínseca de ser crítico com relação as construções que acontecem a partir da escola” e também sobre a necessidade da escuta do que é ter um corpo negro. Dessa forma, estar o MAB presente nas ações dentro das escolas é muito importante para os estudantes conhecerem mais ainda esse equipamento e também para o MAB na aproximação desse universo escolar. A discussão sobre a “mestiçagem”¹¹⁷ frisada por Ednéia Gonçalves é algo visto com uma “natural” estranheza no ambiente escolar e aqui concordo com ela quando parto da minha própria experiência enquanto professora de Ensino Médio.

¹¹⁷ Kabengele Munanga (1999) se debruça sobre o conceito de mestiçagem com o objetivo de nos trazer a compreensão das implicações existentes em todo o processo de utilização desse conceito. Munanga pondera sobre quem era considerado mestiço, no caso o indivíduo nascido das relações entre um branco europeu e uma indígena o que “se deve ao mito do bom selvagem” de Rousseau, o termo não estava inicialmente relacionado aos nascidos das relações entre o branco europeu e uma mulher negra, a estes era reservado o termo Mulato, dentro da ideia de “mulo” e da “hibridade animal”, o termo passa a compreender também os mulatos “uma vez que segundo alguns autores devia-se a motivos econômicos e políticos” relacionada a ideia de consumo de que “mulato livre” era um consumidor e do fato do mesmo também colaborar na captura de escravos (p.20). O antropólogo também no livro “Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil (1999)”, logo no primeiro capítulo, faz um apanhado dos vários estudos entre os séculos XVIII, XIX e primeira metade do século XX sobre miscigenação. Alexandra Devulsky (2021) no livro “Colorismo” (2021:23) expõe um panorama de como o IBGE distribui e pensa a divisão racial no Brasil, ela afirma: “O perfil demográfico brasileiro traçado pelo IBGE indica que 56% da população do país é negra. Um grupo compreendido, portanto, como não brancos, composto pelas dominações classificadas pelo IBGE como pardos, os negros claros que correspondem a 46,5% da população, e os pretos, que são 9,3 desta.”. Dessa forma, pretos e pardos estão em uma mesma ideia de reconhecimento por não terem os traços europeus para serem identificados como brancos, porém “No que tange aos prejuízos inerentes ao preconceito racial, o pardo insere-se na estrutura racial que infere da sua identidade negra as características negativas atribuídas à africanidade desde o processo de escravidão.” complementa a autora. Para ela, o Colorismo ao mesmo que une pretos/pardos os separa em suas diferenciações físicas, através dos traços físicos e posições econômicas entendendo que o status social os aproxima ou os distancia dos padrões brancos europeus. De modo geral, portanto, negros/preto e pardos/mestiços estão sempre sob o signo da “degeneração” e do “ruim”, em um período que atravessa do colonial aos tempos atuais.

Para Kabengele Munanga (1999) a ideia de miscigenação é central para a questão da falta de identificação com a cultura de origem africana e pelo fato de não nos identificarmos como negras/os. O autor ainda reforça como essa não identificação como pessoas negras dificulta a “mobilização e conscientização” que os movimentos sociais, os movimentos negros encontram, fruto de uma ideologia baseada na branquitude e oriunda dos estudos raciológicos cujo o interesse na mestiçagem estava pautado nas “grandes raças” no qual a base “pura” da espécie humana eram os brancos sendo estes o referencial de continuidade.

A gama de estudos ao redor da mestiçagem formou, ao mesmo tempo, uma ideologia em que o modelo de raça perfeito é a raça branca, e que dentro desses moldes, o modelo de indivíduo aceitável em se tratando de inteligência, beleza, comportamento social tinha como base para essa aceitação a raça branca. Segundo Kabengele Munanga (1999:18), esse modelo de mestiçagem é uma herança histórica do período colonial. Em suas palavras: “É através dessas categorias cognitivas, cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico.” Uma vez que a mestiçagem é fruto de um construto de ideias que atravessam séculos, dessa forma, a concepção de ser um corpo negro não é fácil e é de fato necessário ter uma Educação Antirracista, como a que está em desenvolvimento pelo MAB, que repare nesses “detalhes” importantes, mas que em nosso dia - a - dia parecem corriqueiros.

Segundo o antropólogo, a dificuldade do reconhecimento de ter um corpo negro está fortemente alicerçado no ideário de branqueamento do séc. XIX, responsável por “dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos.” (Munanga, 1999:15). E mesmo que o resultado tenha sido um país “plural” no sentido de encontramos, negros, mestiços, asiáticos, índios e brancos na formação do povo brasileiro, o ideário do branqueamento, tem no início do XIX, um programa reformista que visava a “passagem da linha” ou como eu costumava ouvir nas falas de alguns da minha família “limpar o sangue”. Mesmo tendo o programa fracassado, Munanga (1999:16) considera que o ideário de uma sociedade brasileira branca está “inculcado através de mecanismos psicológicos, ficou intacto no inconsciente coletivo no inconsciente brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços.”

O antropólogo, Gilson Rodrigues Junior em sua tese realizada no PPGA/UFPE, cujo o campo foi no Senegal, intitulada “Em nome do reino: ações humanitárias brasileiras de Tuparetama (Brasil) a Dakar (Senegal)”, friso que não estou comparando e sim trazendo uma perspectiva da definição de mestiço para os dois lugares, No Senegal, segundo uma liderança

espiritual que fora seu interlocutor de pesquisa: “O mestiço é alguém que com sua existência prova que algo bom pôde surgir de uma história tão triste entre brancos e negros. Um negro só pode lutar pelos negros, e um branco pelos brancos, mas o mestiço é alguém que pode construir um diálogo entre os dois.” (Rodrigues Junior, 2019: 44).

Gilson Rodrigues, no traz situações de compreensão desse corpo negro/mestiço no contraste entre Senegal e em Tuparetama-PE. Em uma delas ele foi perguntado se nós no Brasil falávamos alguma outra língua, além do português “Precisei explicar-lhes rapidamente sobre a colonização portuguesa, os efeitos da escravidão e, tristemente, disse que sim, todos nós falávamos a língua dos toubabs, com exceção dos povos ameríndios e muitos povos de terreiro – que eram guardiões das línguas africanas trazidas por nossos antepassados escravizados”. (Rodrigues Junior, 2019: 293). Por outro lado em Tuparetama, muito se admiravam de um homem de um corpo negro/mestiço estar no doutorado de antropologia, ser um antropólogo. Esse é um outro aspecto da ambiguidade do conceito de mestiçagem que também se faz necessário compreender.

De forma que empreender uma educação antirracista e a presença do Museu nas escolas também passa por entregar esse entendimento desse corpo negro, uma vez que “Da Pele Pra Dentro” há um universo ao nosso redor que passa pela própria língua *Yorubá* que desconhecemos, passa pelo reconhecimento do “pretoguês” do nosso dia-a-dia trazido no primeiro capítulo e pela tomada uma postura política da/o professora/professor em sala de aula e do Museu, presente nesses espaços.

4.1.4 Arte Afro-brasileira e Arte Africana

O Museu aciona as duas categorias acima com palestras, mostras, feiras, desfiles e lives. No ano de 2019, entre as outras ações propostas, está a feira Afro ou “Mostra Afrofuturista no Recife”¹¹⁸. O evento foi uma parceria do MAB com a Rede Afro Empreendedores de Pernambuco o grupo nasceu da necessidade de estimular e fortalecer a economia dos produtos produzidos pela a comunidade afrodescendente e os laços “socioproductivos”¹¹⁹ Proporcionou ainda um debate sobre o Afrofuturismo com a artista

¹¹⁸ Sobre a feira ver a Reportagem encontrada no Diário de Pernambuco 16.05.2019. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/moda/2019/05/xxxxx.html> Data da última visualização 17.09.2022.

¹¹⁹ Informação retirada do site: https://www.ufpe.br/busca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1805702&_101_type=content&_101_gro

visual Bia Ritz (PE) artista transmídia cujo o álbum sonoro visual “EU NÃO SOU AFROFUTURISTA”, o DJ Yuri Andrey, e a articuladora e curadora independente Ariana Nuala, que foram convidados para uma roda de diálogo coordenada pela professora Dra. Auxiliadora Maria Martins, do Centro de Educação da Universidade federal de Pernambuco (CE/UFPE). O debate versou sobre o Afrofuturismo, tecnologia, futuro e libertação.

A Ação foi, em perspectiva, um dia de aquilombamento cultural, uma mostra do que se tem realizado nessa área e das pessoas que tem pensado sobre ela. A ação alcançou gentes de várias comunidades, algumas já conhecidas do Museu, como a Professora Dra. Auxiliadora Martins (CE/UFPE) presente em ações de capacitações do Museu em anos anteriores e homenageada em 2019 pelo Museu na “Semana da Mulher Negra latina e Caribenha”.

No ano de 2020 o MAB trouxe uma série de lives que debateram sobre a Produção Artística Negra, uma delas trouxe o saudoso Guitinho da Xambá¹²⁰, artista negro, jovem e talentoso pertencente ao grupo Bongar também formado por talentosos músicos, cantores, percussionistas, protagonistas negros do cenário artístico de Pernambuco e pertencentes a Nação Xambá¹²¹ uma casa de Candomblé e quilombo urbano de Recife/PE. As lives tiveram sua importância por trazer o cenário artístico e caótico imerso na falta de recursos para cultura em plena a pandemia COVID -19.

Em 2021 o Instagram do MAB anuncia o “1º Catálogo do Acervo Arte Africana do Museu da Abolição” trata-se do acervo de esculturas africanas de diversas etnias e de autoria não identificada, chegaram ao Museu através da Receita Federal do Brasil – RFB, que amparada na lei 12.840, tem destinado bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus públicos Federais (realise do MAB por ocasião da exposição NOVAS COLEÇÕES NOVOS OBJETOS) – 2017) o catálogo, foi realizado com a participação de sete jovens negras e negros da região metropolitana, Isabelle Ferreira historiadora e produtora cultural e idealizadora do Mandume Coletivo Cultural, Wellington Ricardo da Silva, comunicador social jornalista e produtor cultural e idealizador do Mandume Coletivo Cultural, Sandir Barros Costa graduado em comunicação social com habilitação em publicidade e propaganda, Jefferson Henrique da Silva, Luana de Oliveira Vasconcelos, graduanda em história pela UFPE, Sales Pas Mesmo e Suênia Vieira Damásio “Além de Isabelle Ferreira, Sandir Costa e

upId=40615&_101_urlTitle=sebrae-e-sempetq-lancam-rede-de-afroempreendedores-de-pernambuco&inheritRedirect=true Dt. Do último acesso 05.08.2022

¹²⁰ Guitinho da Xambá “se encantou” em fevereiro de 2021, a notícia foi postada no *Instagram* do MAB.

¹²¹ Tainá Menezes Castro em “Nação Xambá: identidade negra, tradição religiosa e estratégias de difusão da sua cultura”, explica que a forma de religiosidade afro-brasileira de tradição Xambá foi importada para o Recife no início de século XX, entre 1910-1920, e teve que ser reinventada. Atualmente, o terreiro é conhecido como Ilê Axé Oyá Meguê, mas já teve como nome oficial Seita Africana Santa Bárbara (Campos, 2010).

Wellington Silva, jovens negros das periferias pernambucanas, o catálogo contou com a participação de Jefferson Henrique da Silva, Luana de Oliveira Vasconcelos, Sales Pas Mesmo, Suênia Vieira Damásio e Thuanye Maria Duarte Rocha, jovens negros selecionados para compor a construção do conteúdo fotográfico destinado à obra eletrônica e para participar de uma imersão sobre cultura material” (Portal de livros eletrônicos da Editora UFPE; 26/01/2022) nas palavras de Isabelle Ferreira, uma das autoras do catálogo “Da efervescência das perguntas e questionamentos emergem os possíveis caminhos para tentar construir um olhar descolonizado”(Cultura Material Africana Primeiro Catálogo de Arte Africana do Museu da (Abolição;2021)

A importância do catálogo, ao nosso ver está no desvendar do olhar colonizador sobre os objetos e novamente no Museu oportunizar jovens “negres” para a realização desse trabalho, porém a lacuna das/os autoras e autores dessas obras fica em aberto e sem dúvida, está dentro do processo de desvalorização da arte africana que é fruto de herança colonial com o poder inclusive de nomear o que é arte e o que não é arte. A lacuna aponta para outras possibilidades de pesquisa voltada para esses objetos a partir desse olhar descolonizador pousado na incômoda falta das/os autoras/es e outras referências intrínsecas as obras.

4.1.5 Literatura Africana e Afro-brasileira

Ao longo de 2019 o MAB movimentou o espaço com essa escrita mais específica. Podemos ver no quadro que o MAB fez atividades como roda de conversas ou conversas autorais, em uma delas a convidada foi Marileide Alves que é jornalista e escritora dos Livros “Nação Xambá, do Terreiro aos Palcos” e “Povo Xambá resiste: 80 anos de repressão aos terreiros de Pernambuco”.

Ainda em 2019 aconteceu um Seminário intitulado “A literatura Africana e Afro-brasileira como ferramentas de ensino.” Ministrado pela profa. Dra. Carmem Dolores e a profa. Dra. Luisa Reis, ambas da UFPE e uma Oficina foi realizada, lembramos que estamos citando as postagens das publicações no Instagram, a oficina se chamava “Escrevivências” e foi ministrada pela própria Conceição Evaristo, a ação foi realizada pela Rede de Bibliotecas Comunitárias.

Em 2020 encontramos a indicação de dois livros: Pequeno Manual Antirracista de Djamilia Ribeiro e Mulheres, raça e classe de Ângela Davis. O ano em que a Pandemia COVID -19 aconteceu mundialmente, pegou a todos de surpresa e os museus estavam

também se reinventado, procurando em meio aos seu próprios dilemas e perdas, repensar de que forma podiam interagir com o público e com o MAB não foi diferente.

No ano de 2021 o Museu traz o Clube do Livro onde há sorteios e debates de alguns livros os quais ocorria pela plataforma Google Meet a inscrição para a participação do público se dava via formulário, o livro *Fica comigo*, da escritora nigeriana Aýobámi Adébáyó foi um dos livros debatidos em uma dessas ocasiões cuja a história traz o conhecimento da sociedade nigeriana e as relações familiares, entre os outros livros indicados para o Clube do Livro, *Fica comigo* permite saber desse aspecto social de um país africano, muitas vezes fundido como uma massa homogênea no próprio Continente africano, sem os aspectos políticos, econômicos e socioculturais que constituem as sociedades.

De forma geral percebemos que o Museu se movimentou no intuito de incentivar essa leitura específica e de dar visibilidade de escritoras/es locais ligadas/os a temática. O Museu desenvolve esse trabalho, mas o limita quando não se deslocar e o leva às escolas, aos centros comunitários e ou associações de bairros, nesses espaços a desconstrução das várias formas de racismo através da literatura proporciona não apenas um olhar crítico da sociedade, mas é um apoio na transformação das relações na comunidade, a capilaridade do Museu no sentido dessa extensão de um papel social no deslocamento a esses lugares.

4.1.6 Afro-Religiosidade

O MAB demonstra através de suas ações que o Museu acessa os conteúdos religiosos e as comunidades de Terreiro. Entre tantas ações envolvendo essas comunidades, é possível destacar suas postagens sobre a intolerância religiosa nas invasões e incêndios nos Terreiros. Encontramos além das notas de repúdio, uma ação intitulada “‘Não ao racismo religioso’: povo de terreiro protesta contra ataques discriminatórios” (almapreta; 17.08.2022)¹²² a atividade não foi postada pelo Museu nas publicações, uma vez que o MAB não articulou a ação, tratou-se de uma reunião de pessoas adeptas a essa religiosidade, elas se organizaram em frente ao Museu da Abolição local escolhido para o encontro.

O protesto ocorreu em agosto de 2021 devido ao desrespeito a ancestralidade negra por parte de um pastor evangélico que teceu comentários de cunho preconceituoso a respeito das pinturas artísticas ao longo das paredes do Túnel da Abolição, localizado na Av. Caxangá,

¹²² <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/nao-ao-racismo-religioso-em-ato-povos-de-terreiro-e-movimento-negro-de-pe-pedem-pelo-fim-de-ataques-driscriminatorios/dt>. Último acesso 15.09.22

no bairro da Madalena. O fato de o MAB ser há poucos metros do Túnel da Abolição, não tira do Museu a escolha dele como lugar de representatividade das pessoas que estavam presentes, o Museu ao nosso ver, foi uma referência para esse encontro porque em alguma medida acolhe essa comunidade, vale salientar que junto a essa manifestação estava também o Movimento Negro Evangélico que foi apoiar o protesto, essa outra parcela dos afrodescendentes que acessam o MAB.

Nas atividades realizadas nos anos de 2020 e 2021 percebemos que é constante as mesmas pessoas, grupos e coletivos na programação do Museu, também não encontramos um alcance maior de atores, grupos e coletivos de outros municípios do Estado o que dá a impressão do Museu se deter apenas na Grande Região Metropolitana. Sobre isso uma/um das/os entrevistadas/os pondera: “o fato de o Museu não ter funcionários suficientes para a realização dos trabalhos”. O fato de ter uma equipe pequena, para dar conta de um museu federal pode explicar as ausências de outros atores sociais no cotidiano da instituição.

4.1.7 Por uma Política de Editais para o Museu da Abolição

Em 2021, no campo reservado para “outros” aparece uma proposta trazida pelo Mandume coletivo cultural em I Conferência Pernambucana de Produções Culturais Negras – COPECUNE a proposta é promover um debate em torno das produções culturais da população afro pernambucana, o Mandume coletivo cultural tem como cofundadores, Wellinton Silva e Isabelle Ferreira. O Coletivo entra com uma proposta de Edital com o apoio do próprio Museu da Abolição, o apoio do Museu aos projetos oriundos de concursos de Editais públicos está previsto no Plano Museológico na PARTE 2 a qual reza “Prospectar potenciais parceiros, instituições públicas ou privadas, para ações de contrapartidas em projetos realizados no MAB e desenvolvimento de projetos para captação de recursos;”¹²³

O Museu apoia a proposta do Mandume Coletivo Cultural e de outros coletivos, porém, O MAB também pode captar recursos por meio de Editais, uma vez que é assegurado ao Museu desenvolver Editais por meio de elaboração de projetos¹²⁴

¹²³ Plano Museológico Museu da Abolição Parte 2 Item 9 Financiamento e Fomento subitem 9.2.3 Desenvolvimento de parcerias.

¹²⁴ Seria interessante que o Museu fizesse uma chamada aberta aos produtores culturais e discutisse com os mesmos essa abertura para que outras propostas possam se acolhidas pelo espaço e contribuam com o desenvolvimento de fomento. A exemplo do que foi realizado no Museu da História e da cultura Afro Brasileira – Muhcab, que fez uma coletiva com agentes e instituições culturais de várias comunidades para um diálogo com o Museu e o Secretário de Cultura do Município (instagram do Muhcab – 07 /12/2021) estendendo essas possibilidades a um número maior de proponentes de outras comunidades.

A equipe técnica do museu busca acompanhar os editais de financiamento de projetos na área de museus, todavia como a Associação de amigos está inoperante não pode apresentar projetos por intermédio dela. Por este motivo, tem desenvolvido e aprovado alguns projetos, por meio da lei de incentivo do governo estadual, a partir de parcerias com produtoras locais e captando recursos para realização de pesquisa e exposições. Alguns projetos foram desenvolvidos e apresentados a empresas privadas, todavia estes não lograram êxito. A dificuldade encontrada foi o não interesse do projeto apresentado, apesar de sua consistência e das contrapartidas de marketing oferecidas. O museu tem conhecimento sobre os programas usados para inscrição de projetos no Ministério da Cultura, como o SalicWeb e o Siconv, todavia nunca apresentou projetos em virtude de aguardar a finalização dos projetos de reforma e restauro em curso. (Plano Museológico MAB 2018-2020)

Ao que fica claro também é que para apresentar os projetos para concorrer aos editais é necessário um intermediário direto, ligado a instituição, como uma Associação, por exemplo. A Associação dos Amigos do Museu da Abolição - AMAB, tem então uma grande responsabilidade, uma vez que representaria o Museu nessas circunstâncias “A dificuldade de captar e ampliar os recursos para a instituição deve-se em parte às dificuldades com a Associação e Amigos e ausência de estratégias como loja, café, e geração de produtos para venda.” (Plano Museológico MAB 2018 – 2020)

Aparentemente falta ao MAB ampliar esse horizonte quanto a proposta de Editais e rever o diálogo com a AMAB, uma vez que é necessário para ter essa representação e como a reforma/restauro do Museu já está acontecendo é provável que muitas possibilidades e oportunidades aconteçam, devido ao museu deixar as pendências que se configuraram na espera da reforma do prédio.

O Museu já abre suas portas para grupos e coletivos oportunizando ações no espaço, porém, assegurar que essa abertura fique consolidada através de uma Política de Editais e Fomento que alcance o maior número de pessoas, abrangeria grupos, coletivos e produtores culturais em todo o Estado de Pernambuco, assegurando inclusive que esse forma de trabalho permaneça. Consolidar uma Política de Editais e Fomento para assegurar maior participação nas Ações do Museu, é um grande desafio, mas entendemos que este, como mais um desafio entre tantos outros que o Museu da Abolição vem tentando dar conta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação destacamos questões referentes a algumas ações do Museu da Abolição no que diz respeito à valorização, reconhecimento e promoção do que o museu chama de cultura afro-brasileira, com ênfase em alguns temas urgentes que envolvem as relações raciais. Lançamos mão dos conceitos que envolvem e analisam esses temas urgentes, dentre eles: Lugar de Fala, Racismo Estrutural, Empoderamento, Aquilombamento, Intolerância Religiosa, Branquitude e Interseccionalidade, conceitos basilares na compreensão dos caminhos trilhados pelo Museu da Abolição para dar conta da missão que professa.

No primeiro capítulo, revisitamos a história e o conceito do Museu através dos trabalhos recentes sobre a instituição. Nessa análise, nos foi possível elencar os hiatos dessa história e formular algumas perguntas: como um museu ligado à cultura negra se inscreve num prédio de marcas coloniais? A quem, interessaria um Museu da Abolição? Notamos também a ausência da fala direta de mulheres negras e homens negros em alguns momentos dessa história e foi gerado uma outra pergunta: sendo o Museu um lugar de discurso “Quem pode falar?” no anseio de responde-las, tivemos como base para nossas reflexões escritoras e escritores negras e negros, Grada Kilomba, Abdias do Nascimento, Djamila Ribeiro, e Franz Fanon. Inferimos que o Museu teve fases de silenciamento e de efervescência dessas vozes negras e que ao longo da história esse lugar de fala foi sendo assegurado, embora isso não acontecesse em todas as ações.

No segundo capítulo, pudemos identificar o comportamento dúbio do Museu quando se trata de ser ele, um museu ativista e foi possível abstrair a compreensão do Museu diante dessa questão. O Museu se comporta como ativista quando o equipamento cede o espaço para ações de coletivos negros, grupos ou indivíduos que trazem essa representatividade e pautas políticas e ao mesmo tempo ele não protagoniza esse ativismo, no sentido de não convocar as ações consideradas do âmbito de um ativismo em sua própria natureza e força.

Para essa análise nos apoiamos nas leituras do Movimento Vidas Negras Importam e em Sá Barreto, o primeiro é um movimento forte e internacional que denuncia e cobra ações que cessem a morte dos corpos negros e o segundo trata da possibilidade de museus ativistas, nos detivemos em uma instalação colocada na fachada do MAB, a qual nos foi dito que a ação não era do Museu, de fato a ação era do coletivo Entremoveres, mas esta não é a questão.

O Museu estabelece uma relação de neutralidade diante dessa ação ocorrida em seu espaço, ação que trouxe a representatividade dos corpos negros no enfrentamento e na

denúncia dessas mortes. Para nós ele perde potência diante da representatividade encontrada em outras ações que ele também acolhe. Nós entendemos o MAB na qualidade de museu federal que tem seus limites quanto a protagonizar junto aos coletivos reivindicações de mudança social, porém, também entendemos que essa ambiguidade fragiliza o Museu e o coloca no lugar de não representatividade.

No terceiro capítulo nós trazemos o Museu na virtualidade onde tentamos ver suas aproximações nos assuntos pertinentes as causas das pessoas negras. Fizemos um levantamento das ações postadas no Instagram, quem eram as convidadas e convidados e seus lugares de fala, refletindo também sobre o impacto da pandemia – COVID 19. A pesquisa compreendeu o período de 2019 à 2021, mas podemos constatar o baque que foi o ano pandêmico para o Museu da Abolição, refazer, repensar e caminhar virtualmente, foi o desafio a ser enfrentado.

Observamos que no ano de 2020 o *Instagram* do Museu fez muitas postagens de atividades passadas, também as primeiras *lives*, um momento comum entre esses espaços que estavam se descobrindo e encontrando caminhos dentro do mundo virtual. No ano de 2021 o Museu passa a interagir com atividades mais pontuais no *Instagram*, com a frase “O museu também é o que acontece no momento” fomos elencando ações, pessoas acessadas e temáticas trazidas, destacamos que o Museu realizou diálogos com parcelas representativas da comunidade afrodescendentes em suas *lives* e propuseram temas contemplavam os conflitos da pandemia para artistas e das políticas de ações Afirmativas, por outro lado, detectamos a ausência do Museu nas ações sociais, na própria realidade urgente das pessoas negras. Trouxemos para essa conversa Sueli Carneiro e Kabenguele Munanga que nos ajudaram a pensar as categorias de racismo estrutural e educação antirracista.

Foi possível perceber que o Museu vem fazendo um grande esforço em trazer a força da representatividade, a pujança da cultura afro-brasileira para a formação social e para as nossas constituintes identitárias. Naquilo que o MAB promove se reconhece ser uma parcela significativa das pessoas negras que moram no Recife, como eu mesma. Considerando que o MAB é um dispositivo governamental, ele apresenta limites impostos por essa própria natureza. Entretanto, foi possível perceber que o Museu da Abolição ora se coloca como mobilizador e catalizador da militância ou do ativismo negro na esfera local, ora, por vezes reproduz um discurso que não atende plenamente ao enfrentamento ao racismo, especialmente quando reproduz ações ainda com base na “outroridade”.

Queríamos destacar, nesta parte final que, além dos limites da própria instituição, esta dissertação apresenta lacunas que ficaram sem análises e que são completamente pertinentes à

temática da cultura afro-brasileira. A questão indígena foi uma dessas lacunas que mais lamentei não ter conseguido avançar. Observamos, sua ausência, inclusive em outros museus que também trazem como temática a cultura afro-brasileira e constatamos que esses museus são focados na temática afro, sendo notável a falta dos temas relacionados aos povos indígenas, quando isso ocorre é trazido uma ou duas atividades anuais. Não encontremos, pelo menos entre 2019 a 2021, atividades do MAB que fosse direcionada a essa questão.

Acreditamos que os museus que trabalham conteúdos sociais, políticos e culturais ligados à negritude e à experiência histórica, simbólica, patrimonial, artística e religiosa das pessoas negras devem ter forte relação com as temáticas indígenas, uma vez que as lutas se assemelham e as histórias inevitavelmente se cruzam. Os povos indígenas também estão em constante luta por direitos políticos, cidadania e sobrevivência cultural e física, protagonizando de várias formas lutas sociais em nosso cenário nacional, seja na demarcação por suas terras, na defesa de seus territórios contra a invasão de madeiras, mineradoras, garimpeiros ou caçadores; seja por saúde, por educação escolar diferenciada pautada, em formas diferentes de conceber o conhecimento, as etnoepistemologias e na cosmovisão sobre tudo que os cerca, tendo como base as próprias formas de compreensão do ser no universo das relações vividas, as ontologias indígenas.

De forma que percebemos haver uma relação bem próxima dos povos indígenas e dos povos afrodescendentes, quer em uma dimensão histórica, quer na atualidade, com base na experiência de uma realidade também atravessada pelo preconceito e pela exclusão social. A luta pelo reconhecimento por serem povos originários e a luta pela terra, também aproxima indígenas e Quilombolas, comunidades que se fortalecem no chão dos seus antepassados e a partir da compreensão das necessidades que os unem enquanto pessoas negras, se organizam para resolver conflitos oriundos de um passado colonial e dos demais preconceitos a ele, relacionados.

As aproximações e diferenças dessas comunidades, podem contribuir e fortalecer os museus que trabalham com a cultura afro-brasileira. Algumas comunidades indígenas, por exemplo, constroem seus próprios museus, onde a ideia primeira de museu ocidental é ressignificada a partir da compreensão das relações que podem ser construídas por intermédio dele e das questões externas a comunidade, sendo muitas vezes esses museus ferramenta de visibilidade e de enfrentamento.

O protagonismo dos museus indígenas, trazem a representatividade na compreensão do uso desses espaços por parte da comunidade, na forma de lidar com os objetos em exposição e na construção das narrativas. São experiências de resistências e a cultura Afro-

brasileira é feita de resistências, seja na religião de matriz africana, seja na capoeira, no maracatu ou no samba, seja na pajelança, no *torém*, no *toré* ou nas mais de 120 línguas indígenas maternas faladas no país. Portanto, cabe os museus de cultura Afro-brasileira, o Museu da Abolição, pensar suas agendas considerando também as questões indígenas como fundamentais para os museus em que a cultura Afro-brasileira é o destaque.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ADICHIE, Chimamanda Ngoz. **O perigo de uma história única**. 1ª ed. Companhia das Letras. 2019.

BARBOSA, Muryatan Santana. **Pan-africanismo: unidade e diversidade de um ideal na Présence Africaine (1956-63)**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis- SC, julho, 2015.

CÂNDIDO, Emanuelina Duarte da Costa. **Gestão de Museus, um Desafio Contemporâneo: Diagnóstico Museológico e Planejamento**. 1.ª ed. Porto Alegre: Mediatriz, 2013.

CARDOSO, Sueli. **Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios**. CADERNO CRH, Salvador, n. 36, p. 209-215, jan./jun. 2002.

CARVALHO, Daiane Silva **O caráter da produção, organização e uso da informação em museus: o caso do Museu da Abolição em Recife-PE** /– Dissertação (Mestrado) Ciência da Informação – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2017.

COSTA, Luciana Ferreira. **Percurso Histórico da Formação em Museologia do Brasil. XIX encontro nacional de pesquisa em ciência da informação XIX ENANCIB**, Londrina/PR, 2018.

CARDOSO, Sueli. **Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios**. CADERNO CRH, Salvador, n. 36, p. 209-215, jan./jun. 2002.

CURY, Marília Xavier. Museologia, novas tendências. GRANATO, Marcus Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST **Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas/Museu de Astronomia e Ciências Afins** - Rio de Janeiro: MAST, 2009. P. 25-41.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. **Teatro de Memórias, Palco de esquecimentos: Culturas africanas e da diáspora negras em exposições**. Tese (Doutorado) História Social. Pontifícia Universidade católica de São Paulo – PUC – SP. 2006.

CHOEY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Almedina. 2014.

CRUZ, Diógenes Marco de Brito. **Aplicação do Planejamento Estratégico a Partir da Análise SWOT: um Estudo numa Empresa de Tecnologia da Informação**. Anais do IX Simpósio de Engenharia de Produção de Sergipe. Aracaju/SE, nov/dez. 2017.

DAVIES, Stuart. **Plano Diretor**. Série Museologia, 1. Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, São Paulo. 2001.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. Editora Jandaíra. 2021.

DJAMILA Ribeiro. **O que é: lugar de fala?** Coleção Feminismos Plurais. Letramento, Belo Horizonte. 2017.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas.** EDUFBA, Salvador, 2008.

FIRMIM, Antenor. "**Da Igualdade das Raças Humanas: antropologia positiva**" 1885.

FREITAS, Joseania Miranda. **Museu do Bloco Afro ilê aiyê: um espaço de Memória e Etnicidade.** – 1995. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador.1995.

GOMES, Waldson. **Afrofuturismo: o futuro ancestral na literatura brasileira contemporânea.** Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Literatura. Universidade de Brasília – UNB. Brasília, 2019.

GONZÁLES, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** Tempo Brasileiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, jan./jun. 1988

_____. **Por um feminismo Afro Latino Americano.** Editora Zahar. 2020

KILOMBA, Grada. **Memória da Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Brasil. Cobogó.2020.

LOTIERZO, Tatiana. **Racismo e Pintura no Brasil: notas para uma discussão sobre cor, a partir da tela a redenção de cam.** 19&20, Rio de Janeiro, v. ix, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/tl_redencao_cam.htm>.

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. **Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas/Museu de Astronomia e Ciências Afins** - Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia de N. M. Loureiro. — Rio de Janeiro: MAST, 2009.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência.** Horizontes Antropológicos [online]. 2009, v. 15, n. 32, pp. 129-156. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>>. Epub 19 Ago 2011. ISSN 1806-9983. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>. Acesso em: 19 set. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte.** São Paulo: n-1 edições; 2018a.

MUNANGA, Kabengele **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis. Vozes. Rio de janeiro,1999.
Plano Museológico Museu da Abolição. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. Museu da Abolição. 2018 -2020.

PRATES, Tarcisio; SILVA, Thatiane; CAMENIETZKI, Carolina. **Ações Afirmativas: um avanço Contra o Racismo.** V Congresso em Desenvolvimento Social. Estado, Meio Ambiente e Desenvolvimento/2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um racismo mascarado.** Editora Paz e Terra. 1978.

_____. **Quilombismo Documentos de uma militância Pan-africanista.** Fundação Cultural Palmares. Produtor Editorial Independente. 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Dois negros libertários: Luiz Gama e Abdias Nascimento.** Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1985.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** p. 117-142. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

RATTS, Alex. **EU SOU ATLÂNTICA sobre a trajetória e vida de Beatriz Nascimento.** Instituto Kuanza. Imprensa Oficial. São Paulo, 2006.

REILLY, Maura. **Curatorial Activism: towards na Ecthics of curating.** Editora Thames & Hudson, 2018

RODRIGUES JUNIOR, Gilson José. **Em nome do reino: ações humanitárias brasileiras de Tuparetama (Brasil) a Dakar (Senegal).** Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia - CHCF, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. In: Cadernos de Campo, São Paulo, n. 13: p. 155-161, 2005.

SANTANA, Jislaine dos Santos. **O Museu Afro-Brasileiro de Sergipe: entre cenários, falas, silêncios e as heranças culturais/.** Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTOS, Francisco Sá Barreto dos; BEZERRA, Tatiana Coelho da Paz. **Museus e Políticas de Ativismo: pode o Museu Comportar Dispositivos para uma Cultura Participativa?** Estudos de Sociologia, [S.l.], v. 1, n. 24, p. 145-171, nov. 2019. ISSN 2317-5427. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/243408>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SCHEINER, Tereza. **Repensando o Museu integral: do conceito às práticas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.** V.7, n.1, p.15-30, jan.-abr.2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SETTON, Maria da Graça J. e Oliveira, Mirtes Marins de **OS MUSEUS COMO ESPAÇOS EDUCATIVOS.** Educação em Revista [online]. 2017, v. 33 e162678. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698162678>>. Epub 21 Set 2017. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698162678>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SILVA, Joana Angélica Flores. **A representação das mulheres negras nos museus de Salvador: uma análise em branco e preto / Joana Angélica Flores Silva.** Dissertação

(Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

SILVÉRIO, Valter Roberto; TEODORO Trinidad, Cristina Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? *Educação & Sociedade*, vol. 33, núm. 120, julio-septiembre, 2012, pp. 891-914 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil.

SIMÕES, Igor Moraes. **Onde estão os negros? Apagamentos, racialização e insubmissões na arte brasileira.** *Revista de artes visuais. Porto arte*. V24, n42. nov/dez 2019.

SOARES, Bruno Brulon. **O Museu Integral – Integrado: que descolonização para os museus da América Latina?** Conferência ICOM Chile - XV Conferência do Museu Chileno. Outubro, 2020

<https://www.icom.org.br/?p=2081#:~:text=Bruno%20Brulon%2C%20Presidente%20do%20ICOFOM&text=E%20quando%20falo%20do%20presente,vida%20humana%20em%20n%C3%ADvel%20global>.

_____; CURY, Marília Xavier. Tradução e comentários. **Conceitos-chave de Museologia**/André Desvallées e François. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

_____. **Máscaras guardadas: musealização e descolonização.** Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Quando o museu abre portas e janelas: o encontro com o humano no museu contemporâneo.** Dissertação (Mestrado) – Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, L. C. C. e. **Museu integral, Museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile.** *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 28, 1-21. 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e4>

RODRIGUES, Y. F. dos S. Willian Luiz da Conceição. **Branquitude: dilema racial brasileiro.** *Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. e192013, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe192013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/192013>. Acesso em: 31 jul. 2022.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história** Curitiba: huya, 2016.

VALENÇA, Viviane Ribeiro. **Qual o museu que nós queremos? A relação do indivíduo museu no processo de participação do Museu da Abolição (2005 – 2013).** Dissertação (mestrado). CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2014.

VASSALLO, Simone Pondé e CÁCERES, Luz Stella Rodríguez, «Conflitos, verdades e política no Museu da Escravidão e da Liberdade no Rio de Janeiro», *Horizontes Antropológicos*, 53 | 2019, 47-80.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. **Gestão de Museus de Projeto e Exposições**. Editora C/Arte. 2013

APÊNDICE A – SITES CONSULTADOS

PLANO MUSEOLÓGICO MUSEU DA ABOLIÇÃO 2017

<https://museudaabolicao.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Plano-Museologico-Museu-da-Aboli%C3%A7%C3%A3o-2017.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM) (Brasil). Plano Museológico Museu da Abolição. 2017. Disponível em: <https://museudaabolicao.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Plano-Museologico-Museu-da-Aboli%C3%A7%C3%A3o-2017.pdf>. Último Acesso 23.09.2021

PLANO MUSEOLÓGICO MUSEU DA ABOLIÇÃO 2018 – 2021

https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Plano_Museologico_Museu_da_Abolicao_2018_2021.pdf
Último Acesso 23.09.2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Plano Museológico Museu da Abolição 2018-2021. Recife, PE: Ministério da Cultura, 2018. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2019/03/Plano_Museologico_Museu_da_Abolicao_2018_2021.pdf. Último Acesso 23.09.2021

MUSEU DA ABOLIÇÃO

<https://museudaabolicao.museus.gov.br/museu-da-abolicao/equipe/> último acesso em 12/01/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM) (Brasil). Equipe. [2022?]. Disponível em: <https://museudaabolicao.museus.gov.br/museu-da-abolicao/equipe/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ÍNDICE DEMOGRÁFICO - BAIRRO DA MADALENA

<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/madalena>
RECIFE. Prefeitura municipal. Índice demográfico: Bairro da Madalena. Recife: [2022?]. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/madalena>. Último Acesso 04.10.2021

ICOM - MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE

<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile>.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). Mesa-Redonda de Santiago do Chile. In: Revista Museu. Santiago, Chile, 30 maio 1972. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile>. Último Acesso 25.06.2021

MUSEU AFRODIGITAL

<http://www.museuafrodigital.com.br/paginazero/>
MOTTA, Antonio; MARTINS, Charles (coord.). Museu Afrodigital. [S. l., 2022?]. Disponível em: <http://www.museuafrodigital.com.br/paginazero/>. Último Acesso 21.06.2021

ICOM MUSEUS E O FUTURO DO BRASIL

<https://www.icom.org.br/?pageid=2173>

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). Museus e o Futuro do Brasil. [S. l.]: 2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?pageid=2173>. Último Acesso 25.06.2021

O PONTO DE PARTIDA DA ESCRITA – OCUPAÇÃO CONCEIÇÃO EVARISTO (2017) <https://www.youtube.com/watch?v=3CWDQvX7rno>

O PONTO de partida da escrita – Ocupação Conceição Evaristo (2017). Rio de Janeiro: Itaú Cultural, 2017. P&B. 1 vídeo (6 min 39 s). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=3CWDQvX7rno>. Último Acesso 28.09.2021

SEMINÁRIO A ESCRIVIVÊNCIA DE CONCEIÇÃO EVARISTO: PRIMEIRO DIA

<https://www.youtube.com/watch?v=bzwGCFEkEf4>

SEMINÁRIO A Escrivivência de Conceição Evaristo: primeiro dia. [S. l.: s. n.]. 1 vídeo (2 h 7 min 10 s). Publicado pelo canal Itaú Social. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=bzwGCFEkEf4>. Último Acesso 23.05.2021

ESTATUTO DOS MUSEUS

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11904&ano=2009&ato=c81gXVE90dVpWTed2> Último Acesso 23.05.2021

BRASIL. Lei nº 11904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto De Museus e dá Outras Providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11904&ano=2009&ato=c81gXVE90dVpWTed2>. Último Acesso 23.09.2021

FUNCULTURA

[http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/funcultura/sobre/introducao-ao-funcultura/#:~:text=O%20Fundo%20Pernambucano%20de%20Incentivo,Cultura%20\(SIC%2DPE\).Última](http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/funcultura/sobre/introducao-ao-funcultura/#:~:text=O%20Fundo%20Pernambucano%20de%20Incentivo,Cultura%20(SIC%2DPE).Última). Último Acesso 01.02.2021

FUNDO PERNAMBUCANO DE INCENTIVO À CULTURA (FUNCULTURA). Introdução ao Funcultura. Recife, PE: Governo do Estado de Pernambuco, [2022?]. Disponível em:

[http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/funcultura/sobre/introducao-ao-funcultura/#:~:text=O%20Fundo%20Pernambucano%20de%20Incentivo,Cultura%20\(SIC%2DPE\).Última](http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/funcultura/sobre/introducao-ao-funcultura/#:~:text=O%20Fundo%20Pernambucano%20de%20Incentivo,Cultura%20(SIC%2DPE).Última). Último Acesso 20.03.2021

RÁDIO FREI CANECA – PROGRAMA SALADA MISTA

<http://www.freicanecafm.org/salada-pop-maio-de-2019>

RÁDIO FREI CANECA FM. Fundação de Cultura Cidade do Recife. Programa Salada Mista. Recife: Rádio Frei Caneca, maio 2019. Programa de rádio. Disponível em:

<http://www.freicanecafm.org/salada-pop-maio-de-2019>. Último Acesso 01.02.2021

SOBRADO DA MADALENA

<file:///C:/Users/jusci/Downloads/Exposi%C3%A7%C3%A3o%20Sobrado%20da%20Madalena%20-%20%20Museu%20da%20Aboli%C3%A7%C3%A3o%20UFPE.pdf> Data da última visualização 02.02.2022.

MUHCAB

<http://www.rio.rj.gov.br/web/muhcab/historia>

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB). Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, [2022?].

Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/muhcab/historia>. Último Acesso 07.12.2021

ENCHENTES EM RECIFE – CHUVAS FORTES

<https://extra.globo.com/noticias/brasil/casas-com-5-graus-de-inclinacao-correm-risco-de-desmoronar-em-varzea-um-dos-bairros-mais-atingidos-pelas-chuvas-em-recife-25520570.html>

ROCHA, Carla. Casas com 5 graus de inclinação correm risco de desmoronar em Várzea, um dos bairros mais atingidos pelas chuvas em Recife. *In: EXTRA ONLINE*. [S. l.], 31 maio 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/casas-com-5-graus-de-inclinacao-correm-risco-de-desmoronar-em-varzea-um-dos-bairros-mais-atingidos-pelas-chuvas-em-recife-25520570.html>. Último Acesso 02.09.2021.

MENINO MIGUEL 1

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/09/15/caso-miguel-foi-muito-bem-ensaiada-ate-o-show-que-ela-deu-no-final-chorando-diz-mae-de-menino-sobre-fala-de-sari-corte-real-em-audiencia.ghtml/>

COUTINHO, Katherine. Caso Miguel: mãe de menino que caiu de prédio diz que ex-patroa a chamou de ingrata em depoimento. *In: G1*. [Recife], 15 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/09/15/caso-miguel-foi-muito-bem-ensaiada-ate-o-show-que-ela-deu-no-final-chorando-diz-mae-de-menino-sobre-fala-de-sari-corte-real-em-audiencia.ghtml/>. Acesso em: 02 .02. 2022.

MENINO MIGUEL 2

https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_menino_Miguel

CASO MIGUEL Otávio Santana da Silva. *In: Wikipedia: A enciclopédia livre*. [S. l.], 01 jun. 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_menino_Miguel. Acesso em: 01.02. 2022.

MENINO MIGUEL 3

<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/caso-miguel-advogados-de-defesa-de-sari-querem-culpar-a-crianca-pela-propria-morte/> Data da última visualização em 02.02.2022.

PAIS E FILHOS. Caso Miguel: advogados de defesa de Sari querem culpar a criança pela própria morte. *In: TNH1*. [S. l.], 07 dez. 2021. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/caso-miguel-advogados-de-defesa-de-sari-querem-culpar-a-crianca-pela-propria-morte/>. Acesso em: 02 .04. 2022.

MUSEU LOUIS JACQUES BRUNET

<https://www.instagram.com/p/CWgMrRprFUh/?igsh=YmMyMTA2M2Y=>
<https://www.instagram.com/tv/CWgZyF-PhUD/> Itinerários Negros Último Acesso 08.09.2021

MUSEU LOUIS JACQUES BRUNET - INSTAGRAM

<https://www.instagram.com/tv/COsOoMCgrGD/?igshid=YmMyMTA2M2Y=> Museu Louis Jacques Brunet / Minuto Brunet / Porque ainda nos representam nos Museus através dos objetos de escravidão? Último Acesso 08.09.2021

VIDAS NEGRAS IMPORTAM

<https://blacklivesmatter.com/trayvon-martin-foundation-peace-walk-peace-talk/> data da última consulta em 04/02/2022.

DAVIS III, Charles HF; ABDULLAH, Melina. Trayvon Martin Foundation Peace Walk & Peace Talk.. [S. l., 2022?]. Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/trayvon-martin-foundation-peace-walk-peace-talk/>. Acesso em: 04.02. 2022.

CAVANI, Júlio. As boas do fim de semana no Recife: 10.05: Museu da Abolição. *In*: TERRA. [S. l.], 07 dez. 2021. Disponível em: <https://chickenorpasta.com.br/guia-fim-de-semana/as-boas-do-fim-de-semana-no-recife-10-05/para-inspirar>. Último Acesso 06.02.2022

INSTALAÇÃO

<https://www.historiadasartes.com/nomundo/arte-seculo-20/instalacao/>
IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. Instalação. História das Artes: [s. l.], 2022. Disponível em: <<https://www.historiadasartes.com/nomundo/arte-seculo-20/instalacao/>>. Último Acesso 20.08.22

POLÍTICAS AFIRMAÇÃO

<https://simaigualdaderacial.com.br/site/o-que-sao-e-como-surgiram-as-politicas-afirmativas/#:~:text=A%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20a%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas,Africana%20na%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica>. Data data da última consulta 05/02/2022.

NASCIMENTO, Aline Souza do. O que são e como surgiram as cotas afirmativas?. Instituto Identidades do Brasil: [s. l., 2022?]. Disponível em: <https://simaigualdaderacial.com.br/site/o-que-sao-e-como-surgiram-as-politicas-afirmativas/#:~:text=A%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20a%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas,Africana%20na%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica>. Data. Acesso em: 05. 02. 2022.

MENINO MIGUEL 4

<https://mundonegro.inf.br/mirtres-renata-mae-do-menino-miguel-e-indicada-ao-premio-faz-diferenca-2020-do-jornal-o-globo/>
NASCIMENTO, Rakeche. Mirtes Renata, mãe do menino Miguel, é indicada ao prêmio “Faz diferença 2020” do jornal O Globo. *In*: Mundo Negro. [S. l.], 05 jul. 2021. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/mirtres-renata-mae-do-menino-miguel-e-indicada-ao-premio-faz-diferenca-2020-do-jornal-o-globo/>. Último Acesso 13.01.2022

MUSEU DA ABOLIÇÃO

<https://antigo.museus.gov.br/chamada-publica-museu-da-abolicao/>
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM) (Brasil). Chamada pública para diretor do Museu da Abolição. Ministério do Turismo: 09 set. 2013. Disponível em: <https://antigo.museus.gov.br/chamada-publica-museu-da-abolicao/>. Último Acesso 26.02.2022

MASP

https://www.youtube.com/watch?v=darK_Fw8ans&list=RDCMUCl_tZ6fP9TdaATguYYRC1XA&start_radio=1&rv=darK_Fw8ans&t=4 MASP Professores | Histórias Afro-Atlânticas: Cultura afro-brasileira e educação antirracista. Publicado pelo canal Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriaan. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=darK_Fw8ans&list=RDCMUCl_tZ6fP9TdaATguYYRC1XA&start_radio=1&rv=darK_Fw8ans&t=4. Último Acesso 01.09.2021.